

ATA DETALHADA DA 194ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil quatorze, às nove horas, no plenário da Casa de Direitos – sede do CEAS/ MG realizou – se a Centésima nonagésima quarta Plenária do CEAS, Coordenada pelo presidente Volney Lopes de Araújo Costa PSING, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Júlio Cesar de Oliveira Brum – IMNS; Shirley Aparecida M. Silva- CMAS SARZEDO ; Patrícia Valadares- FEAPAES; Luiza Costa Silva- SEDESE; Rodrigo do Santos – ASSPROM; Vinicius G. Mendonça – CMAS/ BH; José Henrique Highi Rodrigues- SEF; Conselheiros suplente: Adriane Cristina D. R. Rosa –CRED; Maria da Pascoa Andrade – COGEMAS; Odette Pereira de Souza Santos – CMAS/ Três Marias; Clodoalia Nobre Barbosa – SEPLAG; Fernando Almeida Alves – Rede cidadã ;Isabela de Vasconcelos Teixeira- SEDESE ; Membros da secretaria executiva do CEAS; Consolação Cifani da Conceição; Rosalice Tassar; Nilce Araújo; Maria Paula; Adelmira Cirqueira; Vera Lucia; Regina Caldeira ; Max Douglas ; Raquel trindade; Rosângela Maria . O presidente inicia a plenária. **VOLNEY:** Vamos dar início a nossa centésima nonagésima quarta plenária do CEAS. Nós temos justificativa de ausência da Lucia do COGEMAS: compromisso no município; Denise- CRESS Encontro nacional CFESS / CRESS: Hermellis – CMAS / São Francisco de Paula- Férias; Ronaldo – CMAS/ Juiz de Fora – Trabalho; Maria Albanita – SEDESE-Reunião no CNAS; Fernando Maia – Seminário Tuberculose e população mais Vulneráveis em Brasília. Nós vamos dar posse aos novos conselheiros deste conselho. Só chegou a Patrícia, bom nós temos 4 conselheiros a serem empossados os outros 3 não chegaram, então vamos dar posse a conselheira Patrícia Valadares, representando a Federação das APAES, na condição de titular, representando o seguimento das entidades de Assistência Social. Patrícia, seja muito bem vinda, e espero poder que você contribuía de forma bastante construída no controle social do Estado de MG, então considera-se empossada. Nosso próximo ponto de apreciação da ata da 191º é plenária ordinária, esta ata foi encaminhada a todos os conselheiros, nós queremos saber se tem alguma manifestação e consideração nesta ata? Podemos considerar aprovada a ata da 191º. Gostaria de saber se tem alguma inclusão de ponto ou informe a ser destacado? Microfone identifique-se VINICIUS- BH – gostaria de fazer a inclusão de informe. **VOLNEY** – mais algum ponto de informe? Nosso próximo ponto de pauta é a prestação de contas do segundo trimestre, ela não chegou ainda, está a caminho. Então a coordenadora da comissão não chegou ainda, está a caminho e vamos aguardar para a prestação de contas, vamos aos informes, vamos começar então. Bom! Eu estive em Brasília no ultimo dia 12/09, a convite do conselho nacional de assistência social, onde todos os representantes dos 27 Estados brasileiros estavam presentes, houve então apresentação para todos os Conselhos Estaduais, sobre dois pontos que são os indicadores do ID, dos conselhos estaduais e municipais de todo o Brasil, e segundo o que determina

44 a NOB SUAS no seu artigo 99, é uma constituição. Constitui uma função
45 inerente ao controle social e consiste no acompanhamento contínuo e
46 sistemático do desenvolvimento serviços, programas projetos e benefícios
47 sócio assistências em relação ao cumprimento dos seus objetivos e metas.
48 Parágrafo único realiza-se por meio da produção irregular de indicadores e
49 captura de informações, então nós temos essa captura in loco e dados
50 provenientes dos sistemas de informações em sistemas que coletam
51 informações específicas para o objetivo de monitoramento e temos então
52 alguns indicadores desse monitoramento onde visam mensurar a estrutura
53 destes conselhos, os processos e atividades, os produtos deste conselho,
54 então esses indicadores ainda não estão totalmente fechados, foram
55 apresentados uma prévia, vou dá um exemplo. O conselho possui um veículo
56 próprio é um dado para indicador, ele possui internet, quantas salas, quantos
57 trabalhadores, funcionários, e sede própria, não é sede própria, foi
58 encaminhado todos os indicadores a todos os conselhos e então
59 provavelmente até segundo o conselho nacional, até dezembro já deve fechar
60 estes indicadores e acho que vai ser bastante interessante nesta primeira
61 prévia e eles fizeram essa apresentação e MG nessa prévia encontra-se numa
62 posição bem confortável, depois vocês podem dá uma olhada nós já
63 encaminhamos para vocês. Outra apresentação que foi feita é sobre o marco
64 regulatório das organizações das sociedades civis, a nova lei das OSCIPs, que
65 foi aprovado e os principais destaques que aconteceram. Nós já
66 encaminhamos também e após a promulgação da lei tem 90 dias para que ela
67 seja sancionada, então no que deve acontecer no dia 1 de novembro. Também
68 fizemos encaminhamento também deste novo marco regulatório. Ok! Bom
69 chegou mais um novo conselheiro, a gente vai empossa-lo também é o
70 Fernando Almeida Alves, representando a rede cidadão, ele é o suplente da
71 Federação das APAES, representando seguimento das entidades de
72 assistência social, sua titular é a Patrícia, tá Fernando? Esperamos que você
73 possa contribuir de forma efetiva junto a este conselho considera-se
74 empossado a partir desta plenária. Bom próximo informe Vinicius por favor!
75 **VINICIUS** – é eu queria divulgar e fazer um convite a todos, até encaminhei o
76 convite ao conselho não sei se já foi repassado, nos da URCMA da região
77 metropolitana de BH, estamos realizando um evento no próximo dia 22, sobre a
78 regulamentação do SUAS nos municípios mineiros como estratégia de
79 consolidação da política de assistência no Estado de MG. Então vai ser dia 22,
80 segunda-feira, 13:30 na câmara municipal de BH. O e-mail que eu mandei para
81 o conselho Consolação tem a programação, foi possível repassar para os
82 conselheiros, passar para os conselheiros, porque as inscrições são feitas
83 através do link que está na programação. E ai é estão todos convidados a
84 participar. **VOLNEY** – Vinicius este informe seria dado, este conselho lamenta
85 profundamente enquanto meu ente representante a nível de Estado de
86 participar deste encontro de uma formalidade neste encontro e até mesmo
87 você como conselheiro Estadual de não ter nos avisado isso com uma certa

88 antecedência, e lamentamos profundamente este convite ter chegado tão em
89 cima da hora. **VINICIUS** – é realmente Volney foi uma falha que aconteceu
90 esse evento ele foi organizado em 20 dias, então foi organizado de uma forma
91 muito rápida e em cima da hora também é o início da organização do evento
92 aconteceu quando eu estava de férias, então teve realmente a dificuldade de
93 comunicação, peço desculpas ao conselho por não ter conseguido incluir na
94 programação a presença do conselho Estadual na mesa, ainda sim eu faço
95 convite formal para que o conselho esteja presente na abertura do evento. A
96 gente tem tempo hábil para isso, é realmente foi um evento organizado em
97 cima da hora, a data só aconteceu neste momento em função da agenda da
98 Simone Albuquerque, que estaria em BH na semana que vem e aí teríamos
99 que adequar nesta data e não seria nesta data seria mais pra frente e tivemos
100 dificuldades em razão disso e a minha ausência por motivo de férias realmente
101 deu uma falha neste sentido com o conselho. **VOLNEY** Porque nós temos
102 procurado fortalecer a união dos conselhos regionais, tanto é que nós estamos
103 capacitando as unidades a nível de Estado e de qualquer forma se esse
104 plenário deliberar para que você represente este conselho junto à essa reunião
105 eu não poderei estar presente porque eu estou em viagem a serviço deste
106 conselho, então eu deixo a cargo deste plenário que delibere. **SHIRLEY** –
107 conselho municipal de Sarzedo. Eu gostaria de me prontificar se mais alguém,
108 eu me gostaria de me prontificar e eu também faço parte da URCMAS e estaria
109 representando tanto o conselho estadual como a própria URCMAS. **VOLNEY** –
110 Shirley, não temos tempo hábil para organizar diária, se você tiver vindo
111 representando seu município aí poderiam vir Vinicius e vocês depois
112 combinam que representa o conselho na mesa de abertura. Ok!
113 **CONSOLAÇÃO** – É só uma sugestão é quando um conselho estadual em
114 algum evento deste esteja presente porque eu senti falta até de falar que você
115 é conselheiro estadual, é até para que as pessoas possam se identificar essa
116 representação dessa URCMAS dentro do conselho e isso não é claro ali, então
117 você está aqui com essa cadeira representando uma união de conselho e na
118 programação não foi colocado isso. Essa referência e acho que ela é muito
119 importante. **VOLNEY** – Eu estive também representando este conselho na
120 última reunião do COGEMAS que ocorreu no dia 25 de agosto não tem nada
121 para informar ao conselho, porque faltou coro na reunião do CONGEMAS e
122 teve algumas discussões que não achei relevante trazer para este conselho. E
123 aproveitando também este colegiado de gestores municipais da assistência
124 social de MG, ele fez um encaminhamento de ofício à promotoria de direitos
125 humanos do Estado, o qual eu lirei a este conselho. Excelentíssima senhora
126 Claudia Amaral, digníssima promotora do Estado de MG, Prezada Promotora,
127 com os nossos cumprimentos, o colegiado de gestores municipais do Estado
128 de MG, CONGEMAS/MG, nesta data reunido em assembleia geral, deliberou
129 encaminhamento à vossa excelente com a exposição a seguir. Considerando a
130 necessidade de todos os municípios mineiros manterem em funcionamento os
131 serviços continuados de assistência social conforme lei Federal e Lei estadual,

132 considerando a obrigatoriedade do co-financiamento estadual para a política
133 pública de co-financiamento estadual. Considerando o pacto entre o Estado de
134 MG, e o MDS e todos os municípios mineiros, considerando os atrasos
135 sistemáticos dos recursos de co-financiamentos estadual por meio do piso
136 mineiro e da série histórica dos repasses existentes, antes da criação do piso
137 mineiro. Considerando o atraso de 8 meses, todo o ano de 2014, do repasse
138 do piso mineiro ao conjunto dos municípios do estado. Considerando os
139 municípios em relação ao orçamento público, e a sobrecarga de benefícios e
140 serviços, programas e projetos de assistência social, considerando a eminência
141 de interrupção de serviço atendimento da proteção especial básica, e em
142 especial da assistência social, incluindo abrigos albergues e população de rua,
143 CRAS, CREAS, dentre outros. Solicitamos que essa promotoria de justiça
144 possa providenciar junto ao Estado a imediato repasse aos municípios das
145 parcelas atrasadas, relativo ao período de janeiro à agosto de 2014,
146 possibilitando a regularidade no atendimento às famílias e pessoas mais
147 vulneráveis do nosso Estado. Esclarecimentos que esses repasses, fazem
148 parte de um compromisso da SEDESE, secretaria de estado de
149 desenvolvimento social, pactuados em gestores bipartit, deliberada no
150 conselho estadual de assistência social que não cumpridos trazem muitos
151 transtornos não só para os beneficiários dos benefícios mas para o controle
152 social. Atenciosamente, Jaime Luz Junior, presidente do CONGEMAS – MG.
153 Isabela, nos estamos nos informes seria um informe do CONGEMAS né?
154 **ISABELA** – Bom, bom dia! É ontem é eu já conversei um pouco sobre isso pra
155 quem participou sobre isso pra quem participou da reunião de comissões e é
156 importante para ficar na plenária. É mais é a título de informe, ontem foi
157 realizado um seminário pelo CONGEMAS, com a participação da SEDESE e
158 da secretaria nacional de assistência social, para discutir a regionalização no
159 Estado de MG, é esse seminário vem de uma proposta do CONGEMAS que
160 previu a realização de vários seminários regionalizados, este foi o primeiro e
161 aconteceu na região de BH, com a intenção de dar o início e agora a SEDESE
162 está aguardando que o CONGEMAS aprove um calendário para dá seguimento
163 nas agendas. Ontem no encontro esteve presente a secretaria nacional Denise
164 Colin e eu fui representando a SEDESE e a reunião foi muito produtiva, tinha
165 umas 100 pessoas e cerca de 60 municípios estavam presente para o debate,
166 feita a apresentação do desenho da regionalização, a proposta da SEDESE
167 vem sendo discutida e debatida em vários espaços e com alterações da
168 conferência e conversamos sobre isso. A secretária nacional fez a
169 apresentação das diretrizes nacionais que o governo federal tem trabalhado em
170 relação à regionalização, pra nós a avaliação é que foi bastante positiva, tanto
171 pela oportunidade de ter escutado e foi possível observar que tem opinião
172 diferentes sobre o modelo que deve ser feito a regionalização. Alguns
173 municípios tinham uma posição que tinha que ser execução direta e de forma
174 geral é que o governo federal os próprios estados eles tem autonomia para
175 escolher o modelo da regionalização que querem implantar, o modelo vai de

176 encontro com a regionalização que eles querem implantar, o modelo tem que ir
177 de encontro coma realidade de cada estado, a secretaria citou o modelo do
178 Amazonas que vai adotar um modelo diferenciado por conta dos rios, citou o
179 exemplo de Sergipe, que optou por não ter CREAS regionalizado, vao ter em
180 cada município. Ela falou de três modelos básicos que o governo federal vem
181 trabalhado, um com média complexidade com o gestão compartilhada, um com
182 os municípios e o outro que é o CREAS municipal. Ao invés de ter o
183 equipamento regionalizado. O debate foi rico e o estado trouxe o que vem
184 sendo discutido e quando a gente fala de fortalecimento a gente fala de
185 proteção e financiamento, pensando na importância proteção especial básica
186 ela tem que está preparada e estruturada para receber o bom serviço
187 regionalizado e que a regionalização é uma das estratégias para trabalhar a
188 expansão da proteção social, o cenário que engloba essa discussão é a
189 necessidade de que identifica no Estado de expandir o serviço de proteção
190 básica especial, nos municípios de porte 1 que são cerca de 9% no Estado de
191 MG que tem CREAS, e porte 2 que todos tem, mas para os que não tem e
192 existe uma demanda, de usar a oferta de serviço e com a implantação de uma
193 equipe local com o serviço de proteção social especial, pode ser o CREAS
194 municipal, pode ser o serviço regionalizado, para discutir a regionalização tem
195 que ter conhecimento e ter sempre em mente o cenário maior da proteção
196 social especial. E a proposta que saiu da reunião do debate, foi a formação de
197 uma comissão técnica do COGEMAS, com a participação da SEDESE, e virá
198 um convite para o CEAS e o conselho da criança e do adolescente, conselho
199 estadual participar e tentar desenhar e trazer para o papel tudo isso que temos
200 discutido, a dificuldade de trazer desenho é justamente porque por mais que o
201 CONGEMAS tenha trazido várias questões a SEDESE não consegue
202 identificar concretamente o que é. Ontem conseguimos identificar alguns
203 pontos e se for para fazer alteração da NOB 466 que temos hoje, algumas
204 questões que foram levantadas que são divergentes outras convergentes, para
205 fazer este trabalho em conjunto para que até o final do ano tenham o desenho
206 mais formalizado e amarrado. Então o saldo geral da reunião do conselho foi
207 positivo e aqui no conselho a gente fica aguardando a manifestação do
208 CONGEMAS. **VOLNEY** – nós vamos aproveitar também e dar posse a
209 conselheira Isabela de Vasconcelos Teixeira, na condição de suplente e hoje
210 ela estará na condição de titularidade, uma vez que a titular não se encontra
211 neste conselho. Isabela, você já vem contribuindo de forma positiva com este
212 conselho, esperamos dá essa continuidade, então considera-se empossada.
213 Bom! Do Voltando então, nós vamos então para a prestação de contas do
214 segundo trimestre. **ISABELA**– ontem eu fiz a prestação de contas do segundo
215 trimestre é para a reunião de comissões como SEDESE e agora vou fazer o
216 resumo da discussão como presidente da comissão de orçamento. Presidente,
217 não como é que chama coordenadora. Bom! Então apresentando só um
218 resumo das ações que discutimos ontem. Em relação às ações de recursos
219 humanos, onde são realizadas as capacitações, tem um recurso previsto na

220 LOA R\$ 1.991.367,00, com a meta física de 10mil participantes qualificados. A
221 execução física de 4218 pessoas qualificadas, execução orçamentaria
222 R\$168.632,57, execução financeira de que R\$1.330.451,06, deram um total
223 acumulado de execução no primeiro e segundo trimestre de R\$ 1.507.656,39,
224 que corresponde a 75% do orçamento e essa execução foi basicamente,
225 principalmente a realização do programa Capacita SUAS e a gente apresentou
226 alguns dos principais resultados do CAPACITA SUAS, em relação a ação n. 2
227 do conselho que tem um orçamento previsto na LOA R\$362.386,00 e a meta
228 física é um conselho apoiado, que foi realizado durante o período e a execução
229 foi de R\$23.062,97, execução financeira R\$22.946,67, dando um acumulado
230 do primeiro e segundo semestre de R\$31.476,33, que corresponde a 8,7% do
231 orçamento. E foram apresentados as principais ações deste período. A ação n.
232 3 que corresponde a co-financiamento da proteção social básica, temos um
233 valor de orçamento previsto na LOA de R\$2.991.000,00, a execução física foi
234 de 91 unidades co-financiadas, referente a serie histórica da proteção básica
235 serviço de fortalecimento de vínculos, é a execução orçamentária foi de
236 R\$725.400,00 e a execução financeira foi o mesmo valor. Dando um
237 acumulado do mesmo valor de R\$725.400,00 que corresponde a 24%. Essa
238 execução é referente aos planos de serviço que estavam prontos no período e
239 foi realizado o repasse no co-financiamento. Ação n. 4 de proteção social
240 especial, temos um orçamento total previsto na LOA de R\$14.803,358,00 e
241 uma meta de co-financiamento de 129 unidades, em relação à execução física
242 foram financiados 137 unidades, explicamos que deu uma pequena diferença
243 por conta de algumas unidades que coincidiram o financiamento no período e
244 porque temos co-financiamento da residência inclusive que não tinham sido
245 prevista na meta física no momento de confecção do PPAG, e é porque na
246 época os serviços não estavam implantadas mas como já foram implantadas já
247 estão sendo financiados pelo Estado. R\$238.919,70, a execução financeira foi
248 do mesmo valor, dando um acumulado total de R\$3.902.722,13, juntando tanto
249 a serie histórica o co-financiamento da serie histórica dos serviços para os
250 municípios que é por meio do plano de serviço que é para a execução direta e
251 ai da essa diferença com relação a proteção social básica. Na ação n. 5 do piso
252 mineiro de assistência social, a gente tem um orçamento de R\$53.160.515,00,
253 com um meta de 853 municípios financiados, no período foram co- financiados
254 300 municípios, com execução de R\$4.503.949,60, a execução financeira
255 liquidada é do mesmo valor. Justificamos que este valor é o liquidado num
256 período não tinha sido feito pagamento do financeiro, e foi feito a justificativa
257 que não foi feito liberação do dinheiro no período. Em relação à ação n. 6
258 gestão e monitoramento do SUAS, é o valor da LOA previsto para o exercício é
259 de R\$ 937.800,00, com previsão de 838 municípios habilitado no SUAS em
260 gestão básica e plena, a execução física foi de 100% os 838 municípios, a
261 execução orçamentária no período foi de R\$460.942,60, a execução financeira
262 foi de R\$461.454,66, dando um acumulado de R\$631.720,98, com percentual
263 acumulado de 67,36% essa execução é relativo à capacitação curso tele

264 presencial, uma parte do CAPACITA SUAS também e as ações de gestão de
265 forma geral de custeio, de áreas e outras coisas similares de custeio. Depois foi
266 apresentado os recursos que estão nas contas federais, primeiro foi do IGD – E
267 do programa bolsa família foi creditado no período o valor de R\$128.849,86,
268 total de R\$2.33.252,32, uma despesa realizada no período de R\$ 207427,97, e
269 falamos também que vai ser apresentado uma proposta da SEDESE ao
270 conselho propondo a reprogramação deste saldo do IGD. Foram apresentadas
271 as taxas que compõe o IGD, como já havia sido debatida em um plenária
272 anterior apresentamos mesmo. Em relação ao IGD SUS foi creditado no
273 trimestre R\$161.539,56, foi executado no período o valor de R\$110.702,75,
274 totalizando um saldo R\$281.407,73 e as despesas realizadas no período foi
275 viagem, diária, estagiários, e alguns outros pagamentos, licença de software do
276 CEAS, ônibus da conferência e de gravação. Em relação ao CAPACITA SUAS,
277 no trimestre não tinha sido credito nenhum valor, já tinha sido creditado
278 anteriormente com um saldo de R\$4.327.307,72, com uma despesa de
279 R\$1.416.241,67, que foi com o CAPACITA SUAS, entrando tanto a contratação
280 da instituição de ensino superior que a UFMG, quanto aos contratos para a
281 logística do evento como hotel, acompanhamento. Etc. como deliberação,
282 definimos o encaminhamento de correspondência ao conselho nacional de
283 assistência social, referente situação de 139 municípios de MG, que assinaram
284 o termo de aceite do reordenamento do serviço de fortalecimento de vínculos,
285 que não atingiram o mínimo de 25% do que foi pactuado, informando a
286 dificuldade que os mesmos possuem para inserção de dados no sistema para
287 atingir o mínimo de 25% do pactuado, foi uma discussão que fizemos durante a
288 apresentação da proteção social básica da dificuldade que os municípios estão
289 enfrentando. Como deliberação 2, encaminhar aos conselhos municipais de
290 assistências social, informação a não adesão do município ao BPC na escola,
291 ainda tem 338 municípios que não fizeram a adesão ou a renovação do
292 programa e também encaminhar a AMM associação mineira dos municípios, a
293 relação desses municípios, solicitando apoio à orientação aos prefeitos. No
294 caso do BPC nas escolas, quem deve fazer adesão é o prefeito e n. 3 a
295 deliberação foi pela aprovação do segundo relatório de prestação de contas do
296 segundo trimestre de 2014, com encaminhamento de corresponde à SPLAG e
297 a secretaria de Fazenda referente ao piso mineiro de assistência social,
298 solicitando tanto a regularização do repasse quanto ao pagamento das
299 parcelas, que eram liquidadas e que não haviam sido pagas no financeiro e n. 4
300 uma errata para ser encaminhada ao CEAS, que foi identificada pela Nilce no
301 relatório, fazer uma correção na ação n3 do co-financiamento de serviços de
302 proteção básica a porcentagem estava erradas de 32% deve ser corrigida para
303 24% e na ação n. 7 tinha um erro na formula da planilha que estava somando
304 516 mil reais e o correto. O correto é somar R\$516,758,13 e não R\$259.154,69
305 como consta no relatório. **VOLNEY** – inscrições por gentileza, outro conselheiro
306 que queira se manifestar, Shirley, Júlio, os novos conselheiros vou pedir por
307 gentileza ao se manifestar que se identifique com o nome e a identifique a

308 entidade que representa. **SHIRLEY** – CMAS Sarzedo – vou pedir que chegue
309 no ponto terceiro ponto que a Isabela acabou de ler, ficou só uma coisa para
310 esclarecer que nós tiramos ontem como discussão. Pela aprovação do
311 segundo relatório de prestação de contas de 2014, com encaminhamento à
312 SEPLAG, referente ao piso mineiro quanto a regularização, eu havia entendido
313 quanto a razão ou quanto a situação, da regularização do repasse o que está
314 acontecendo o que vai ser. Eu acredito que deverá colocar esclarecimento da
315 situação da regularização e quanto a previsão de pagamento das parcelas, não
316 foi isso Volney que foi falado ontem? (Falas ao fundo). É só obrigada. **JÚLIO** –
317 ontem a gente já discutiu mais aprofundado a prestação de contas é eu
318 manifestei contraria a aprovação devido ao fato do piso mineiro não ter sido
319 repassado como deveria. Considero que a execução como não foi executado
320 dentro do controle social, vivendo uma realidade e cito o meu não pode
321 reclamar que tem saldo em conta, visto que tem saldo em conta, o problema é
322 outro até de MP, não só diante dessa ação, mas de outra também, mas tendo
323 em vista que alguns municípios chegam e perguntam a posição deste conselho
324 do repasse deste recurso que não vem sendo executado. Diante disso estou
325 manifestando contrario dessa aprovação e gostaria de clarear também com a
326 posição nossa que não vem sendo executada que eu não concordo, nós
327 conselheiros, dentro deste fato estou manifestando contrario como manifestei
328 ontem na comissão. **ISABELA** – SEDESE, a gente como o Julio colocou ontem
329 de fato discutimos, sobre o repasse do piso mineiro, não foi uma novidade para
330 o conselho, já vinham sendo informado a situação nas plenárias anteriores,
331 informado o não pagamento, no período. E o que discutimos também é que na
332 prestação de contas fazemos a análise da aplicação dos recursos, se foram
333 aplicados corretamente, se houve alguma irregularidade na forma de utilização
334 e o que a gente demonstrou é que todos os recursos foram usados para
335 políticas de controle social, conforme planejamento e política do SUAS, em
336 relação a execução do piso mineiro é uma ação de co-financiamento, não é
337 uma execução direta de serviços. Sabemos sim, que compromete a execução
338 na ponta, o que a Sub Secretaria de assistência social e a SEDESE tem feito é
339 um processo intenso, é de gestão interna dentro do Estado de articulação para
340 obter a liberação dos recursos mineiros e a gente informou que teve a liberação
341 de uma parcela e começou a ser liberado os valores de pagamento do piso
342 mineiro de assistência social, não sei falar o total, essa liberação está sendo
343 feita progressivamente, segunda-feira foi liberado o valor, ontem outro valor,
344 hoje estamos aguardando mais um pouco e assim que tivermos a noticia do
345 valor que foi liberado e a noticia dos municípios que vao ser pagos com este
346 valor vamos trazer ao conselho, vamos reforçar que todo o empenho tem sido
347 feito para cumprir as obrigações na politica de assistência social e com essa
348 liberação espera colocar todas as parcelas em dia, então nesse sentido o
349 encaminhamento que seja aprovado a prestação de contas, mas que o CEAS
350 faça a manifestação para o período por meio de ofícios a serem enviados a
351 Secretaria da Fazenda e SEPLAG, referente a não execução durante o

352 período.**VOLNEY** – gostaria de manifestar junto a este conselho, se vocês
353 concordarem que a SEDESE encaminhasse para este conselho, quais os
354 municípios mineiros que tem o saldo em conta em 2013 para que possamos
355 cobrar também uma ação conjunto junto a esses municípios o porquê que
356 esses recursos.**VOLNEY** – e nós não conhecemos quais são estes municípios
357 e quais valores estão parados nestas contas, então eu pergunto para este
358 conselho, nós precisamos também de recomendar para o órgão gestor uma
359 ação efetiva porque eles não gastaram o dinheiro de 2013. Então eu queria
360 colocar essa recomendação ai depende deste encaminhamento de vocês,
361 depois você inscreve a Shirley. **ISABELA** - não tenho, a SEDESE tem feito o
362 levantamento dos saldos e a discussão que estão sempre colocados, sempre é
363 necessidade de ampliar os recursos da assistência social, que os recursos
364 repassados são insuficientes, mas o fato desse recursos estarem parados em
365 conta, isso dificulta a negociação de ampliação de recursos de repasse de
366 recursos, isso é uma situação muito séria em relação à gestão, uma dificuldade
367 de gestão de operacionalização do sistema, sabemos que realmente tem um
368 levantamento alto de recursos em conta, e este levantamento está sendo feito
369 e o encaminhamento de trazer isso para ser apresentado no conselho para
370 discutir e discutir também porque os municípios não estão conseguindo
371 executar quais são as dificuldades que o Estado possa cumprir sua outa função
372 que é de assessoramento técnico de apoio, então junto com isso tem que ser
373 discutido a questão do saldo e tem que ser discutido a questão de apoio aos
374 gestores municipais para que eles consigam reverter a situação. Não é uma
375 situação só discutida no âmbito do Estado de MG, o próprio governo federal, já
376 publicou uma portaria de bloqueio dos recursos por conta dos saldos em conta,
377 já tiveram municípios seus repasses bloqueados, agora em outubro vao ter
378 outros municípios que vao ter seus repasses bloqueados, então isso é uma
379 situação que está colocada no SUAS, está colocada na politica de assistência
380 social, acho pertinente a colocação que temos que conversar sobre isso no
381 conselho.**VOLNEY** – gostaria de acrescentar também ser possível que peça a
382 estes municípios a justificativa pela não execução dos serviços para que
383 possamos entender porque o recurso está em conta e esses municípios não
384 gastaram, precisamos de ter essa compreensão. **ISABELA** – a justificativa pela
385 não execução eles colocam no momento da prestação de contas, está com
386 demonstrativo de contas aberto referente ao exercício de 2013, então acho que
387 poderíamos aguardar este período porque tem que inserir a justificativa e a
388 analise que a diretoria de gestão do fundo faz é justamente neste sentido de
389 observar se a execução financeira foi boa ou não ou se o município apresentou
390 alguma observação ou o conselho municipal, referente a isso. **SHIRLEY** – eu
391 gostaria de comungar com o mal estar que o conselheiro Júlio levantou muito
392 bem, porque eu me sinto contemplada pelo que o conselheiro Volney falou e eu
393 acredito que o que esteja faltando aqui são definir ações, que evitem dessa
394 situação voltara acontecer, tem situações que voltaram a este estado de
395 coisas, e não existe nada que nos garanta que não voltaria a acontecer. Então

396 temos situações que estão sempre remediando, sempre voltando atrás,
397 passando por isso novamente, enquanto não tiver algo que defina e clareie que
398 não vai acontecer novamente. Gostaria só de externar isso. O que você
399 colocou já é um começo. Mas ainda não é tudo. **JÚLIO** – É interessante Volney
400 o que você colocou e concordo que tenha que vir para cá e penso que essa
401 execução e não execução seja por falta também e como isso pode ser feito.
402 Porque não é possível, a assistência já é o primo pobre e tem recurso em conta
403 e não é utilizado, e por outro lado me preocupa também se estes municípios
404 em serviço de forma organizada com contratação de funcionário com utilização
405 do piso mineiro desde o início do ano não é repassado, como é que isso vai se
406 manter. Como manter o funcionário neste serviço, isso gera dúvida por parte do
407 gestor. É um conjunto de ações que não está de forma correta. E por outro lado
408 estamos falando e tentando justificar essa presença de recursos em conta de
409 alguns municípios, enquanto na verdade outros vem sendo executado, deveria
410 acontecer de também é não prejudicar aqueles que não vem prejudicando a
411 política. De certa forma aqueles que não tem vem sendo prejudicado. Então é
412 só isso que eu queria está alegando. **VOLNEY** – voltando a lembrar para este
413 conselho, que pelo que a Isabela, informou ontem que 300 municípios tiveram
414 a liberação desse pagamento, o que ocorreu por uma deliberação deste
415 conselho, onde recomendamos que os municípios que estivesse com a
416 prestação de contas acertadas tivessem a liberação do recursos. Foi ação
417 deste conselho, mais alguma colocação. **FERNANDO** – é porque **VOLNEY** –
418 identifique-se por favor. **FERNANDO – Rede Cidadão** – Os suplentes podem
419 falar, eu fiquei com dificuldade de entender se o desempenho era bom ou não,
420 eu fiquei com dificuldade de entender quanto que deveria ser executado no
421 período, porque tem o percentual de execução porque fiquei sem entender uma
422 referencia. Há tem 10% executado mas qual o percentual de referencia 50 ou 5
423 que deveria ter sido. Acho que deveria ter uma coluna com o que deveria ter
424 sido executado pelo período. Exato! Para a gente poder avaliar desempenho.
425 Porque acho que é isso que é importante para que a gente possa criar
426 referencia para a gente validar, no sentido do desempenho está bom ruim,
427 melhorou ou está melhor, acho que é isso. Ajudaria a fazer uma avaliação do
428 que está acontecendo. **ISABELA** – pode ser interessante e a gente teria que
429 deliberar aqui por uma alteração no relatório que a SEDESE faz, porque a ideia
430 é de trazer o percentual é justamente par auxiliar nessa analise, a gente pode
431 inserir essa informação, porque a gente já faz no SIGPLAN, que é o sistema de
432 monitoramento que é junto com a Assembleia Legislativa, que é uma forma de
433 dá transparência os gastos públicos, então a Assembleia já fornece essas
434 informações e tudo mais, a gente faz uma programação orçamentária e
435 financeira prevento justamente isso. No caso dos serviços de co-financiamento,
436 tem os planos de serviços que precisam ser preenchidos para depois haver o
437 co-financiamento e já fazemos essa programação considerando o período que
438 tem de preenchimento, e tudo mais então já coloca ai como possibilidade.
439 **VOLNEY** – ontem nós tivemos o dia que é a reunião das comissões, e eu

440 sugiro para este plenário que antes que a gente faça, qualquer sugestão de
441 alteração que você poderia está coma comissão de orçamento entender com
442 mais detalhamento para que possa fazer uma sugestão de alteração ou não de
443 forma mais consistente. Depois você vê com a Consolação, porque você vai ter
444 que entrar em alguma comissão. **RODRIGO** – só queria é complementar para O
445 Fernando que existe uma logica contábil, que existe o liquidado, e não
446 necessariamente chegou nas contas dos municípios, então nosso patrão não é
447 o contador é o usuário, que é para facilitar a logica que você perguntou, que a
448 nossa preocupação é o exercício na ponta, e que é tudo isso que o Julinho
449 falou e que a Isabela vem tentando demonstrar que a gente coloca que existe
450 essa logica contábil e essa logica deixa a gente perdido e chateado porque na
451 ponta está fazendo falta essa grana. **JOSÉ HENRIQUE** – Estado da Fazenda –
452 no inicio foi feito a leitura do oficio com relação a aplicação do recursos ao MP,
453 eu acredito que seja interessante dar noticia do conteúdo deste oficio quanto a
454 SEPLAG quanto à Fazenda, para que eles tenham a dimensão de como a
455 situação já se encontra, uma vez que foi provocado na instancia ministerial do
456 MP. **VOLNEY** – mais alguém quer se manifestar podemos ir para aprovação?
457 Colocou Consolação essa observação do José Henrique, todos concordam
458 este conselho concorda que essa informação essa denuncia do CONGEMAS
459 seja enviada à fazenda e SEPLAG, ok. Fernando você não vota mas tem todo
460 o direito de falar durante a plenária, você estando na condição de suplente voe
461 não pode votar. **VOLNEY** – Sindicato dos psicólogos pela aprovação. Ok!
462 Quem é a favor levanta? Abstinência? Voto contrário? As contas do segundo
463 trimestre elas foram aprovadas. Bom, durante os informes eu cometi o
464 equívoco e não pedi ao conselheiro Rodrigo para fazer os informes do bolsa
465 família, você me desculpe. Por favor o faça. **RODRIGO** – é referente ao comitê
466 gestor do bolsa família, reunião ocorrida no dia 9 agora de setembro, na cidade
467 administrativa, todos os integrantes da comissão estavam presentes, saúde,
468 educação, sociedade civil, social. Trazendo aqui para este conselho que as
469 capacitações do CIBEC estão ocorrendo, a caixa presente que o numero de
470 confirmados e presentes aqueles que fazem inscrição online e chegam em BH,
471 foi gerado acima de 70% é um bacana o pessoal está interessado inclusive
472 com a observação que é são dois representantes convidados do município
473 estão vindo gestor e estão interessado em saber como anda a atualização do
474 programa do bolsa família, segundo informação é que surgiram alguns
475 questionamentos em plenárias anteriores em que vamos colocar os nomes,
476 primeiro o conselheiro Volney quanto a o questão do numero de cartões de
477 devolução de cartões no Estado de MG, levei a questão, são representando
478 quem poderia responder foi a caixa, pediu um oficio solicitando mais detalhes
479 quanto a questão de índice de efetividade, cartões e estoques ou cartões
480 pagos, eles querem saber do conselheiro qual a duvida especifica, se quer
481 saber a efetividade de cartões que estão voltando se são os cartões pagos, se
482 são os cartões em estoque, eles tem essa informação mas precisa que seja
483 uma informação mais detalhada, para poder chegar ao nível de resultado do

484 conselheiro e que este conselho busca. Outro questionamento em plenária, foi
485 do conselheiro Ronaldo das questões da saúde e da educação, dos índices da
486 frequência escolar, do acompanhamento da saúde efetiva na ponta e
487 alimentação de sistema, vou dá a informação aqui, mas também na presença
488 de passarei, é que já existe um trabalho tanto da saúde e da educação e
489 recordando o que foi falado do nosso conselheiro José Henrique tiramos um
490 encaminhamento de enviar a AMM ofício implicar os nossos gestores na ponta,
491 temos situação de secretário de saúde que entende parte e a informação
492 chega na ponta. A informação chega na ponta da importância que é de está
493 atualizando o cartão de vacina de está registrando estes dados para que
494 venham refletir no índice de gestão descentralizada, e que se tenham
495 realmente este compromisso com a gestão do bolsa família, isso na saúde, em
496 relação à educação já tem um grupo de trabalho da educação estadual par
497 atender também junto aos diretores das escolas estaduais, implica-los mais a
498 participar da questão de frequência, se realmente os alunos estão na escola ou
499 não, também tirando os encaminhamento ai para tentar implicar o conselho
500 tutelar, para tentar fazer com que a rede venha atuar da forma como tem que
501 ser. Informo a este conselho que a educação, ela apresentou no dia dessa
502 reunião a possibilidade de uma pós graduação com a UFMG, uma pós
503 graduação que vem com o tema educação pobreza e adversidade. É parece
504 que o professor de referencia na UFMG é o professor Miguel Arroyo, pós
505 graduação vai ser uma semipresencial, com 4 encontros, então BH, Valadares,
506 Montes Claros e Uberlândia, a principio estão falando em 250 vagas irão
507 informar quando chegar a informação, e que no mês de Agosto 26 e 27 ocorreu
508 o encontro em Brasília, sobre a inclusão dos usuários do BPC na escola, já é
509 sabido por todos da dificuldade de identificar este usuário pela educação,
510 porque a assistência tem estes dados lá. Eu falo pela educação tem a
511 existência também da família, em colocar o usuário na escola regular, é gente,
512 acho que é isso as informações são essas. Pautei também a apresentação de
513 Tereza, no caso ela não estava lá, mas se tiver qualquer outra demanda deste
514 conselho, estamos para levar à comissão e pediu a gentileza de alguma
515 demanda especifica para trazer uma resposta mais qualificada que atenda a
516 todos ai. **VOLNEY** – a minha duvida talvez não ficou clara eu acho que essa
517 resposta que esse grupo retorna não me atende, eu estive em Brasília e o
518 MDS, eles me informaram que existem milhões de pessoas devolvendo o
519 cartão do bolsa família de forma espontânea, inúmeras pessoas que estão
520 saindo do nível da pobreza, vao lá e devolvem o cartão do bolsa família. Então
521 a minha pergunta é o Estado de MG, quantas pessoas estavam no bolsa
522 família devolveram o cartão do bolsa família de forma espontânea, essa
523 informação o MDS não me deram, então eu pergunto se tiver algum gestor,
524 quando o portador do bolsa família, ele vai e devolve este cartão ele tem
525 alguma forma de inserir no sistema este cartão está sendo devolvido de forma
526 espontânea. Porque não sabemos quantas pessoas estão na verdade saindo
527 da linha da pobreza por uma devolução de forma espontânea, esse numero

528 não aparece. Nós temos quantos cartões de bolsa família no Estado MG, então
529 quantos já devolveram espontaneamente. Então se este conselho se puder e
530 esteja entendo minha pergunta que faça essa solicitação, porque nós não
531 temos estes números, este programa ele está tendo essa efetividade que este
532 beneficiário está desenvolvendo este cartão. Olha sai da linha da pobreza,
533 melhorei de vida o cartão está aqui. Este numero não aparece. Pascua, você
534 que é gestora quando o sistema que o beneficiário devolve isso é inserido no
535 sistema. **MARIA DA PASCOA** – Gestora de Piracema – não sei de cor, mas a
536 gente consegue sim, tem um formulário que a pessoa preenche quando
537 devolve sim, de forma espontânea, e você tem como lançar, agora a coisa mais
538 difícil é a pessoa devolver, muito pelo contrário, de dois em dois anos quando
539 você vai fazer a apuração é uma luta fazer a família entender que de dois em
540 dois anos que os técnicos vão fazer a revisão é uma luta para você fazer a
541 família entender que ela não precisa mais do bolsa família. E outra coisa
542 quando por erro do sistema, ontem estava em uma reunião do CIBEC, às
543 vezes uma família que já perdeu o serviço, pelo tempo de permanência no
544 programa ou mesmo pela evolução da renda, e ela perde e recebe
545 automaticamente uma carta, falando que ela está beneficiária e que o cartão
546 está à disposição. É um custo você fazer as pessoas entenderem que é um
547 erro do sistema. É meu o governo mandou para mim, eu quero. O povo está
548 roubando lá em cima, é de direito. É uma luta fazer a pessoa entender, que não
549 tem mais o direito e não tem o perfil. Eu no meu município trabalho com bolsa
550 família desde 2005, duas pessoas devolveram. **VOLNEY**- pois é neste
551 encontro do MDS, isso foi falado com muita veemência, que muitos
552 beneficiários estão devolvendo de forma espontânea, não foi digerido além do
553 MDS, então Rodrigo, que esse plenário deliberasse se é possível ter este
554 numero no Estado de MG. **ISABELA – SEDESE** – Bom! Volney eu não, nunca
555 tive informação nestes sentido é claro que existem os casos de superação da
556 pobreza, que e feito o desligamento do programam, mas não do numero tão
557 grande e que não tenha controle. O que as prefeituras, os gestores fazem é o
558 acompanhamento dos beneficiários inclusive na atualização cadastral, como a
559 Pascua colocou que é para entrar em contato com os beneficiários do
560 programa, para ver se a situação persiste se não faz o desligamento. Os
561 números do desligamento são inseridos no sistema, agora não tem esse
562 campo específico para dizer se a pessoas espontaneamente se a pessoa
563 devolveu ou não, mas este acompanhamento é feito pelas equipes, sabe, ai eu
564 não sei. O questionamento seria para o governo federal, da forma que ele está
565 apresentando essa informação, não sei se convém partir um ofício do CEAS
566 nestes sentido. Porque acho que temos que tomar muito cuidado da forma de
567 tratar essas informações e não ser como eles fizeram essa exposição e não
568 pode desmerecer o trabalho que os gestores fazem que é muito intenso de
569 fazer a ação cadastral de correr atrás dos beneficiários e tudo mais, e eu não
570 sei, na forma como você está falando, talvez seja um pouco leviana a
571 colocação, não sei mas acho que teríamos de tomar um pouco mais de

572 cuidado, e não se se cabe um posicionamento do conselho, porque não sabe
573 como foi muito bem colocado essas informações. MARIA PASCOA – existe no
574 SIBEC, sim não sou operadora do sistema, mas como gestora a gente tem
575 uma visão global, quando a família procura o setor do bolsa família para fazer a
576 desistência voluntária, a gente entra no SIBEC, e informa porque se a situação
577 da família regredir a renda diminuir automaticamente ela passa a receber,
578 então tem como mensurar isso no SIBEC, sim. **ISABELA** – então a gente pode
579 tentar buscar no SIBEC, puxando as informações, pode ser uma sugestão ou
580 não. Ai se a Sirlene quiser até colocar alguma coisa, Sirlene? Você vai anotar
581 como encaminhamento? Você quer colocar alguma coisa. (Falas ao fundo) eu
582 não sabia que tinha essa opção no sistema, você está colocando a gente
583 verifica. **VOLNEY** – então enquanto não sai como encaminhamento e desse
584 uma olhada e desse essa informação. Agora quantas pessoas no Estado de
585 MG, já devolveram de forma espontânea o cartão do bolsa família. Mais
586 alguma colocação Shirley. **SHIRLEY – CMAS – Sarzedo** – vai ficar como
587 encaminhamento ou não. **VOLNEY** – sim encaminhamento ofício para a
588 SEDESE. **SHIRLEY** – é porque eu gostaria também talvez tenha passado um
589 pouco o momento e não ficou claro pra mim, aquela sua sugestão o ultimo
590 ponto de encaminhar para os conselhos sobre a prestação de contas, ficou
591 como encaminhamento também. **VOLNEY** – é ponto vencido né Shirley.
592 **SHIRLEY** – é mais não ficou claro. **VOLNEY** – Consolação você quer
593 esclarecer por gentileza a duvida dela. Quais foram os encaminhamentos da
594 prestação de contas. **CONSOLAÇÃO** – apresentados os ofícios desde a
595 questão da AMM, do Serviço de convivência, a questão do piso mineiro. Os
596 dois ofícios em relação à fazenda SEPLAG, fazer toda aquela informação o
597 ofício do CONGEMAS que é para encaminhar ao MP e o pedido ofício para a
598 SEDESE solicitando levantamento para os municípios, que estão com saldo
599 em conta de recursos e os motivos que vai aguardar essa questão do motivo
600 vai ficar para depois, mas vai, solicitar os motivos, foram estes os
601 encaminhamentos. **SHIRLEY** – tá vendo a proposta que você fez não foi
602 votada, e agora ficou, não sobre o encaminhamento do conselho estadual para
603 os conselhos municipais para a prestação de contas. Lembra que você fez
604 essa proposta. Não! Gente foi até a proposta faz parte do que deveríamos
605 começar a fazer para essa questão. Você propôs que o conselho estadual
606 encaminhe para os conselhos municipais para saber o que está sendo feito
607 para a questão do piso. Sim! O piso mineiro. **ISABELA** – ele tinha falado dos
608 gestores municipais apresentarem uma justificativa sobre o saldo em conta. E
609 eu falei que isso já tem que informar no demonstrativo de prestação de contas,
610 não justificaria o próprio conselho aprova e apresenta justificativa. **VOLNEY** –
611 já é ponto vencido este ponto de pauta, nós vamos prosseguir então porque já
612 foram dados os encaminhamentos. Rodrigo. **RODRIGO** – só para acrescentar,
613 é a este ponto de pauta a este informe, estou dando um exemplo aqui para os
614 conselheiros que estiveram ontem. O índice de Mário Campos, ele estava com
615 índice na educação muito abaixo e uma força tarefa deslocou ao município,

616 uma força tarefa do Estado, um trabalho in loco e já melhoraram os índices
617 dele em 70%, está claro que ainda em 2014, nós temos as questões dos
618 papéis, e existe sim em MG, gestores e municípios que não entenderam o
619 papel do programa bolsa família. O agente de saúde por exemplo, ele vai lá e
620 faz a verificação na ponta e até chegar no sistema, para ser alimentado e isso
621 chegar no Ministério já se passou dois três meses então está dando ai esse eu
622 vi os espaços, isso tem acontecido está ai, tem lugares que estão com os
623 recursos parados, e sendo devolvidos, tem uma conversa na educação que os
624 diretores podem aderir ou não e por uma questão de prestação de contas e
625 outras questões internas e acabam não fazendo e prejudicam o usuário e de
626 certo é fato, que a comissão inter gestora ela tem esses fatos e está se
627 esforçando é claro que se não tiver legal como foi dito pela nossa presidente e
628 se tiver sugestão nossa conselheiros a gente vai acatar para tentar melhorar o
629 esforço para o usuário. **VOLNEY** – bom gente, com relação aos informes vocês
630 me perdoem, mas como a Isabela ela atrasou um pouco ela tinha informe para
631 ser dado, então por favor. **ISABELA** – só para complementar uma informação
632 importante é que o censo SUAS já está aberto disponível para preenchimento
633 pelos municípios e ai é tem o escalonamento dos dados, tem o censo gestão,
634 conselho, CRAS, censo CREAS, censo unidade de recolhimento, cada um com
635 período de preenchimento, e a gente teve este ano a inclusão de um
636 questionário novo que é referente aos centros de referencia. É ai o questionário
637 ele vem para os municípios informarem sobre a unidade que é ofertada o
638 serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, pelo nome de centro de
639 convivência está gerando confusão pelos municípios, porque as vezes existe
640 um centro de convivência que é um equipamento da saúde, existe um centro
641 de convivência que só é um centro comunitário, que tem um quadra disponível
642 para esporte e para deixar bem claro que talvez seja bacana informar, que é
643 para deixar claro que é para informar a unidade que tem o serviço de
644 convivência e ai mesmo que não tenha o co-financiamento federal, é
645 importante informar porque ele serve de base para nortear as expansões.
646 Então se o município tem o serviço de convivência e ele não é co-financiado é
647 necessário que ele informe lá porque pode ser que ele fique de fora se ele não
648 informar lá. **VOLNEY** – você acha necessário algum informe aos conselhos
649 municipais e alertar este gestor? Ou não, o que vocês acham? **ISABELA** - eu
650 acho que pode ser a titulo dos conselho municipais com essa informação e
651 orientações sobre o preenchimento do censo SUAS. **VOLNEY** – alguém mais
652 quer se manifestar no plenário. **CONSOLAÇÃO** – nós secretaria executiva tem
653 por habito repassar os informes que vem da SUBAS mesmo, que ela já coloca
654 toda a orientação isso seria suficiente ou tem que fazer algo mais. **ISABELA** –
655 isso é suficiente. **VOLNEY** – ok! Mais alguém quer se manifestar, podemos
656 passar para o próximo ponto. O próximo ponto é o relatório do grupo de
657 monitoramento da UHE de Candonga, para aqueles conselheiros novos, este
658 conselho deliberou um grupo de monitoramento e os conselheiros sou eu, a
659 Isabela, a Luiza, e a Rose que é uma técnica da SEDESE que não se encontra

660 presente. A Isabela vai apresentar o relatório e também participar a este
661 conselho que ontem chegou um e-mail do Sr. Marcelo Micherife Carneiro,
662 chegou às 14:45, prezada Roberta, para conhecimento encaminho o atestado
663 de eficiência do abastecimento de água de São Sebastião de Soberbo, na
664 clausula 7º paragrafo primeiro do termo de acordo firmado junto ao MP de MG,
665 o atestado foi produzido com base nas análises realizadas pela empresa Visão
666 Ambiental, atenciosamente, tem uma carta da Visão Ambiental, encaminhando
667 para o consórcio e este atestado está aqui vou passar para a secretaria
668 executiva para fazer juntada nos autos. Isabela faça o favor. **ISABELA** – Só
669 mencionar e agradecer a presença dos representantes do consorcio Candonga
670 eles já vem acompanhar as plenárias quando a gente discute as questões do
671 consorcio e estão aberto se quiserem fazer alguma manifestação. Fazer
672 apresentação da visita que foi realizada no final de julho, pelo grupo que o
673 Volney apresentou e tentando consolidar este relatório, com ações principais
674 que foram observadas e já deixo de antemão aberto caso os conselheiros
675 queiram fazer qualquer complementação. Primeiro só para explicar como a
676 visita foi organizada, foram dois dias de viagem chegou na parte da tarde do
677 dia 24, em Nova Soberbo e fizemos a visita dos domicílios da comunidade e
678 principalmente e todos os eixos do PAS, que eram referente a comunidade de
679 Nova Soberbo que abarcava a questão da água e do reparo de moveis e
680 limpeza da caixa d'água, a extensão de quintais e o registro de imóveis. O
681 grupo se dividiu e fizemos uma amostragem de cada rua visitamos pelo menos
682 duas casas, conversando com os moradores, e elaboramos um roteiro prévio
683 que norteou a conversa com eles, o objetivo não foi fazer um questionário, mas
684 ter uma padronização mínima da forma como iríamos colher as informações
685 com os moradores, e seguinte este roteiro fizemos a conversa com eles, pra
686 identificar os pontos e vou mostrar o resultado mais embaixo, logo que
687 chegamos fizemos a visita à Associação de Nova Soberbo. Associação dos
688 moradores de São Benedito do Soberbo, que foi contemplada na época com os
689 cursos que estavam previsto no PAS, com relação à inclusão produtiva, foram
690 cursos profissionalizantes. Fizemos a visita à associação para conversar sobre
691 a participação nos cursos, sobre os alunos que haviam participado. Sobre a
692 efetividade das ações. E vamos apresentar o que colhemos de informação logo
693 em seguida, no segundo dia pela parte da manhã foi visitar a comunidade de
694 Sete Quedas que é um outro grupo de atingidos, o pessoal de Novo Soberbo
695 pra quem não conhece a historia, eles foram atingidos diretamente por um
696 empreendimento, com a formação da barragem de usinas, se eu usar termos
697 técnicos errados vocês não reparam não. O reservatório, eles tiveram que
698 mudar de lugar, que é a Nova Soberbo, então foi construída novas casas, uma
699 outra comunidade uma outra cidade, praticamente para eles morarem, e o
700 pessoal de Sete Quedas, foram atingidos em relação à produção deles, o
701 espaço que eles cultivavam, criavam gados foi alagados e eles foram
702 removidos. E ganharam novas terras, para cada um dos dois grupos foram
703 identificadas ações um pouco diferente. Então em relação ao pessoal de Sete

704 Quedas a gente fez a visita aos moradores, eles ficam separados de Nova
705 Soberbo, como se fosse a área rural do entorno, fomos na casa de todos que
706 estavam presente, alguns estavam em viagem outros trabalhando, mas
707 conversamos com o representante da associação dos produtores rurais da
708 fazenda Sete Quedas, que também nos passou alguma informação do resto do
709 pessoal. Em relação aos dados que coletamos, em relação ao eixo da água
710 que tinha como meta a perfuração de polos para abastecimento e em relação a
711 qualidade da água, tínhamos identificados problemas com relação ao odor e
712 sabor da água, pela conversa com os moradores, isso foi praticamente
713 unanime que houve um salto em relação à água, todos considerando que tem
714 um abastecimento suficiente de água. Alguns tem o habito de buscar água na
715 mina e que não usam água da torneira para todas as atividades de casa, mas
716 deixaram claro que é uma questão de costume e habito de beber água da
717 mina, não que a água que está sendo fornecida hoje tenha algum problema. A
718 gente também abriu a torneira bebeu da água para poder é confirmar as
719 informações, e identificou como cumprido. É na época quando as casas foram
720 construídas foram identificadas alguns pontos que não iam de encontro com o
721 desejo e a praticidade da vida dos moradores, algumas casas tinham a cozinha
722 em lugar inadequado que consideravam que não facilitava as atividades do dia
723 a dia, algumas outras questões de acabamento, telhados e janelas, calha, que
724 não testavam atentando a necessidade dele e foi feita essa meta para fazer os
725 reparos dos imóveis. Volney você que acompanhou mais tempo, qualquer
726 coisa que eu esquecer você pode me corrigir. A gente fez a visita nas casas
727 todas elas tiveram reforma, passaram por reforma, quase praticamente todas
728 os moradores estavam satisfeitos com a reforma, alguns estavam aguardando
729 alguns reparos finais, questões terminar algum ajuste de piso, rodapé das
730 casas, pintura das portas, questões mais de acabamento. Eles tinham recebido
731 a visita de engenheiros, de forma geral bem satisfeitos, então demos a ação
732 como cumprida. Em relação à limpeza da caixa d'água é que foi uma questão
733 que apareceu que como a água não estava chegando na qualidade adequada,
734 a caixa ficaram muito sujas, acumulou terra e outras substancias, e foi
735 necessário fazer a limpeza da caixa d'água e estavam localizadas de uma
736 forma no telhado que dificultava o acesso pelo morador, foi feita a limpeza pelo
737 consórcio com orientação aos moradores de como fazer as próximas limpezas
738 e com a questão da melhora da qualidade da água isso melhorou bastante,
739 eles vão fazer a limpeza da caixa d'água na mesma periodicidade que todos
740 nós devemos fazer. E em relação á caixa d'água está sendo feita outra ações
741 que não fazem parte do PAS, então não cabe aqui. Com relação ao registro
742 dos imóveis que é a regularização das casas, a propriedade para os
743 moradores, registro certo das casa, é a gente confirmou praticamente as
744 informações que o consorcio havia enviado por meio de documentação dos
745 registros, a maioria dos registros já foram concluídas, o que não foi concluído
746 são situações que é processual, falta de documentação, o morador original
747 morreu, que está passando para um processo burocrático maior, mas já está

748 bastante encaminhado. E com todos os moradores que conversamos isso foi
749 constada, e também damos como cumprido. Em relação à extensão de quintais
750 foi uma outra situação particular, eles receberam as casas, mas também
751 deveriam receber um terreno que possibilitasse fazer a criação agricultura, para
752 subsistências, para complementação de renda destes moradores. Mas
753 inicialmente tinha sido previsto comprar este lote e dividir entre os moradores,
754 mas não foi identificado um terreno adequado e atendesse as necessidades e
755 durante o processo de negociação chegou em um acordo com eles e um
756 consórcio e que seria feito um pagamento indenizatório, e os pagamentos já
757 haviam sido iniciados todos receberam 50% e estavam para receber a
758 segunda metade no início de agosto que me parecer que foi cumprida
759 Consolação, então essa ação foi dada como cumprida, em relação à inclusão
760 produtiva para a comunidade de Nova Soberbo estava previsto os cursos de
761 qualificação profissional para os moradores que foram esses realizados por
762 meio da associação, então foi comprado equipamento de costura, eles fazem
763 até uma produção de malharia, foi comprado um equipamento de padaria e no
764 momento que a gente visitou a sede da associação estava passando por uma
765 reforma para comportar todos os equipamentos que haviam ganhando para
766 retomar a produção. Foram feitos cursos de artesanato. A dificuldade em
767 relação ao cumprimento da ação de cursos foi constatada que de fato foi feito
768 já tinham sido encaminhados outras comprovações, mas conversamos com
769 moradores que participaram do curso outros moradores, que nos deram essa
770 notícia e a dificuldade deles hoje é para darem prosseguimento às ações da
771 associação, que já extrapolam as ações do PAS, era a dificuldade de mobilizar
772 os moradores de produzir na malharia e abrir a padaria, então essa ação
773 também demos como cumprida. Já em relação á comunidade de Sete Quedas,
774 observamos que as ações ainda não haviam sido cumpridas, em relação à
775 comunidade de Sete Quedas estavam previstas essas varias ações, aquisição
776 de novas terras, porque o que aconteceu, eles foram reassentados, todos já
777 tem sua casa para produção de agricultura ou de pecuária, mas essa área era
778 pequena, mas foi feito um estudo de qual área era real para atender a
779 produção deles. E foi identificado que deveria ter um tamanho de 12ha e os
780 moradores não tem essa terra total, foi definido como ação no PAS aquisição
781 dessas novas terras, para que tivesse extensão da área deles como
782 desenvolvimento de pecuária principalmente. Que era a principal atividade
783 deles antes, a regularização desses imóveis tanto das ação que estavam
784 morando quanto das novas terras que devem ser adquiridas e a realização de
785 um estudo técnico por propriedade para identificar a demanda de custeio
786 necessário à implantação e ou expansão da atividade de produtos que foi o
787 estudo para identificar o tamanho da terra e estudo para auxiliar essas famílias
788 em como aumentar sua produção qualificar sua produção, se é gado de leite,
789 como é feito a colocação dos tanques, pastos, não sei explicar, um estudo
790 técnico para auxiliar e aumentar a produção a implantação de poços semi
791 artesianos e outras alternativas para a captação da água, das propriedades

792 onde a oferta é irregular e insuficiente e a prestação de assistência técnica e
793 extensão rural dos produtores por um período mínimo de 4 anos. Implantação
794 da EMATER, bom! O que observamos que todos os moradores, eles foram de
795 fato reassentados, tem a produção da sua terra, casa, mas nenhum deles teve
796 essa nova terra, teve a extensão das propriedades para aumentar a produção
797 deles. Eles já tinham recebido a visita da EMATER para fazer o primeiro
798 assessoramento técnico mas precisava da aquisição da terra para a EMATER
799 fazer a construção desse plano de assessoramento mais individualizado e de
800 fato chegar no aumento e na qualificação da produção, não tinha a
801 regularização da documento, já tinha sido iniciado o processo nos cartórios, já
802 tinham recolhido a documentação mas não estavam com o título da
803 propriedade em mãos. Tá ligado às aquisições das novas terras, para terem a
804 regularização completa. E um outro ponto que preocupou muito a gente foi em
805 relação à água. Todos eles trouxeram um queixa em função do fornecimento
806 da água que era irregular ou insuficiente. Tinham morador específico que não
807 estavam recebendo a água no momento da visita e os outros trouxeram a
808 dificuldade da água as vezes do próprio consumo dentro da própria casa, e
809 manter a agricultura e água para o gado e isso foi uma questão que preocupou
810 bastante a gente. E o consórcio, coincidentemente, depois só finalizar, pela
811 visita percebemos que as ações referentes a Sete Quedas estão em
812 andamento. E pela conversa com os moradores, está sendo feito a negociação
813 para aquisição de novas terras, a identificação de terras que sejam e os
814 moradores consideram adequadas para eles, que fique perto, que atenderam o
815 que consideram que é importante, e que sejam terras viáveis, que um dos
816 terrenos que querem o proprietário não tem intenção de vender. Já foi feito o
817 contato e foi feito negociação e o proprietário não tem a intenção de vender.
818 Então esse processo o consórcio nos enviou um ofício trazendo documento das
819 reuniões que estão sendo feita das conversas que estão sendo feita com os
820 moradores, tem um esforço do consórcio para concluir as negociações, para
821 uma parte dos moradores já tem até um contrato de promessa de compra e
822 venda, para aquisição mas a questão está sendo encaminhada, em relação á
823 água é isso que a gente falou. Um terceiro ponto que chamou a atenção é um
824 dos moradores, senhor José Justino, a casa dele estava localizada num morro
825 e estava sofrendo com rachaduras, a casa dele tinha sido reformada
826 recentemente e quando fizemos a visita tinha apresentado a rachadura no chão
827 como se fosse um passeio em torno da casa que estava descolando de novo.
828 Não sabemos não tem conhecimento técnico e fazer uma avaliação que
829 apresenta problema de risco para a segurança da família, e incluímos isso
830 como um ponto importante da observação. A nossa sugestão de parecer é que
831 o PAS seja aprovado, mas com três condicionantes. A primeira finalização do
832 processo de aquisição das novas áreas nas proximidades das propriedades
833 dos reassentados usando o aumento da área rural para complementar 12ha,
834 com os atingidos de Sete Quedas, com a expansão agropecuária e agrícola,
835 com a devida regularização da propriedade até dezembro de 2014, a resolução

836 em até 45 dias do abastecimento de água para os atingidos da fazenda de
837 Sete Quedas por meio da implantação de poços semi-artesianos e outras
838 alternativas de captação de água onde a oferta é incapaz e insuficiente e por
839 fim é a produto de um relatório técnico sobre a habitação do Sr. José Justino,
840 caso o relatório identifique indique a necessidade de alguma intervenção para
841 garantir a segurança dos seus moradores e a conservação da casa que as
842 mesmas sejam tomadas num prazo de 60 dias. Querem complementar
843 Volney. **VOLNEY** – só complementando. O reparo dos imóveis item 3, volta por
844 favor. Reparo dos imóveis talvez foi esquecido tem uma senhora de 94 anos
845 que está acamada e foi feita uma reforma da casa, eu gostaria de pedir uma
846 atenção especial, porque a porta do banheiro é uma porta de 60 é uma
847 senhora que está acamada e a cadeira de rodas não entra no banheiro, não
848 tem a mínima condição, tudo para podermos darmos um pouco de dignidade a
849 essa pessoa no final de vida dela. Ou então que faça um estudo com a família,
850 e que aumente essa porta para 80 e outra viabilidade técnica fazer tipo uma
851 suíte, porque são dois quartos na casa me parece, porque está complicado
852 para a família, senhora com 94 anos está acamada não pode entrar com
853 cadeiras de rodas, cadeira não tem movimento dentro da casa, a reforma foi
854 feita e passou despercebido pelos técnicos, queria salientar essa informação.
855 Ok, Marcelo! você sabe quem é a senhora? Júlio está inscrito, quem mais, quer
856 se inscrever para tirar dúvidas, depois vamos inserir vocês ok Léo. **JÚLIO** – só
857 levantando uma questão que técnico é esse que não consegue levantar uma
858 questão de uma porta de 60cm, isso não é porta é coisa óbvia. Agora uma
859 outra dúvida, quanto é passa por final quanto as condicionantes, no que eu
860 entendo não pode ser aprovado com condicionantes. A Consolação falou
861 também de fato já foi até passado pelo conselho. A minha sugestão é que seja
862 resolvido essa situação e depois volta para o conselho. Não pode ser aprovado
863 com essas condicionantes. **VOLNEY** – com relação à casa do Sr. José Justino,
864 viu Marcelo! não sou técnico não sou engenheiro, mas temos percepção das
865 coisas, pelo que eu entendi, foi feito um desaterro, no terreno e percebemos a
866 terra movediça e é visto que há rachaduras em volta da casa e o barranco está
867 começando a descer, então para que isso passe no conselho acho importante
868 para você se resguardar que o engenheiro resolva este problema
869 dando. **VOLNEY** – você tem uma percepção uma noção das coisas. Então
870 aquilo me preocupou bastante. Nós vamos passar agora para o consórcio.
871 **MARCELO** – bom dia a todos, é antes de começar eu queria agradecer ao
872 conselho, falar inclusive que estou completando 3 anos de consorcio e na
873 primeira semana minha eu participei com a reunião com o CEAS e cheguei
874 participando com o CEAS e alguns conselheiros, as pessoas que a gente
875 acostumou a conviver nos últimos três anos Volney, Consolação, Rosa, Nilce,
876 Julio Cesar, para nós este processo de mediação foi um aprendizado, neste
877 contato com vocês, que estavam na época, parabéns conselheiros que estão
878 entrando, Isabela já conhecimentos do grupo de monitoramento. É bom, na
879 resposta para cada um dos itens, vou começar pelo caso da Dona Orozina, que

880 foi o caso que o Volney colocou, é uma senhora que quando a gente fez a
881 visita em 2012, essa questão na estava sendo apontada, porque ela estava
882 com a saúde melhor. Naquele momento não foi feito nenhum apontamento de
883 uma possibilidade de reparo para ela. No processo das obras a assistente
884 social que lá estava viu a necessidade de atendimento e foi feito uma proposta
885 para ela, de que fosse alterada a porta do guarda para ela e que tivesse
886 acesso direto ao banheiro e ela a própria filha dela, Dona Maria das Graças
887 não gostou da proposta queria que fosse feito um novo banheiro, e acabou não
888 ocorrendo, a situação dela atual, ela não poderia nem ficar na casa dela, ela
889 vai morar com a filha, de qualquer forma tem acompanhamento da assistente
890 social, vai morar com filha nós vamos ficar atentos ao desenvolvimento deste
891 caso, o segundo ponto ultimo ponto, vou deixar o Senhor José Justino para o
892 final que vou pedir ajuda do pessoal técnico que está aqui. Em relação aos
893 pontos que foram levantados sobre Sete Quedas, primeiro em relação, coloca
894 as condicionantes na parte de Sete Quedas, exatamente! Obrigado, em relação
895 à aquisição de novas áreas, em 2012, o consorcio é tinha na resolução que ele
896 tinha que definir o tamanho das áreas juntamente aos proprietários. E este
897 processo é um processo de desenvolvimento junto à própria EMATER que
898 realizou diagnostico com cada um dos produtores fez consulta, foi na casa
899 deles para saber onde moravam, como eles viviam qual o tipo de produção
900 quantas pessoas tinham na casa para entender e fazer uma proposição de
901 tamanho e que fosse discutida junto com os produtores. Essa reunião
902 aconteceu em outubro e nessa reunião foi definido que iria integralizar a área
903 deles que já existia e o complemento chegaria até 12ha, sendo 9,8ha de área
904 produtiva. Em outubro a gente já sabia o tamanho da área que tínhamos que
905 adquirir é sendo assim o consorcio já tinha feito varias avaliações de terra,
906 contratou uma empresa especializada para fazer avaliação e uma terra que
907 atendesse do tamanho que eles queriam e da produtividade que a EMATER
908 considerava, para indicação das terras, ela avaliava para ver se terra era
909 viável, é para aquisição, então as terras que foram colocadas a gente tentou a
910 negociação com todos. Uma dessas terras inclusive que foi negociada com o
911 morador inclusive nós tentamos manter uma declaração de utilidade pública e
912 nós não conseguimos que é uma prerrogativa do setor hidrelétrico neste
913 processo de implantação que estava no acréscimo de reassentamento, mas
914 não conseguimos a pretensão das fazendas, isso é normal no período de
915 implantação essas dificuldades muitas vezes se perde, pois sabendo do
916 interesse do empreendedor, os preços das fazendas sobem assustadoramente
917 três quatro vezes pelo momento que está se passando e é interesse do
918 empreendedor em se fazer aquele reassentamento, como não foi obtido a DUP
919 o processo que foi reportado pelo consórcio inclusive. É nós buscamos uma
920 alternativa de uma área que foi considerada pela própria EMATER uma
921 alternativa mais viável pela produtividade, uma seria de fatores na avaliação
922 técnica da EMATER, que é órgão responsável por fazer este acompanhamento
923 segundo a resolução é a EMATER indicou uma fazenda, que chama fazenda

924 cachoeira Alta, essa fazenda tinha um impedimento para ser adquirida,
925 porque ela tinha uma floresta de eucalipto, e essa floresta de eucalipto tinha que
926 ser retirada porque tinha um contrato com a CEMIG para liberação dessa área,
927 e o consorcio foi atrás dos moradores inclusive com essa proposição da
928 Fazenda Cachoeira Alta, e obteve a aceitação da maior parte dos moradores,
929 inclusive com uma outra terra que a gente chama de fazenda associada, que
930 na matricula também é Cachoeira Alta, mas todos conhecem como fazenda
931 associada, para composição e reassentamento dessas áreas. Nesse período
932 foi firmado um promessa de compra e venda com o proprietário e nessa
933 promessa que após a retirada do Eucalipto o consórcio iria concluir a aquisição
934 com o compromisso do morador e do proprietário em vender e o consorcio
935 comprar este processo. É isso está ocorrendo, previsão que ocorra agora até o
936 final do ano. Nesse período nós firmamos um termo de acordo com o MP,
937 inclusive neste termo está previsto um período de um ano para a aquisição
938 disponibilização desta áreas pelos proprietários e condicionados a questões
939 que foram e fogem do controle do consorcio. Se eu comprar um área tem todo
940 um processo de transferência, cartório, georeferenciamento, este é um
941 processo que foge das mãos do consórcio, se entra num cartório e leva 60
942 dias, o consorcio espera que neste tempo seja menor. Então ficou
943 caracterizado neste termo de acordo que o consorcio teria 1 no para fazer a
944 disponibilização das áreas para estes proprietários, salvo se estivesse
945 ocorrendo para regularização, salvo se estivesse ocorrendo no cartório ou
946 trabalho de georeferenciamento e considerando este prazo, estamos
947 cumprindo o que foi proposto entre as partes. Bom! Isso primeiro em relação à
948 fazenda Cachoeira Alta existe um esforço enorme nosso de apoiar o
949 proprietário porque ele precisa retirar o eucalipto no prazo para cumprir e
950 disponibilizar as áreas para os proprietários. Outra coisa com relação à
951 regularização dos imóveis é o mesmo caso dos registros dos imóveis. Os
952 casos dos proprietários rurais eles não seguem os dos outros que tem
953 pendencia no caso nós temos 3 proprietários rurais que estão com a
954 propriedade no cartório e em caso judicial tem 3 casos, então são casos que o
955 consórcio não tem controle, são casos que quando estão no cartório, foge do
956 nosso controle, o processo foi ajuizado o consórcio não tem como intervir. O
957 consorcio entende que cumpriu essa regularização de imóveis dentro das suas
958 capacidades, da sua capacidade de atuação. Em relação ao estudo técnico por
959 propriedade, isso não foi questionado. Implantação dos postos semi-artesianos
960 e outras alternativas para captação de água nas propriedades onde a oferta é
961 irregular e insuficiente. Nós recebemos algumas queixas dos proprietários
962 durante o ano de 2013, em relação a questão de oferta de água, e quanto ao
963 consórcio foi feita uma mobilização grande para entender quais os problemas
964 que estavam ocorrendo e conseguir fazer gestão e mensurar o tamanho do
965 problema. Foram feitos sistemas de água para atender as 15 famílias
966 beneficiadas de Sete Quedas, e foram feitos vários sistemas, na época não
967 conseguia mensurar porque. A gente não conseguia saber se não chegava,

968 porque não chegava, se chegava, não chegava, e mesmo que entendesse que
969 os sistemas eram operacionais, eles estavam funcionando. Então procuramos
970 acompanhar mais de perto e sentamos com cada um dos produtores e fizemos
971 reuniões com eles, geramos atas em cada um dessas reuniões, sentamos com
972 eles para procurar entender o que estava acontecendo, para procurar entender
973 quando é que falta água, qual a solução que se propõe, e dessas atas saíram
974 intervenções e sugestões nossas, nesse período. É durante esse processo,
975 não adiantava fazer intervenções e melhorias no sistema de abastecimento de
976 água, a gente precisava saber se iria funcionar, e a melhor forma era medir,
977 hidrometrar, e hidrometramos, colocamos um hidrômetro em cada um dos
978 sistemas para saber se estavam recebendo água. Eu trouxe até uma tabela,
979 vou distribuir não sei se é suficiente, você me ajuda por favor, **Volney**, só para
980 passar para vocês e vocês irem acompanhando. Bom! Eu preciso de uma. É
981 bom! Em relação ao consumo, quando a gente fala de consumo, a gente tem
982 que acho que é bom conversar sobre o que está acontecendo no país, a gente
983 sempre pensa que o Brasil é uma potencia de água, com 3% da população
984 mundial e 12% da água doce do planeta, com as contribuições dos rios de
985 outros países a gente chega a 18% da água doce do planeta. No dia da água é
986 uma festa. Mas, é o Brasil ele vem cuidando bem dos recursos hídricos, por
987 isso vai ter isso muito bem por longo e longo tempo. Não preciso nem
988 responder, correto? Estamos em uma crise energética, e com essa temos um
989 racionamento nas torneiras e temos vendo isso no Brasil inteiro, no nordeste
990 tem 1500 municípios com calamidade por falta de água. Você vai na região
991 Sudeste você tem quase 10 milhões de pessoas prestes a viver um
992 racionamento, São Paulo já é uma realidade. E bem na área urbana tem
993 pessoas que precisam andar 6km para conseguir água, isso é um absurdo. E
994 em MG, não é diferente. Isso é trazendo um pouco mais para a região que
995 estamos falando, a bacia do Rio Doce está passando por uma das maiores
996 secas de sua historia, você tem casos das pessoas da área rural da agricultura
997 que estão andando 10km para beber água e a agricultura é o maior bebedor de
998 água do país, é um setor importantíssimo para o nosso país e é um setor que
999 precisa cuidar mais disso. E você olha o desmatamento das arvores, rios, como
1000 é que você vê que não estamos cuidando, e o cenário não é positivo. Estamos
1001 passando por um problema difícil, isso no país todo. Não é um problema de
1002 Soberbo, Sete Quedas, é um problema do país e temos que parar para refletir,
1003 no que está acontecendo. Em Viçosa se você for flagrado desperdiçando água
1004 você é multado. Isso tem que acontecer mesmo, é uma ação e eu como
1005 empreendedor, sabemos da importância da água e precisamos dela para gerar
1006 energia. Mas é algo que é essencial para que qualquer sistema seja viável. Nós
1007 fizemos a avaliação do consumo até pelo processo de conscientização deste
1008 moradores, e o que a gente vê que considerando a produção, esse é o
1009 levantamento feito pela EMATER que está nos dando suporte. Considerando o
1010 levantamento da propriedade, do gado, das atividades produtivas, das
1011 benfeitorias que essas pessoas tem, o consumo de água mês considerando o

1012 desejável, informado pela própria EMATER, o valor ultrapassa e muito o valor,
1013 que era esperado para consumo de cada um dos produtores, vamos voltar no
1014 caso do Sr. Antônio mundinho, meu chefe Glauco que de fato a gente tem de ir
1015 direito ao ponto, com relação à Antônio Mendes, o Senhor Antônio Mendes no
1016 período que fizemos as intervenções a gente fez em todas as propriedades e
1017 no caso do Sr. Antônio Mendes, as intervenções não foram feitas e não
1018 puderam ser medidas exatamente porque o senhor Antônio Mendes não
1019 estavam presentes e a gente não poderia entrar na propriedade dele, era um
1020 único caso por problemas de saúde, ele esteve internado em BH, nesse
1021 período, nós hidrometramos o sistema da parte que chega até a casa dele, o
1022 fato de não está chegando e ter uma água residual não nos dizia nada, porque
1023 durante a semana ele não estava ali. Então a gente não tinha como mensurar
1024 se ele estava recebendo ou não. Como é que funciona o sistema de
1025 abastecimento da região onde ele mora. Você tem um reservatório de 15mil
1026 litros que fica em uma área mais alta, e ela atende 8 propriedades, então ela
1027 desce para as propriedades mais baixa e a água desse e a propriedade do Sr.
1028 Antônio fica numa propriedade mais alta, e com esse consumo, vocês estão
1029 vendo no papel. A água que atende primeiro os proprietários de baixo ela é
1030 recebida, para o sr. Antônio Mendes receber água ele tem que ter o sistema
1031 tem que está pressurizado, porque a casa dele é mais alta, e como o consumo
1032 é além do esperado, a água não chegava na casa do SR. Antônio Mendes e eu
1033 não tinha mensurar inclusive para saber se o Antônio Mendes estava
1034 recebendo ou não estava e recebemos essa informação em Maio final de abril
1035 não estou lembrando. Bom quando recebemos a informação tentamos localizar
1036 o Sr. Antônio Mendes e foi ai que ficamos sabendo do Estado de saúde dele e
1037 da sua esposa que estava em BH e não poderia participar do processo. O Sr.
1038 Antônio Mendes voltou a duas semanas e nós procuramos o Sr. Antônio
1039 Mendes e sentemos com o Sr. Antônio Mendes, fizemos a ata com o Sr.
1040 Antônio Mendes com o vizinho dele, a Assistente social, nosso coordenador
1041 social, o coordenador da área civil, e ai construímos junto com ele fizemos
1042 algumas proposições em cima do que ele colocava, esse vídeo, espera só um
1043 minuto. É fizemos algumas proposições e ai o Sr. Antônio Mendes, a água que
1044 não estava chegando era a água da casa, ele tinha um poço artesiano que
1045 atendia ele na área rural, na propriedade dele. Como não estava chegando na
1046 área da casa, quais são as soluções que discutimos com ele. Hoje o senhor
1047 tem um poço que atende as outras famílias que eu falei com vocês, é uma
1048 possibilidade seria dividir este sistema, temos outro poço que foi perfurado, 4 e
1049 4, 4 de baixo e 4 de cima. Você vai precisar de menos água porque vai atender
1050 a menos gente. Sendo que o poço já era possível atender às duas partes. Para
1051 ele não precisava faltar água na propriedade, mas precisava chegar a água na
1052 casa dele, o que foi feito foi uma energização de um novo poço, agora segunda
1053 feira, para que atendesse 4 famílias em baixo e 4 em cima. E agora sim é
1054 importante o vídeo, este poço foi perfurado na segunda-feira e para nossa
1055 felicidade ficamos felizes de ter uma quantidade de água na região que é pobre

1056 de água, tem uma quantidade de água positiva, que é esse dentro da casa do
1057 Sr. Antônio Mendes, então vai ter uma redundância, mesmo que a água não
1058 chegue com outro poço que vai ser energizado e o Sr. Antônio Mendes vai ter
1059 uma área exclusiva para ele, então se um dia faltar ele vai ter uma redundância
1060 que é uma outra possibilidade para que ele não fique sem água. Bom! Com
1061 relação ao Sr. Antônio Mendes tem uma outra questão que é de acho que foi
1062 citada de Sete Quedas não anotei todas, o Sr. José Justino. Bom! é em relação
1063 ao Sr. José Justino, igual ao Volney falou, tivemos na casa do Sr. José e
1064 inclusive ficamos sabendo do problema porque a assistente social, deu alguns
1065 encaminhamento junto à esposa dele e neste período ele passou a reclamação
1066 e a solicitação dele. A equipe técnica que foi a campo, não identificou uma
1067 situação vulnerável, não foi constatado por um perito do MP e fez a avaliação
1068 da casa dele e soltou um laudo perito do MP. Em relação à casa do Sr. José
1069 Justino, eles podem falar um pouco melhor com relação técnica para vocês que
1070 tiveram lá. **IGOR** – Gerente do Consórcio – Trouxe o meu coordenador de civil
1071 que é o Gleizer e na região de Soberbo em virtude da quantidade de obras que
1072 tivemos lá. Em 2013/2014, foram feitas 154 reformas em 154 imóveis. Essas
1073 propriedades com esse reaparelhamento com o fornecimento de água foi algo
1074 bem trabalhoso, porque estamos falando em captação, diversas fontes eram
1075 fontes superficiais cisternas, postos semi artesianos, postos artesianos,
1076 tivemos que fazer adução, sucção, então ao longo de 2014, eu cheguei a
1077 operar uma equipe de engenharia civil com dois engenheiros e três técnicos
1078 civis, que ficavam focados único e exclusivamente em relação aos reparos e as
1079 obras então essa situação na casa do Sr. José Justino, que a gente
1080 acompanhou desde o início, na verdade a casa dele passou pelas intervenções
1081 normais, foi feito na época um levantamento esse levantamento tinha uma
1082 série de intervenções que deveriam ser feitas e a gente executou essas obras.
1083 Vou passar aqui meramente a título de ilustração, é um relatório de autoria do
1084 consórcio que dá para vocês terem um ideia do que era e de como ficou, foto
1085 de antes e depois, bem simples. Essas obras foram feitas e ao término dessas
1086 obras em virtude da participação do MP, todas as casas tiveram uma visita de
1087 um perito e o perito também visitou a casa do José Justino, na ocasião ele
1088 elencou alguns itens que estão em relatório específico. Isso! E aqui vou passar
1089 para vocês o relatório que foi emitido pelo perito oficial e credenciado e na
1090 época ele colocou e essa semana estão em obras e é importante observar que
1091 ali a gente você pode existir uma página específica a trinca que a Isabela falou
1092 na verdade e não é uma trinca. Tem jeito! Está no outro. Vou fazer o seguinte
1093 você explica a trinca enquanto eu falo e acho o arquivo. **GLEIZER** – essa trinca
1094 que o vocês referiram ela é na engenharia civil, o que acontece quando você
1095 faz uma construção, mesmo que ela tenha feito no mesmo momento você tem
1096 blocos diferentes, é o que por exemplo, calçadas e outras partes que é o que
1097 chamamos de junta de dilatação. Então é natural que quando você faz o tipo
1098 de intervenção suja a junta de dilatação ou promova ela, então não tem
1099 nenhum risco estrutural não. **VOLNEY** – estou de frente para a casa, consegui

1100 identificar a direita foi feita uma terraplanagem naquele barranco, não seria
1101 necessário um pequeno muro de arrimo para contenção que não desça. A
1102 esquerda como fizeram um talude que não está gramado. Então aquele talude
1103 que ela me mostrou eu não sou engenheiro então na minha percepção e a
1104 tendência dele na sua direita se a pressão do terreno forçar um pouco a
1105 tendência é que aquele talude você estando de frente para a casa possa
1106 remover e descer um pouco. **ISABELA** – só complementar o que o Volney
1107 falou, a questão que o Volney falou, não somos técnicos, se foi feito o laudo
1108 apresentar o laudo, agora é uma coisa que é importante não é verificar se hoje
1109 a vai haver rachaduras, é a fundação da casa, a questão do terreno, não vai
1110 implicar que futuramente, porque a casa tinha acabado de sofrer uma reforma,
1111 é que dentro da casa nas paredes tinha outra rachadura que a gente não viu, e
1112 a preocupação é que este laudo, técnico este parecer ele abranja também a
1113 questão do, não sei como é a melhor palavra, ela não esteja boa hoje e daqui
1114 a 4 anos a casa esteja toda ruída e o PAS venceu e como vamos ficar com o
1115 Sr. Justino. **GLEIZER** – correto. Essa situação o que acontece a questão do
1116 talude iniciando pelo questionamento, ele é um talude ele foi feito um corte em
1117 aterro como todo o relevo da região de minas, essas rachaduras ou fissuras
1118 que tecnicamente são discutíveis, elas foram sanadas, mas o que acontece o
1119 terreno ele é a gente enxerga muito com estática a terra, e na verdade a terra
1120 não é estática, então ela é dinâmica ela vai se movimentar sempre, só que
1121 essa situação, é uma situação favorável, não tem nenhum impedimento e
1122 nenhum problema de rachadura, provavelmente as rachaduras aconteceram
1123 por uma acomodação natural do solo. Que existe durante um período essa
1124 construção tem por volta de 10 anos. Então assim, a gente entende que se
1125 tivesse que acontecer algo estrutural que colocasse em risco o morador, já
1126 teria acontecido a mais tempo. Agora o que a gente não pode dizer é tipo
1127 assim como a gente tem em qualquer terreno, foi feito o laudo projetos, e não
1128 se pode dizer que esse solo daqui 30 40 anos, não venha a ter algum tipo de
1129 avaria, então hoje a situação é que está estabilizado, no lado de cima fizemos
1130 uma canaleta do lado de cima que poderia está passando por baixo e
1131 deslocando a fundação então ela foi encaminhada de forma a não acontecer
1132 isso. Então essa calçada debaixo a anterior que estava aparecendo. Além de
1133 fazer a calçada no passeio natural, que não é feito estruturado normalmente
1134 ele foi feito estruturado com é tubões para ajudar a proteger essas situações.
1135 Então a gente entende mais um laudo de geotécnica na área de fundações,
1136 que é o Professor Rinet, que é na verdade. **IGOR** - a gente pediu um laudo
1137 para o professor Rinet, ele é um geotécnico da Universidade Federal de
1138 Viçosa, ele é doutro não tem Phd, não! Então é uma pessoa muito conceituada,
1139 ele esteve em regime de urgência pela solicitação que fizemos com ele, vai lá
1140 dá uma olhada a nossa avaliação é que não existe risco, a avaliação do
1141 engenheiro perito que foi indicado pelo MP é que não tem risco, porque se
1142 tivesse ele teria apostado no relatório dele e se tivesse aposta eu iria fazer o
1143 que estivesse lá eu iria fazer. Mas não obstante disso nós pedimos um

1144 segundo parecer de um geotécnico, então o geotécnico ele se caracteriza além
1145 de ser um engenheiro civil, ele é especializado em terrenos. Solo, este tipo de
1146 coisa. Eu tenho três vias acho que nós vamos deixar uma com o CEAS, e se
1147 quiserem dá uma olhada está à disposição mas tenho que encaminhar
1148 formalmente, então em relação à essa questão do Sr. José Justino o consórcio
1149 está bem tranquilo, mas estamos amparados não em um mas em dois laudos
1150 independentes e da equipe do consórcio, ok! **ISABELA** – é pode, depois a
1151 gente passa para os conselheiros. **MARCELO MICHERIF** – é só um
1152 complemento em relação a questão para deixar claro em relação a aquisição
1153 da aera, a gente está no processo de finalização para aquisição da fazenda
1154 cachoeira alta, é importante o prazo de 12 de dezembro para fechar a
1155 aquisição da fazenda. Aquisição como eu disse é algo que depende, desculpa
1156 é a transferências das áreas para os proprietários, depende de outros fatores,
1157 aquisição depende do consórcio, que depende do processo cartorial, sim! E o
1158 Glauco lembrou bem tem a questão do próprio que tem que liberar junto á
1159 CEMIG, do eucalipto para concluir a aquisição desta terra. Então é so para a
1160 gente é este complemento e outra questão sobre a agua a gente tem varias
1161 outros exemplos de agua que eles não tem uma fonte única de abastecimento.
1162 Você tem redundâncias foram feitas redundâncias tem exemplo de pessoas,
1163 pela característica do local, foi feito isso, que a necessidade de garantir que o
1164 sistema funcionasse, tem redundâncias caso seja necessário eles utilizarem o
1165 sistema por algum problema enfim, e os mesmo sejam capacitados e que
1166 saibam operar estes sistema. **MARCELO MICHERIF**– essa redundância é o
1167 que na pratica, você tem que ter dados, vou exemplificar o Paulo e o Ernane,
1168 ele tem uma agua tratada que vem da estação de tratamento de agua, ele tem
1169 um poço artesiano que tinha a maior vazão inteira que é o que chamamos de
1170 poço 1 da maior vazão de 15 litros por segundo. Este poço atende três
1171 propriedades somente que é a do Paulo, a do Reinaldo e a do Ernane. Nessas
1172 duas propriedades do Paulo e do Ernane nós fizemos capitação de agua então
1173 ele tinha uma mina uma bica, nós puxamos agua da bica, nessas duas
1174 propriedades fizemos barramento para acumular agua. Então se falta a outra
1175 tem a outra, se falta a outra tem a outra. O que acontece é o seguinte
1176 propriedade rural, estamos falando de propriedade de 6, 7 há, você tem que
1177 fazer manejo, você tem uma bomba ali, você tem que colocar, correr uma
1178 mangueira e conseguir aguar sua plantação, consegui levar agua nos eu coxo,
1179 este manejo vai existir sempre em qualquer propriedade, nas outra
1180 propriedades, o Corsinio e o Calixto, é abastecido por agua de mina e poço
1181 artesiano, o próprio Antônio Mindim, o ideal é não ter desperdício, mas o
1182 desperdício pode acontecer, nós não temos gestão de desperdício, eu posso
1183 fazer treinamento, conscientização , mas você ter resultados efetivos de curto é
1184 assim em Soberbo, Sete Quedas, no Brasil. Então como a gente não pode
1185 avaliou que eu não poderia vincular o sucesso, do processo somente na
1186 conscientização da demanda, então por isso ele tem um posto exclusivo, a
1187 conscientização é feito no dia a dia e não posso esperar para a

1188 conscientização fica totalmente amadurecida para ele ter água. Então assim,
1189 todos os sistemas eles foram feitos com redundância, gerou custo adicional,
1190 duplicado, triplicado, quadruplicado, Volney, isso foi feito dessa forma, agora
1191 pequenos manejos é uma realidade de quem tem propriedade. Se aqui não
1192 tem água você tem ali uma barragem você tem que ter uma bomba e puxar a
1193 água, este papel é do fazendeiro, é de quem foi reassentado, este papel não é
1194 do consórcio, isso faz parte do dia a dia dele e não do consórcio. Ok! Então
1195 acho que só queria salientar essa situação, ela vai acontecer, o consórcio tem
1196 muita preocupação com isso. A nossa parte nós fizemos e estamos acabando
1197 de fazer os últimos reajustes aí que é a do Sr. Mundim que nos preocupou
1198 bastante. **ISABELA** - Tem algumas sugestões de encaminhamento, eu queria
1199 ver se tem alguém com alguma dúvida, algum dos conselheiros quer. Vamos
1200 inscrever. Fernando, Odete, e eu também. **VOLNEY** – Fernando, Odete, Eu e
1201 Isabela. **FERNANDO – rede cidadã** – o trabalho foi bem feito da parte da
1202 comissão que representou o conselho, houve uma visita in loco bastante
1203 apurada que promoveu inclusive esta riqueza do debate, é eu vejo os
1204 representantes se manifestando com propriedade, é e acho que não deveria
1205 ser diferente, e eu não queria dizer que não tenho preconceito com o mundo
1206 corporativo que evidentemente tem que cumprir suas obrigações como o PAS,
1207 mas me preocupou observando o ritual, estou aprendendo a lidar com o
1208 conselho, se o conselho não deveria ter a geração de laudos que não venham
1209 das mãos do consórcio. Sabe porque eu vejo são pessoas idôneas serias e
1210 responsáveis que estão apresentando toda uma argumentação sólida, apenas
1211 de um ponto de vista do ritual formal, eu me pergunto se não deveríamos ter
1212 como conselho, capacidade de requer um laudo que não seja contratado pela
1213 empresa, não que eu esteja alimentando qualquer dúvida, não tive qualquer
1214 dúvida com relação a isso, é uma questão de ritual, cujo o procedimento nos dá
1215 mais segurança, isso eu acho bom, porque no mundo da engenharia brasileira,
1216 de um viaduto que acabou caindo, talvez no processo de definição das coisas
1217 não tenha sido tão exaurido na área que é exigente, vocês ainda fizeram visita
1218 bateram foto e eu não tenho a menor competência para dizer nada a respeito
1219 da casa e as vezes eu até presenciei e a nova casa é até melhor que a casa de
1220 antes e a gente fica fazendo brigas sociais, é as vezes para além do que tinha.
1221 Mas eu estou preocupada mais pelo ritual mais pelo processo do que fazer o
1222 julgamento inadequado, a minha pergunta se o conselho poderia requerer
1223 temos recursos, no sentido pleno de lançar mão de uma avaliação externa que
1224 não seja evidentemente pela empresa, que não seja feita por nós ou pelo
1225 Estado. **VOLNEY** – neste caso específico a gente como conselheiros podemos
1226 ficar muito tranquilos porque tem um processo a parte um grupo de
1227 monitoramento do MP, a qual este conselho tem assento no MP, e estou
1228 fazendo parte do grupo do MP, e eles também já estão fizeram alguns
1229 levantamos técnicos com seus técnicos, neste caso específico eu tenho
1230 entendimento da não necessidade. **ISABELA** – pertinente sua colocação, mas
1231 de fato hoje no conselho não temos essa possibilidade da contratação o que de

1232 fato foram contratadas pelo consórcio que são especialistas reconhecidos na
1233 área que assinaram e tomamos como veracidade e foi assinada pelo
1234 engenheiro. O que a gente busca é comprovar no momento da visita pela
1235 percepção dos participantes, agora de fato uma análise técnica mais
1236 aprofundada hoje a gente não tem condições de arcar com isso, não sei se a
1237 Consolação quer complementar. **ODETE – CMAS – Três Marias** – pelo que
1238 pude observar o pessoal de Soberbo, tiveram capacitação, como área de
1239 artesanato e outros, foi uma colocação da Isabela, que tem dificuldade de
1240 continuarem executando o que foi capacitado. Eu vejo uma outra dificuldade,
1241 eu tenho experiência no ramo de artesanato, de uma associação que eu
1242 participo, quando você produz alguma coisa neste sentido, a dificuldade é tem
1243 escoamento para essa produtividade, foi capacitado quanto ao escoamento
1244 desta produtividade, isso realmente é eficaz, para essas pessoas. **ISABELA –**
1245 complementando Odete, o que foi previsto no PAS foi a realização dos cursos,
1246 então assim, em relação ao plano está cumprido essa ação, o plano dizia
1247 exatamente isso, mas ainda tem a continuidade das ações da associação,
1248 pelas ações do MP a associação teve outros benefícios, está recebendo outros
1249 tipos de apoio, o que conversamos com eles, a dificuldade de é o escoamento,
1250 quanto ao artesanato eles estão tendo dificuldade, o que estão priorizando lá é
1251 a malharia, porque não depende só do consumo da própria região, conseguem
1252 pegar contrato dos municípios do entorno, pegam a produção e enviam para os
1253 municípios. É uma questão que está sendo feita. Eu trouxe porque acho que é
1254 uma preocupação nossa e não coloca em xeque a questão do PAS, estão
1255 correndo atrás de assessoria, através do TAC, estão correndo atrás do MP. O
1256 recurso possibilita que tenham essa assessoria para dar conta de fazer o
1257 escoamento e outras questões para dar continuidade à produção. **VOLNEY –**
1258 Marcela, me responda o Sr. que o filho terminou o curso de Direito que mora
1259 perto da BR, ele está no relatório, quando a água é bombeada para a fazenda
1260 dele, por inúmeras dele a bomba tem estourado. Com relação hoje o
1261 bombeamento para aquelas fazendas o consumo de energia elétrica hoje o
1262 consórcio está assumindo, não é isso? Tá, pois é a hora que o consórcio
1263 cumprir o PAS, como é que vai ficar esse rateamento dessa energia elétrica
1264 para estes assentados. Hoje tem um posto central, ele bombeia a água e
1265 distribui para as propriedades, hoje quem está bancando a conta de energia
1266 elétrica é o consórcio e depois? E a outra dúvida, que ele colocou que vem
1267 rompendo continuamente a pressão da água é forte, e continuamente solta as
1268 mangueiras e fica sem água. é outra pergunta esses moradores, tiveram
1269 acesso a este consumo, fizeram um trabalho de conscientização. **MARCELO**
1270 **MICHERIF** – bom! Volney, primeiro em relação a questão da conscientização
1271 eles recebem este comunicado informando o consumo desejado, o consumo
1272 aferido no hidrômetro e sugestão de redução de consumo, este comunicado é
1273 passado para eles detalhado, protocolado com eles. É, e no trabalho feito pela
1274 EMATER, ela estimula que isso aconteça que o uso racional seja feito, além
1275 das conscientizações para o uso racional para a redução do consumo, existe

1276 este trabalho feito de informação mensal além do trabalho de rotina realizado
1277 pela assistência técnica da EMATER, em relação ao caso do Sávio, posso até
1278 pedir o Gleizer para falar de mais propriedade, eu sei por alto, mas só dá um
1279 breve resumo antes de eu continuar. **ISABELA** – o que eu entendi no relatório
1280 dele, é que ele tinha medo de estourar, ele foi o único além de outro que a
1281 gente não conversou direto com o proprietário ele tinha a criação de gado das
1282 terras, o Sávio a queixa dele foi em relação aos canos estourarem, mas aí no
1283 caso dele vai de encontro com o que eles dizendo que estava deixando o cano
1284 aberto e a água escoando. O pessoal do outro lado o morro ficando sem água
1285 porque o Sávio estava deixando a água dele escorrer. E era mais o medo de
1286 estourar por uma análise que ele fez do cano, porque de fato ele, mas é um
1287 problema. **CLEIZER** – o que acontece a diferença manométrica que seria a
1288 diferença de altura, ela realmente existe é grande mas o sistema foi
1289 dimensionado para isso, não existe risco de estourar, existe risco natural de
1290 qualquer rede, como existe manutenção da COPASA, do SAAE, de qualquer
1291 coisa. Mas assim esse risco é ínfimo dentro da situação. **ISABELA** – Volney,
1292 está perguntando porque está o conflito, na minha percepção que é uma saída,
1293 o consórcio precisa insistir, eles tem uma relação muito grande com a
1294 EMATER, todos eles estavam muito satisfeitos com a visita da EMATER, que
1295 tratavam muito bem, em relação ao consórcio por todo o processo antigo tem
1296 um pouco de desconfiança, mesmo que o vá com informações técnicas,
1297 neutras, que é para o bem dos proprietários, eles tem um pouco de resistência,
1298 talvez este trabalho possa ser feita com a própria EMATER, porque ele está
1299 prejudicando o pessoal do outro lado. Os demais e é isso a questão da
1300 conscientização da água está colocada para todos nós. **CLEIZER** – o
1301 consórcio vem fazendo este trabalho de conscientização com a equipe social,
1302 mas existe essa questão entre você passar e conscientizar e a pessoa
1303 absorver isso, então é um processo natural, mas que eu acho que com essas
1304 novas intervenções com a melhoria dos processos, isso naturalmente vai
1305 chegar a equalização da melhoria do processo. **MARCELO MICHERIF**– Bom,
1306 a conta de energia será paga pelo consórcio mesmo, a pergunta que foi feita é
1307 como seria rateado caso o sistema seja passado para eles, bom! Existe um
1308 valor do sistema, que é medido e ele é rateado para aquelas pessoas que são
1309 atendidas por aquele sistema específico e eles pagaram as contas em relação
1310 ao sistema específico, isso acontece nos sistemas rurais, ou que tem sistemas
1311 coletivos, então para os proprietários que vão ser atendidos pelo sistema de
1312 baixo, eles vão ratear a conta dele. Os outros 4 que vão ser atendidos pelo
1313 área do Antônio Mendes é assim que vai ser feito. **IGOR** – Todos tem
1314 hidrômetro e fica muito fácil fazer isso. Ver quem está gastando mais ou
1315 menos, hoje a gente faz a gestão do consumo, mas obviamente não tem
1316 repasse de custo nenhum. É importante salientar que é igual a gente economia
1317 doméstica, se eu tenho duas três fontes de água duas que são de gravidade,
1318 sai da bica não tem custo e outra que é bombeada, obviamente se eu fosse
1319 produtor rural eu iria dá prioridade por aquelas que são por gravidade, isso é

1320 algo que como eles todos tem agua em redundância, é algo que deve ser feito
1321 na rotina do dia a dia no futuro, da agua bombeada e passar a usar a agua da
1322 bica em detrimento da agua bombeada, dentro da exploração de cada uma.
1323 **MARCELO MICHERIF** – não eu iria citar outra questão para o conselheiro
1324 Fernando. Só complementando afala do conselheiro Fernando, em relação a
1325 dois laudos que nós apresentamos, este laudo é do perito do MP, isso não foi
1326 feito em pericia indicada por nós foi indicada pelo grupo do MP, para que fosse
1327 contratado eles fizeram de forma independente, não foi feito por nós a pericia,
1328 no caso do atestado em relação ao atestado de agua foi uma empresa indicada
1329 por eles, que pudesse fazer essa analise independente também, então as
1330 analises que estão apresentadas são contratadas pelo consórcio e outra
1331 independente pelos órgãos **ISABELA** – só queria complementar é em relação
1332 a essa questão dessas pericias que vocês estão apresentando hoje, uma
1333 sugestão, não sei se é o momento, foi apresentada agora, não sei se foi
1334 protocolado no CEAS, precisamos fazer uma analise dos documentos, acho
1335 que se tudo que colocamos aqui está sendo encaminhado pelo consórcio que
1336 bom, de fato a gente fez a visita em junho, é a nossa responsabilidade
1337 apresentar o que foi visto. E se vocês já estão resolvendo muito melhor, o que
1338 precisamos é que estes documentos sejam protocolados. Os relatórios do MP
1339 não foram apresentados, e vamos ver quais destas condicionantes que
1340 estamos propondo algumas já estejam resolvidas e não seria o caso da gente
1341 estabelecer elas, mas em relação á aquisição dos terrenos, a sugestão é que a
1342 gente fizesse a analise dessas informações novas e dá um fechamento aqui,
1343 não faria a aprovação deste relatório hoje, só retomando o que você falou, a
1344 ideia não seria publica uma resolução hoje, mas seria de aprovar o que está
1345 sendo definido no relatório com o acompanhamento das três condicionantes.
1346 Mas que a gente poderia não fazer aprovação hoje e fazer analise dos
1347 documentos, o grupo de monitoramento faz a devolução da próxima plenária
1348 em relação às questões e ver se é pertinente ou não continuar o
1349 acompanhamento das condicionantes. **MARCELO** – só uma última proposição
1350 para apreciação do conselho, eles podem ser deliberados para aprovação
1351 ainda hoje ou a única possibilidade é tratar o conjunto, a gente poderia voltar a
1352 discutir os itens de Sete Quedas sem problema algum. Mas os que já foram
1353 cumpridos. **ISABELA** – é que de qualquer forma a Consolidação vai consultar
1354 aqui mas a ideia seria de publicar hoje uma resolução. **ISABELA** – São
1355 parciais. Não existe isso. Né Rosa? Ou aprova ou nao aprova. Como a gente
1356 ainda tem tendencias, ai nao seria o caso. A gente está apresentando aqui
1357 que da parte do grupo a gente esta considerando cumprida. Nao vamos
1358 solicitar esclarecimentos do consórcio, mais nesse sentindo, esse pono ja deu
1359 como encerrado. A gente vai abordar só as questoes que estão
1360 pendentes. **JOSE HENRIQUE** – Eu acredito que sej mais prudente a aprovação
1361 pelo todo e nao de forma fraguimentada, em relação a posse. Eu posso dar
1362 algumas sugestoes no que se refere, uma vez que o merito nao vai ser
1363 analisado hoje. Eu sou tambem pela juntada do termo ajuste de conduta,

1364 firmado junto ao Ministério no processo, inclusive com esses parecer técnicos
1365 que Izabela nos disse e uma modificação, ou ofício melhor dizendo, a
1366 corregedoria do tribunal de justiça que é o órgão responsável pela fiscalização
1367 dos cartórios, no sentido de tentar com junto ao tribunal de justiça do Estado de
1368 Minas Gerais da serenidade ao registros dos imóveis que são objeto da
1369 transcrição, para facilitar e agilizar ao pessoal do consórcio no que se refere a
1370 entrega do título aos respectivos proprietários. Então é juntar toda essa
1371 documentação para que seja submetida a uma análise e a comunicação do
1372 conselho ao tribunal de justiça em específico a corregedoria do tribunal de
1373 justiça que é o órgão que fiscaliza os cartórios solicitando uma serenidade no
1374 que refere a essa questão. **ISABELA** – Só complementar que aqui na lista que
1375 vocês apresentaram em relação ao consumo de água que seja apresentado
1376 um relatório assinado, um relatório técnico sobre a leitura dos hidrômetros, que
1377 abranja todos os atingidos de Sete Quedas, porque aqui não está todos
1378 mundo. Se não tem hidrômetro, porque? Se o fornecimento de água é
1379 diferente, mas que traga aqui o universo todo dos atingidos do Sete Quedas,
1380 para que possamos fazer a análise da questão da água. **CONSOLAÇÃO** – Eu
1381 queria a opinião de novo, porque já foi tratado aqui no conselho anteriormente,
1382 que o processo do ministério público como ele é do ministério público, a gente
1383 não estava fazendo essa juntada ao processo que se deu de correção ao plano
1384 de assistência social pelo conselho, que passou pela SEDSI mediando e o
1385 conselho aprovar. Então a gente separou isso mais o consórcio inclusive estava
1386 no início encaminhando uns relatórios para o conselho que foi devolvido até
1387 pelo próprio conselho, relatórios relativos ao ministério público uma vez que teve
1388 entendimento de que esse outro processo, como a condução de coordenação
1389 do ministério público e tem questões inclusivas que são bem diferentes no que
1390 estava posto pelo plano de correção do conselho estadual. Estou chamando de
1391 correção mas não assim que se fala. Então eu acho que essa juntada nesse
1392 momento, como já discursão, talvez, eu não sei se ela poderia ocorrer. Porque
1393 houve uma deliberação no sentido anterior de não haver essa mistura de
1394 processo. **JOSÉ HENRIQUE** – Na verdade a juntada desse expediente, em
1395 específico ao termos de ajuste de conduta é para fins probatórios daquilo que
1396 está sendo dito aqui, com relação ao consórcio. No momento que essa questão
1397 é prejudicial para nossa aprovação, a gente tem que ter um documento que o
1398 próprio conselheiro relator tenha subsídios para preferir seu voto. Não há como
1399 haver uma deliberação no sentido aprove se por ventura exista um termo de
1400 ajuste de conduta firmado pelo ministério público permitindo um prazo maior.
1401 Então vamos estar Estado para Estado. O Estado MP, o Estado executivo, o
1402 Estado judiciário fazendo as vezes em prol daquela política de ação social. A
1403 função da juntada desse documento tem por finalidade única e exclusiva
1404 instruir o processo e permitir com que o conselheiro emita seu juízo de valor de
1405 acordo com aquele documento. Não é para fazer parte do processo no sentido
1406 de análise ou manifestação qualquer mas sim de um documento probatório
1407 daquilo que está sendo efetivamente feito para que ele possa, o relator, emitir

1408 um juízo de valor. Porque se não nós estaremos nessa situação, uma vez que
1409 o ministério público firmo um termo de ajuste de conduta, a gente não pode
1410 passar por cima, sob pena do relator decidir ou proferir um voto,
1411 desconformidade com aquilo que foi acertado com o Estado e o Ministério
1412 Público. Acho que tem que haver uma compatibilidade das instancias e
1413 entender essa questao. Se aquele orgao do estado tem essa competencia com
1414 o fiscal da lei custos legis que é o MP ele firmou um termo de ajuste de
1415 conduta, havendo cumprimento em tese nós nao poderiamos passar por cima
1416 dessa questao emitindo um voto em desconformidade com aquilo que foi
1417 proposto e acertado.**ISABELA** – Lá no PAS ele tras questoes que são
1418 consoantes com o PAS, inclusive faz referênciã ao plano de assistencia social
1419 e tem questões que estropolam. Entao acho que nesse ponto de vista poderia
1420 sim está aclopado como uma coisa que vem reforçar as ações que estao no
1421 PAS que estropola não cabe a gente em analise do PAS emitir nenhuma
1422 manifestação, mas no que concede ao PAS é interessante mesmo, porque de
1423 fato as ações dos conselhos nao estao acima de outras ações do ministério
1424 publico. É mais importante a gente nao perder o foco. Vamos continuar
1425 monitorando as ações do PAC. O que for referente ao PAS dentro do
1426 PAC.**JOSE HENRIQUE** – Se por ventura nao tiver juntado o termo de conduta,
1427 a gente pode incorrer numa deliberação, contrario o que foi firmado de boa fé e
1428 pelo ministério publico com consorcio. Só para fins de construção nós vamos
1429 aproveitar tudo aquilo que foi fimado no termo de ajuste de conduta no que se
1430 refere ao PAS, nao vai estropolar, nem opinar. Mas nós devemos utilizar como
1431 uma fonte de consulta, inclusive para fim de elaboraçã do relatorio essas
1432 questoes. Sob pena da gente, o orgao deliberativo, do executivo sobre por uma
1433 decisão firmada pelo Estado, Ministério Público que faz essa questão. Acredito
1434 que a gente ja estaria ultrapassando ou estropolando as nossas competencias
1435 no que refere a questao de governo de Estado, Estado aí
1436 representado.**VOLNEY** – Me esclarese. Com relação a essa soleridade, esses
1437 processos cartoriais que vamos solicitar, seria interessante já envie nomeando
1438 todas essa pendências para que haja essa solenidade. Isso o consorcio
1439 enviaria para gente para facilitar.**JOSÉ HENRIQUE** – Identificaria os cartorios
1440 imobiliario de circunscricão naquela respectiva area para que a gente pudesse
1441 entrar em contato com a corregedoria do tribunal de justiça solicitando a esse
1442 orgao de fiscalizacão um apoio. Nós nao vamos determinar nada, vamos
1443 simplismente pedir uma colaboração num ambiente de cooperação para poder
1444 dirimir esse conflito entre a entrega do titulo e aprovação do PAS.**VOLNEY** –
1445 Precisaria colocar um prazo nisso aí, ou nao é necessário ou voces
1446 providenciaria o quanto antes? Voces providenciariam o quanto antes. Entao
1447 isso está claro, esse encaminhamento tambem. Acho até interessenta para
1448 voces.**JOSE HENRIQUE** – Só ne tira uma duvida, por favor. Em relação a
1449 questao da area que satisfaça aos proprietarios não ha problema? Ou essa
1450 questao da entrega, logicamente apos a retirada dos eucaliptos ela ja satisfaz,
1451 na plenitude a entrega.**GLAUCO** – A area é uma só, que é uma fazenda que

1452 precisar ser desmembrada e fragmentada por beneficiários. Nesse processo
1453 envolve o órgão ambiental. **JOSÉ HENRIQUE** – Sim. Nas ela ja foi encontrada.
1454 Aquele problema de inexistencia de area nao existe mais. **GLAUCO** – Não. O
1455 que o Marcelo explicou no inicio é que essa area precisa ser liberada por que o
1456 corte do eucalipto está no finalmente e a partir da entrega junto a SENIBRA. A
1457 SENIBRA libera a garantia que a terra existe, está vinculada ao processo de
1458 compra e venda do proprietario com a SENIBRA e a gente consegue entao
1459 fechar a aquisição junto ao prorrietario para fazer o repasse para os
1460 beneficiarios da associação Sete Quedas. Nesse processo vamos ter que
1461 pegar essa matricula e fazer o desmembramento, porque uma area unica vai
1462 ter que dividir, sei lá, em quatorze partes. Isso envolve o IEF, envolve o cartorio
1463 e é isso que a gente gostaria. **JOSÉ HENRIQUE** – Acredito que no caso do
1464 meio ambiente o IEF é que detem a competencia do sitema em termos da
1465 retirada o eucalipto. **GLAUCO** – Foi isso que o Marcelo chamou a atenção que
1466 inexequida ate 31-12 para gente resolver isso, porque depende dessa entidade
1467 para que possa entregar a escritura para o proprietario. **JOSÉ HENRIQUE** – A
1468 gente poderia tambem em conjunto encaminhar uma solicitação, um oficio para
1469 o IEF no sentido de auxiliar ou cooperar no que se refere a questao ambiental
1470 para fins de entrega. **GLAUCO** – A gente pode junto ao conselho as
1471 necessidades que deslumbra ao processo e o conselho atraves do senhor
1472 puder nos apoiar ou algum outro que tenha a competencia para dar serenidade
1473 nesse processo. **JOSÉ HENRIQUE** – Acho que o tribunal de justiça, o
1474 IEF. **VOLNEY** – Os demais conselheiros concordam com esse
1475 encaminhamento sugerido pelo conselheiro José Henrique? **ISABELA** – Eu
1476 quero fazer uma consideração. Em relação a esse terreno especifico, se a area
1477 foi suficiente para atender a todos os atingidos, eu só nao sei dizer, mas
1478 mesmo que for tem alguns atingidos que nao ficam satisfeitos com essa
1479 fazenda especifica que estao citando, porque elas ficam longe da propriedade
1480 atual deles e dependendo das atividades deles nao satisfaz, porque o processo
1481 é um pouco mais complicado, não é só o que está em negociação com os
1482 atingidos ainda. Nao é só a questao de resolver a retirado do eucalipto. Essa
1483 propriedade nem todos eles concordaram. Uma parte concordou mas a outra
1484 nao. Ai precisa resolver as questoes desses outros tambem. **JOSE HENRIQUE**
1485 – É logico que se por ventuda for feito proposta conforme foi dito aqui, alguns
1486 proprietarios nao aceitam a alienação desse bem. Alguns preferm nao alienar.
1487 Partindo da preñicia que a propriedade devrá atender sua função social, e a
1488 gente esta diante de uma situação acima do interesse privado, no caso da
1489 venda, pode ser tambem, eu nao sei como que isso funciona, nesse ambiente
1490 aqui se isso ja foi proposto ou proposta alguma situação desse porte, uma
1491 questao inclusive de desapropriação da area especifica que atenda e
1492 desapropriação atraves do decreto identificando o valor e o custo, logicamente
1493 o consorcio asumiria esse homus, repassaria para o prorrietario e em juizo o
1494 proprietario discutiria. De qualquer ja teria as terras identificadas de acordo
1495 com aquela população local. **VOLNEY** – Bom José Henrique, o processo é um

1496 pouco mais complicado e complexo, está a dois meses com a gente no
1497 consorcio, eu preferiria que depois a gente pode estar reunido com a comissão
1498 desse monitoramento, para que a gente possa entender o processo como um
1499 todo. Eu prefiro que esse encaminhamento não seja dado, podemos ficar
1500 assim?**ISABELA** – Acho que esse momento já houve essa discussão, já houve
1501 autuação do consorcio um pouco nesse sentido e acho que não seria a
1502 questão específica para Candonga, não. **VOLNEY** – Podemos ficar assim José
1503 Henrique? Eu prefiro e depois situa-lo o processo como um todo.**JOSE**
1504 **HENRIQUE** – Na verdade eu estou propondo soluções que eu acredito que
1505 num ambiente jurídico são passíveis inclusive de implementação e para serem
1506 efetivadas. **VOLNEY** - Como tem outras ações a serem feitas então ao longo
1507 desse tempo, podemos dar por encerrado este ponto de pauta. **ISABELA** –
1508 podemos deixar mais esclarecidos como serão os encaminhamentos, propondo
1509 que o conselho envie um ofício ao consórcio solicitando que sejam
1510 protocolados os relatórios mencionados hoje referente a situação da água de
1511 Sete Quedas, em relação a moradia do Sr. José Justino, e se tiver algum outro
1512 andamento em relação às terras, para que o grupo de monitoramento possam
1513 fazer as análises e podem definir com relação às condicionantes. E o consumo
1514 da água que abrange os outros atingidos de Sete Quedas.**VOLNEY** – A
1515 secretaria executiva como apoio aos conselheiros ficou claro para você. Tem
1516 alguma dúvida? Ok podemos dar por encerrado este ponto. **ISABELA** – então
1517 a gente não volta a questão do relatório, estamos definindo que o grupo precisa
1518 fazer uma nova análise antes de fazer definição tendo em vista tudo que o
1519 consórcio deliberou para a gente hoje. Pelo ofício do CEAS, solicitando a
1520 juntada. A tá, outro encaminhamento é a juntada, isso é importante registrar, a
1521 juntada do TAC, vai ser o segundo encaminhamento. E o ofício do consórcio
1522 em relação às pendências cartoriais, para que a gente possa elaborar este
1523 ofício e ser enviado à corregedoria. **IGOR** – então o conselho vai nos oficiar
1524 das solicitações e vamos esclarecer e na próxima plenária considerando que
1525 as outras pelo grupo foram consideradas cumpridas e volta o PAS.**ISABELA** –
1526 para ver se faz ou não a apresentação do PAS. **VOLNEY** – este ponto então foi
1527 dado como encerrado. Então a gente agradece Glauco, você e toda sua equipe
1528 a gente tá caminhando. **ISABELA** – da estrada a gente vê o esforço do
1529 consórcio e como está sendo, está sempre presente, acompanhando, a gente
1530 vê que tem um envolvimento e um compromisso do consórcio de resolver a
1531 questão como a gente quer e também parabenizar o trabalho do consórcio.
1532 **VOLNEY** – podíamos retornar para o almoço e retornar às 13:30 ok! Às 13:30
1533 retomamos.**VOLNEY** – ok! Bom gente dando continuidade dos nossos
1534 trabalhos nesse segundo momento, vamos apresentar os resultados da Munic,
1535 e Estad. **SIRLENE** – **SEDESE** – e foi solicitado para a gente fazer a
1536 apresentação da munic, ela é uma pesquisa, há sim! Diretora de vigilância
1537 social e monitoramento. Trabalhamos com todos os sistemas e vigilância e
1538 monitoramento de Minas Gerais. Sirlene de Moraes. Foi solicitado fazer a
1539 apresentação de uma pesquisa de informações básicas da assistência social,

1540 essa pesquisa tem alguns aspectos que nós vamos referenciar que é a gestão
1541 da assistência social e foi respondida por todos os 853 municípios. Ela foi
1542 aplicada nos 853 municípios e é uma parceria do IBGE com o MDS, e foi não
1543 coloquei. Foi disponibilizada uma consultoria do IBGE em várias regiões do
1544 Estado, para poder dar suporte aos municípios em relação a esses
1545 questionários que foram aplicados aos municípios. A munic abrangeu aos 853
1546 municípios. Na próxima plenária, nós vamos apresentar o censo, que foi
1547 solicitado também. Que é o Censo SUAS/2013, e o censo SUAS 2013, nós não
1548 conseguimos alcançar os 853 municípios, que no munic, a gente tem a
1549 resposta dos 853. Os aspectos dessa pesquisa, vamos falar da gestão
1550 assistência. **ISABEL** – só para complementar, é uma pesquisa que o IBGE, ele
1551 já realizada todos os anos, e foi feito e encomendado pelo MDS, a partir dessa
1552 parceria, que fosse feito um questionário, com suplemento da assistência
1553 social, existe suplemento também e ele não era aplicado todos os anos, mas
1554 agora nos últimos dois anos foi aplicado e ao que parece vai ficar continuar
1555 sendo feito com essa periodicidade, ele trás dados sobre a gestão da
1556 assistência social, que é o da munic, depois a Si vai apresentar a estadual.
1557 **SIRLENE** – continuando, vamos falar dos recursos humanos da assistência,
1558 legislação e existência da gestão, a existência do conselho, a gestão
1559 financeira, convênios e parcerias e os serviços assistenciais, proteção básica e
1560 assistencial. O objetivo dessa pesquisa, é o acompanhamento da estrutura da
1561 assistência social dos municípios no Brasil todo. O aprofundamento de
1562 diagnóstico da forma como funciona essa rede pública de prestação de
1563 serviços, sócio assistenciais. Bom vamos continuar. Bom o objetivo da
1564 pesquisa é a construção do sistema nacional de informação da assistência
1565 social, identificar as carências dos municípios quanto à rede de assistência
1566 social, e para subsidiar a regulação da qualidade dos serviços a partilha e a
1567 qualidade dos serviços públicos, referente a assistência social, primeiro vamos
1568 falar da gestão da assistência social, temos a estrutura da assistência social,
1569 por caracterização do órgão gestor. Vamos falar de uma cooperação entre MG
1570 e Brasil, hoje o órgão gestores eles são 78% dos órgãos gestores em MG, eles
1571 são exclusivos e no Brasil uma média de 75, onde estamos mais ou menos na
1572 mesma média do Brasil em relação ao órgão gestor ser da assistência social. A
1573 maioria hoje tem a secretaria como exclusivos. **VOLNEY** – vamos inverter a
1574 pauta então, vamos usar passar para as pautas das comissões depois vamos,
1575 a comissão de orçamento já apresentou pela manhã, vamos começar pela
1576 comissão de política. **SHIRLEY –CMAS – Sarzedo** – Nós temos análise do
1577 tema, serviços, projetos, programas, sócio assistenciais das entidades,
1578 organizações que não tem atuação preponderante na área de assistência
1579 social, e comunidades terapêuticas, Comitê formado por Shirley, Rodrigo,
1580 Josiane, Isabel, José Henrique, Volney e Lúcia. Bom! Houve uma discussão
1581 ontem, no período da manhã, de 9 às 12hs, e após a discussão sobre o tema,
1582 teve a participação dos técnicos da secretaria de saúde, e da SUBAS SEDESE
1583 e ficou definido que o CEAS deverá elaborar uma orientação para os conselhos

1584 municipais sobre programas se serviços sócio assistenciais das entidades que
1585 não tem atuação preponderante na assistência social. A minuta será elaborada
1586 pela secretaria executiva a partir de proposta e contribuições de conselheiros.
1587 Para situar melhor isso como ficou em linhas gerais, que nós precisamos
1588 pensar em como incluir a entidade nesse processo de construção do SUAS,
1589 nós temos toda uma legislação que o SUAS está sendo construído e temos a
1590 legislação da saúde que aporta algumas considerações inclusive ao que foi o
1591 norte e que inclusive foi a discussão. A fim de que possamos pensar em levar
1592 essas leis em conta, mas sem a exclusão de entidades, pensou-se em como
1593 construir do ponto de vista do conselho da assistência orientações que
1594 poderiam trazer essas entidades para a próximo da política, no caso tem a
1595 NOB SUAS que fala claramente a 2012, que os conselhos precisam fazer uma
1596 audiência pública anual com as entidades, então pensou-se em fazer a
1597 orientação neste sentido, que serão construídas até o próximo encontro da
1598 comissão, então o norte seria esse, pensar em como fazer essa inclusão.
1599 Algum comentário ou pode passar para o próximo ponto. **VOLNEY** –
1600 conselheiros algum comentário, alguma observação. **SHIRLEY** – pode
1601 prosseguir? Bom! O ponto 2 é o acompanhamento das deliberações da 10º
1602 conferência municipal de assistência social, é foi apresentada a planilha o
1603 status e a ano que a planilha foi apresentada por tema. Após discussão da
1604 comissão, ontem a tarde, chegou-se a conclusão de que se chegar a conclusão
1605 de uma forma mais otimizando o tempo, seria interessante entra em contato
1606 com o conselho nacional e ver com eles o que eles tem feito nesse sentido. Em
1607 fazer monitoramento das deliberações, pensamos em pedir orientações do
1608 ponto de vista metodológico e orientação em relação a instrumentais, depois
1609 disso a Adelmira apresentou para nós a resolução n. 8 de 15/04/10, e tínhamos
1610 até tirado esse encaminhamento, foi hoje que ela mostrou, mas que corrobora
1611 o encaminhamento, é um resolução que regulamenta o funcionamento da
1612 comissão de monitoramento das deliberações das conferências nacionais de
1613 assistência social, e o artigo 6 prevê que entre as competências dessa comissão
1614 ela deve recomendar aos conselhos de assistência social, orientações e
1615 instrumental de monitoramento e avaliações da conferência de assistência
1616 social. Então já era o que se tinha proposto a fazer e agora temos a legislação
1617 que embasa isso, em linhas gerais era isso que eu tinha para apresentarem –
1618 boa tarde a todos! Sou diretora de gestão do SUAS da SEDESE. A
1619 subsecretária Roberta solicitou à diretoria que também fizesse este
1620 acompanhamento das deliberações, eu gostaria se a gente pudesse fazer junto
1621 a diretoria com vocês para discutir já que o tema é um só ficaria mais rico,
1622 quanto para a gente, quanto para o conselho, então se quando forem discutir
1623 puderem entrar em contato conosco, nós viemos para cá não tem problema,
1624 para acompanhar junto. **ISABELA** – concordo com a sugestão da Edma que
1625 nesse sentido será mais enriquecedor, porque com relação aos instrumentais,
1626 nós já usamos desde 2009, antes da conferência, os instrumentais eram um
1627 pouco confuso e a forma que está sendo usada pelo monitoramento está bem

1628 clara, o que pode auxiliar o conselho é essa conversa da gestão na avaliação,
1629 particularmente eu não vejo a necessidade, o instrumento é pegar as proposta,
1630 as deliberações que já estão publicadas e fazer uma análise. Eu acho que a
1631 conversa com a SEDESE pode auxiliar na análise, já está bastante claro.
1632 **SHIRLEY** – já existe esse instrumental, essa metodologia. **ISABELA** – sim, é a
1633 mesma que a gente vem utilizando desde a conferência. **SHIRLEY** – mas essa
1634 é de monitoramento, no caso seria aquela que a gente está. **ISABELA** – é
1635 pegar os quadrinhos com as deliberações e analisar, não tem mais do que isso
1636 que está disponível. **CONSOLAÇÃO** – só corroborando também até porque no
1637 conselho nacional, ele faz é isso, ele faz análise de cada um, eles tem uma
1638 comissão específica, não adotaram como o sistema, da comissão existente
1639 temática e criaram um grupo de análise com relação a isso. Não é um grupo de
1640 aferição, em verdade até podemos fazer isso aqui que seria aquilo. Você
1641 coloca quadros de cumprimento, não? Poe o período relacionado, alguma ação
1642 pode ser considerada como uma ação mais continuada. Que essa é e que
1643 deve como ação continuada e vamos ter em vários anos isso posto em
1644 monitoramento e inclusive na definição. Em tal ano alguma coisa na
1645 ascendência. Pode ser visto mas como a Isabela falou a gente tem como está
1646 trabalhando na análise de cada deliberação. **VOLNEY** – outras contribuições
1647 gente? Claro? **PATRÍCIA – FEAPAI** – eu queria entender qual foi a
1648 dificuldade da comissão quando você faz uma proposta que tem uma tabela,
1649 que já tem as deliberações até mesmo para poder pensar em novas propostas,
1650 qual foi a dificuldade que a comissão teve na hora de analisar as questões.
1651 **SHIRLEY** – bom a Adriana está até aqui do lado, mas o que eu consegui
1652 identificar é que é uma quantidade muito grande de deliberações, nós
1653 precisamos definir no tempo como elas estão hoje, se elas foram
1654 implementadas ou não, precisamos monitorar, se fosse só acompanhar nos
1655 sentido de falar que foi implementada e não foi esta fácil, mas o que
1656 percebemos é que este monitoramento precisa ser continuado, nós
1657 percebemos que vai ter que além de instrumental, vai ter que ter uma
1658 metodologia de voltar nisso sempre, de construir propostas, de envolver os
1659 atores nessa construção, porque é bem provável que algumas estejam
1660 implementadas outras não. É nesse sentido é um processo, tem que monitorar
1661 para ver se está funcionando ou não, entendeu? É nesse sentido **ISABELA** –
1662 mas é justamente este papel que a comissão está fazendo. Realmente tem
1663 deliberações que são de curto, médio e longo prazo, realmente são muitas
1664 deliberações, e a forma como está sendo organizada é que está justamente
1665 que a comissão tem que fazer, a gente pode auxiliar na conversa com a
1666 SEDESE, proposta de curto, longo e médio prazo. As que são de longo a gente
1667 tem que fazer o monitoramento que também no meu ponto de vista não justifica
1668 ser mensal, tem coisa que demora um tempo maior. Estamos caminhando para
1669 o meio final do ano. Então é o momento adequado que vai fazer agora em
1670 outubro um ano de conferência e faz um apanhado de todas as deliberações. E
1671 pode talvez ser feito essa classificação e fazer o monitoramento de cada uma.

1672 Acho que o monitoramento ele é isso mesmo. E a gente busca tentar o
1673 embasamento normativo, por exemplo, se é instituir o co-financiamento estadual,
1674 temos o piso mineiro que está regulado pela resolução 459/10 e faz referência
1675 a essa resolução. Institui capacitação, nós temos um plano de capacitação.
1676 Tem também o conselho, junto com a prestação de contas são apresentadas
1677 as capacitações que são feitas e fornece subsídios também para o grupo fazer
1678 este monitoramento neste sentido, mas talvez ajudar nessa construção e incluir
1679 algumas colunas no quadro. Eu cito a conferência, porque na ultima
1680 conferência já teve essa função, antes não tinha mas nessa conferência já teve,
1681 mas já tem um instrumental que tem estes campos. **SHIRLEY** – eu vejo que
1682 dentro do que você acabou de descrever atende o que precisamos, porque a
1683 gente não queria incorrer no risco de ter que reinventar a roda. Se tem essa
1684 proposta inicial, acho que atende, facilita o trabalho, porque é a quantidade e a
1685 forma de trabalhar isso de forma efetivo, se já está sendo feito acho que já é
1686 por aí. **VOLNEY** – então nós encaminhamos um ofício para a SEDESE fazendo
1687 este acerto de dados para isso. Mais algum ponto? Ok! Próxima comissão de
1688 apoio aos conselhos. Então a comissão de normas, tem apenas um ponto, do
1689 qual eu irei apresentar. Desculpa Rodrigo eu sou apoio. **RODRIGO** – a
1690 pequena central hidrelétrica Mata Velha ela trás atualização do PAS barragem
1691 aprovado por meio da resolução 28/03, fazemos um histórico para o conselho
1692 entender, ela foi implantada no trecho do Rio Preto, atingiu 17 propriedades, 9
1693 na margem direita do município de Unaí, e 8 na parte direita do município de
1694 Cabeceira Grande, o PAS barragem foi aprovado por meio da resolução 28/03,
1695 em 20/08/03, no início do processo no CEAS, a PCH era do empreendedor
1696 CIPLAN - Cimento Planalto S A. atualmente é de responsabilidade da DES
1697 Energia mesmo tendo seu PAS, em 2003,, só recebeu licenças previas do
1698 COPAM em 19/04/2012, com validade de 6 anos e as obras iniciaram em
1699 janeiro de 2014. A análise técnica do PAS 2003, constatou que a resolução
1700 28/03, que aprovou o PAS da PCH Mata Velha determinou a incorporação e
1701 implementação das 4 condicionantes, duas das ações que foram exigidas pelo
1702 CEAS a época não estão de acordo com a política de assistência social do
1703 Estado de MG, e não contemplam a resolução 317/10, a necessidade de
1704 atualização de vários dados defasados em relação a resolução do CEAS
1705 317/10 solicitado ao empreendedor atualizado do PAS da pequena hidrelétrica,
1706 a solicitação foi atendida e apresentadas e estão de acordo com o disposto da
1707 resolução 317, porém ainda restam as condicionantes que foram dispostas
1708 pelo CEAS na resolução 28/03, que não são de competência do CEAS, que
1709 devem ser acompanhadas de órgãos de outras políticas, e por estarem
1710 inseridas na licença de operação, emitida pelo COPAM, quais sejam a gente
1711 trás o quadro para facilitar o entendimento, as resoluções 28/03, a gente vai
1712 para o artigo 1, inciso IV, com o qual a gente tá falando que não pertence mais
1713 à assistência social. Letra H, firmar convenio com a prefeitura para ampliação
1714 da capacidade de atendimento dos hospitais e criação de um posto de saúde
1715 próximo á área rural, a observação que a resolução 317 faz é que é da política

1716 de saúde, e consta no programa de saúde do EIA RIMA conforme parecer da
1717 SUPRAM de 02/03/12, pg 29, letra I, apresentar e implantar um projeto
1718 executivo de esgoto e sistema de tratamento. Com a resolução 317, essa ação
1719 deve ser acompanhada pelo COPAM SUPRAM e não pelo CEAS, consta na
1720 condicionante 14 da LI datada de 19/04/12, a data de recebimento do
1721 documento foi 06/08/14 o encaminhamento gerado para deliberação, a
1722 comissão sugere alterar a resolução CEAS 28/03, excluindo as condicionantes
1723 do inciso IV, linhas H e I que não são de competência dos CEAS e devem ser
1724 acompanhadas por órgãos de outras políticas é também por estarem já
1725 contempladas nas condicionantes das licenças de instalação aprovadas pelo
1726 COPAM. O ponto 1 é este, alguma sugestão, algum encaminhamento.
1727 Aprovado gente!**VOLNEY** – senhores conselheiros ficou claro para vocês o que
1728 foi apresentando pelo Rodrigo, porque tem que ter uma clareza, porque vamos
1729 emitir uma outra resolução, ele quer saber se ficou claro para todo mundo.
1730 **ISABELA** – só para entender a gente está entendendo pelo tempo que o PAS
1731 não foi finalizado? **RODRIGO** – não é que o PAS não foi finalizado é que o
1732 histórico ela começa a ser construída agora em janeiro de 2014, e lá em 2003
1733 fazia parte essas letras de condicionantes, que esse conselho recomendava
1734 no PAS, e hoje como não o faz mais parte da política de assistência, firmar
1735 convênios com a prefeitura para ampliação de posto de saúde, e também a
1736 questão sanitária. **ISABELA** – isso estava previsto no PAS que não foram
1737 feitas pelo empreendedor, eu concordo que não é da competência do CEAS, a
1738 minha dúvida é que só é uma coisa que já passou. E se já tivesse passado
1739 porque a gente excluiria. Está vigente? **RODRIGO** – quem vai acompanhar
1740 agora é COPAM e SUPRAM.**VOLNEY** – nós vamos passar para a técnica
1741 Rosa para que ela possa esclarecer. **ROSA** – só para dá uma explicação geral,
1742 esse PAS foi aprovado em 2003, ele não foi implementado. O empreendedor
1743 só recebeu a licença previa e licença de instalação em 2012, pelo COPAM, foi
1744 iniciar a obra em janeiro de 2014, o PAS iniciou sua implementação em 2014,
1745 porque nas resoluções iniciais do CEAS, não estipulávamos prazo para a
1746 implantação do PAS, não estipulávamos prazo para o início da obra,
1747 colocávamos assim 30 dias após a licença de implantação. 40 dias depois da
1748 licença. Não havia esse rigor, tanto que as nossas resoluções eram cheias de
1749 condicionantes, as outras duas condicionantes já estavam contempladas no
1750 PAS que é o posto de atendimento social, acessibilidade para pessoas com
1751 deficiência, mas mesmo assim o CEAS para reafirmar e colocava isso como
1752 condicionante. Esse PAS iniciou agora em 2014, foi quando eles solicitaram
1753 uma reunião com o CEAS, nos falamos da necessidade de atualizar este PAS,
1754 incluindo diagnóstico, porque diagnóstico para 2003 para 2014 está totalmente
1755 defasado, eles atualizaram o PAS de acordo com a resolução nossa a 317, eu
1756 fui em Julho em campo visitei as propriedades que vão ser atendidas então
1757 está tudo zerado, começaram do zero, então ao analisar essa atualização
1758 deles, eu vi que a nossa resolução estava desatualizada, da mesma forma que
1759 pedíamos atualização do PAS, eu enquanto técnica é apresentei à comissão

1760 de normas uma possibilidade e de atualizar a nossa resolução que é a 28/13,
1761 que eu tive acesso ao EIA RIMA, deles, porque o EIA fica disponível para
1762 quem quiser consultar, tirei até uma copia para nós, já está contemplado pelo
1763 EIA RIMA que é o relatório de impacto ambiental que é exigido pelo COPAM, e
1764 o EIA é o estudo de impacto ambiental, já está contemplando as duas
1765 condicionantes que o CEAS colocou, ok?**CONSOLAÇÃO** – porque não a
1766 aprovar então um novo PAS que foi atualizado dentro de uma legislação nova,
1767 se eu estou levando em consideração um PAS de 2003, queria ajuda do José
1768 Henrique. É se eu estou em 2003, ele elaborou um PAS com uma legislação da
1769 Época, então se há necessidade de uma atualização, eu não tenho que fazer
1770 uma aprovação de acordo com a resolução estadual, e hoje não aprovamos
1771 planos inclusive condicionante. Então se o PAS ele fez uma atualização e o
1772 PAS se encontra de acordo com tudo que está na nova legislação, e não é o
1773 caso de aprovar como novo PAS e não uma correção ou retirar tópicos,
1774 revogando a outra resolução, e ai estou aprovando um novo com a legislação
1775 vigente, senão eu vejo assim. **JOSÉ HENRIQUE** – se por ventura houver
1776 aprovação nos termos que est sendo proposto no PAS ele é que contraria a
1777 norma vigente, determinadas condições contraria a norma vigente. É não é
1778 isso? Não é mais de competência da assistência social e sim da COPAM e
1779 Saúde então essas duas condicionante existiam na legislação preteta não tem
1780 mais eficácia atualmente uma vez que a competência não é mais, não faz
1781 sentido, aprovar exigir sendo que não é mais da nossa competência. **ISABELA**
1782 – mas o entendimento é que a gente deve revogar o PAS antigo ou fazer uma
1783 resolução para o novo PAS ou faz uma resolução que altera, o PAS antigo
1784 tendo em vista. Altera a resolução antiga que institui o PAS em 2003, de
1785 acordo com a legislação nova. **JOSÉ HENRIQUE** – a alteração da resolução já
1786 gera o efeito desejado, se por ventura revogar uma resolução que aprovou o
1787 PAS, de qualquer forma vai ter que alterar e rever a resolução que aprovou o
1788 PAS, e na eventualidade salvo me engano não! **PATRÍCIA – FEAPAIS** – se eu
1789 revogar isso e a eles já começaram a atuar desde 2014, revogando não tem
1790 um perda, porque ele fica é inadequado, tem que rever mesmo, se revogar vai
1791 prejudicar, ela já está em funcionamento. **JOSÉ HENRIQUE** - a proposta é
1792 está a alteração da resolução que prevê duas condicionantes, que hoje não
1793 soa mais de competência e essa é a proposta. **ROSA** – a 028, ela já está
1794 fazendo parte do processo dentro do processo do COPAM e da ANEL, já existe
1795 a 028, o que a gente tem que fazer é não tenho conhecimento legal, mas eu sei
1796 que a 028, foi um dos pré requisitos para ela obter a licença de instalação, que
1797 já está constando no processo do COPAM, a gente revogando esta ele já
1798 perde o efeito dela dentro do COPAM, se a gente só alterar, ele só vai
1799 acrescentar dentro do processo dele, só vai acrescentar, não vai alterar o
1800 processo dele dentro do COPAM. É o melhor mesmo só alterar a resolução
1801 28.**JOSÉ HENRIQUE** – a alteração de um ato normativo denominado
1802 resolução, ela nada mais é que uma revogação de ato parcial, o fato é que a
1803 revogação não significa sua totalidade no momento que propõe uma nova

1804 resolução, nos estamos revogando em partes, ou seja revogando em partes.
1805 Então a questão da nomenclatura utilizada eu acho que a resolução em
1806 havendo a alteração da resolução já supre o que se deseja. **VOLNEY- Vinicius.**
1807 **VINICIUS** - eu fiquei só com uma questão que tem o novo PAS, é fazendo uma
1808 nova resolução, aprovando o novo PAS faz referencia à resolução anterior, e
1809 dizendo o que foi modificado, e que aquela resolução foi modificada, e a
1810 resolução atual de imediato já substituiu a anterior. É mais enfim o que o Zé
1811 Henrique está colocando resolve também. **ISABELA** – as outras ações
1812 previstas no PAS, vamos manter, só vai excluir as que não são estão mais de
1813 acordo com a legislação e com a competência, o PAS continuaria o mesmo
1814 nesse sentido só que revogando os dois últimos, então seria uma alteração da
1815 resolução que já existe. **JOSÉ HENRIQUE** – que por sinal já foram aprovadas
1816 pelos órgãos que detém a competência, não faz o mínimo sentido, porque em
1817 tese não tem competência prevista, então se por ventura for expedir uma
1818 resolução alterando em partes aquela então existente à época os efeitos que
1819 se desejam são contemplados, ficam. **VOLNEY** – vale para você pra gente
1820 tomar os encaminhamentos, ok? Mais algum ponto? **RODRIGO** – sim, ponto
1821 dois, é fazer um cronograma de trabalhos normativos a serem revistas, então
1822 como normas a gente tem a resolução do CEAS 318/10, e dispõe sobre o
1823 processo de análise e os processos relativos aos planos de assistências
1824 sociais, para as populações de áreas inundadas por reservatórios, PAS
1825 barragem. A comissão faz recomendação de aguardar a publicação das
1826 propostas de alterações da resolução 317/10, é nesse ponto para esclarecer é
1827 a gente comissão de normas convidados iniciou um processo de revisão da
1828 resolução 3127, que depois criou um GT, para melhorar essa resolução 317,
1829 então estamos já em passos de apresentar um produto à essa plenária e a
1830 comissão entendeu que o sentido de dar essa resposta em função da 318, que
1831 uma depende da outra, então não teria muito sentido trabalhar na 318, sem ter
1832 o produto final da 317. E vamos direto no quadro vocês querem ir ponto a
1833 ponto. São 4 proposta de normativas, a outra norma é a resolução 373/11,
1834 dispõe sobre a regulação do co-financiamento estadual dos benefícios
1835 eventuais, ação a comissão faz o encaminhamento de se reunir com a
1836 comissão de orçamento e política agora para o mês de outubro, se a agenda
1837 permitir uma vez que temos pontos a discutir e pra discussão é normativa da
1838 lei estadual 12262/96 e 12227/96, disposto é sobre a política estadual de
1839 assistência social que cria o conselho estadual CEAS, e cria o fundo estadual
1840 de assistência social FEAS, respectivamente, a comissão faz o
1841 encaminhamento que os conselheiros da comissão farão uma análise da
1842 legislação comprando com a legislação federal vigente, então tanto a lei do
1843 conselho, quanto a lei do fundo, comparamos com a legislação divergentes e
1844 comuns e tão logo a gente tenha este produto a gente apresente na plenária
1845 para deliberação e por fim é propor uma resolução ao disposto do regulamento
1846 para a próxima conferência nossa n. 11 já é ano que vem, a ação é aguardar a
1847 regulamentação do CNAS, a comissão discutindo sobre essa ação, a gente

1848 chegou à conclusão que não tem nem o tema ainda e claro do CNAS, então
1849 como a gente vai tratar dessa resolução deste regulamento, sem a gente ter
1850 um tema a ser discutido. Claro que pode chegar uma sugestão que vocês
1851 podem se debruçar em cima do regulamento interno, alguma coisa parecida,
1852 mas a proposta da comissão é aguardar ainda a regulamentação do CNAS,
1853 então os documentos foram recebidos até 18/08/14, se alguém quiser
1854 perguntar alguma coisa, a comissão está aí para responder. **ISABELA** – eu
1855 quero falar uma proposta de resolução para a conferência e é uma dúvida, a
1856 ideia é fazer a convocação ou a convocação é depois da resolução que
1857 regulamenta, é junto como é que é isso? **CONSOLAÇÃO** – a convocação é
1858 antes. A tarefa é para se pensar no regulamento o que vai sair primeiro é a
1859 convocação, geralmente a gente faz isso, em Dezembro, essa convocação
1860 junto com o conselho nacional, neste mês e em seguida a regulamentação, e a
1861 comissão é para se organizar para que a gente consiga fazer a
1862 regulamentação e soltar mais rápido possível para não ficar o que está
1863 acontecendo em todas as conferências que não fica em tempo hábil para as
1864 conferências municipais eles terem já aquilo todas as orientações, logicamente
1865 a gente depende do conselho nacional e podemos até provocar o conselho
1866 nacional que ele solte essa regulamentação antes, para que se possa fazer em
1867 tempo hábil. **ISABELA** – eu acho que talvez caberia de fazer essa
1868 comunicação com o conselho nacional, porque o meu medo é de ter um
1869 retrabalho, acho que da última conferência foram identificados que a gente
1870 precisa rever no regulamento para próxima, mas se houver uma mudança de
1871 metodologia, igual teve na última conferência possa ser o que faça agora o que
1872 tenha que refazer de novo e tenhamos um retrabalho. Mas acho que pode ser
1873 feito comunicação e-mail para o conselho perguntando, para poder se adiantar.
1874 Entendi **VOLNEY** – podemos deliberar dessa forma, provocar o CNAS sobre
1875 essa regulamentação, ficou claro Consolação, mais algum ponto Rodrigo?
1876 **RODRIGO** – não. **VOLNEY** – ok! Com relação à comissão de apoio, você é
1877 normas né, seria relatoria da PCH Unai baixo, o relator é José Henrique. **JOSÉ**
1878 **HENRIQUE** – eu fiquei incumbido de relatar é o PCH Unai baixo e chegou ao
1879 meu conhecimento. O processo pra que ele fosse concluído no seu parecer
1880 conclusivo, foi feito o pedido de diligência e não foi satisfatória, então de acordo
1881 com a análise do expediente acredito eu que não esteja maduro de proferir
1882 uma decisão de mérito, e nós solicitamos a presença na próxima plenária do
1883 empreendedor, e do conselho municipal de assistência social, uma vez que
1884 segundo ele não houve na totalidade o cumprimento dos projetos e ações.
1885 Então em face desta divergência, da presidente do conselho municipal e do
1886 empreendedor nós estamos solicitando meu voto, não é de mérito ainda de
1887 instrução para dirimir este conflito existente entre cumpriu e não cumpriu do
1888 conselho e do empreendedor. Inclusive para eu com o relator emitir algum juízo
1889 de valor é importante que eu tenha as duas dialéticas, os dois pontos de vistas
1890 e pra outro também na eventualidade de outro conselheiro pedir vistas ele não
1891 vai se sentir confortável, uma vez que o processo está sob análise. **VOLNEY** –

1892 eu peço vistas ao processo juntamente com o conselheiro José Henrique, ok!
1893 **JOSÉ HENRIQUE** – a minha decisão é no sentido que na próxima plenária as
1894 duas pessoas venham. Aprova hoje ou não? **VOLNEY** – a técnica quer fazer
1895 uma consideração aqui, faça o favor Rosa. **ROSA** – a resolução 318
1896 conselheiro está até ai na tela, as diligencias não atendidas ou atendidas em
1897 parte que é o uso do conselheiro motivará nova solicitação com prazo para
1898 atendimento. Pois é, ele gostaria de trazer para exatamente, não. É tanto que
1899 ele não apresentou a relatoria dele, ele apresentou a motivação dele, que é a
1900 presença do conselho municipal de Unaí, com o empreendedor. Ele quer isso
1901 dentro da plenária. E uma defesa oral, como já houve no caso de Guanhães. O
1902 CGH de Fortuna, não me lembro que houve a presença de CNAS de
1903 Guanhães e dos empreendedores, a relatora era a Joanita que era a
1904 presidente. Houve a defesa. **JOSÉ HENRIQUE** – não houve análise do mérito,
1905 para que por ventura venha deliberar aqui, salvo se for distribuído para outro
1906 conselheiro, no que eu entendo aqui pé uma questão prejudicial ainda que seja
1907 distribuído para outro ele terá a mesma dificuldade. **VOLNEY** - Então o
1908 encaminhamento é para quo conselho esteja com o empreendedor e esclareça
1909 para a plenária. **JOSÉ HENRIQUE** – para a plenária, dos pontos apontados e
1910 não foram atendidos. Sendo explicado e atendido aqui os demais conselheiros
1911 de forma consciente e eu manifestar minha posição sob pena deu incorrer em
1912 um erro e todos por indução. **VOLNEY** – Vinicius. **VINICIUS** – eu queria só
1913 fazer uma pergunta, nesse caso na próxima plenária a gente já aprovaria ou
1914 reprovava o PAS, porque se essa consulta ela vai acontecer apenas por uma
1915 consulta e a análise da aprovação e reprovação ficar para outra plenária, eu
1916 gostaria de sugerir para a plenária para chamar eles para fazer esclarecimento
1917 na comissão e a comissão após o esclarecimento fazer um relatório que na
1918 plenária a gente pudesse fazer a aprovação. Julgar o mérito para aprovação ou
1919 não. **JOSÉ HENRIQUE** – na verdade é isso que se deseja a presença deles
1920 para que eles possam dirimir, no primeiro momento eu coloquei na plenária já
1921 iria satisfazer se por ventura tivesse pedido de vistas eu queira manifestação
1922 de ambas as partes já teria sido contemplado com as explicações, foi nesse
1923 sentido que eu achei de bom aventure para a plenária. Agora se por ventura
1924 acharem por bem em função do tempo a oitiva nas comissões e a partir dali ser
1925 proferido um voto. **VOLNEY** – em votação gente. Então conselheiros que
1926 desejam junto à comissão. **VINICIUS** – só um minuto só para deixar claro eu
1927 queria até que a Consolação pudesse esclarecer isso, é possível na plenária
1928 na presença do conselho e do empreendedor logo após o esclarecimento de
1929 fazer essa votação, no processo da plenária é possível que se faça isso é um
1930 pergunta? **CONSOLAÇÃO** – realmente não li e não sei assim até do teor da
1931 relatoria e do que é. Acho interessante sua proposta porque ela permite uma
1932 análise mais aprofundada, a comissão tratar isso de uma outra forma, para
1933 depois vir com esse, como indicativo para a plenária, é um fato novo de
1934 interpretação às vezes não tem trabalho muito dessa forma, por isso até uma
1935 duvida, mas é acredito que quando a gente fala da própria diligencia a gente

1936 fala do conselheiro relator e ele está trazendo para compartilhar a relatoria dele,
1937 e este compartilhamento de relatoria, ela fica melhor mesmo na comissão
1938 **JOSÉ HENRIQUE** – aqui existe uma questão que a presidente do conselho
1939 municipal de assistência social falou que não foi cumprido o empreendedor
1940 falou que foi cumprido, a situação que eu coloquei em função disso é que a
1941 nossa deliberação poderia está em desacordo com a manifestação do conselho
1942 municipal, eu um voto isolado ainda que a deliberação seja colegiada poderia
1943 em tese manifestar de forma contraria aquilo que o conselho municipal está
1944 dizendo que não houve, então há um conflito não só em relação ao conselheiro
1945 mas entre conselhos, porque depender do meu voto eu vou contrariar a fala do
1946 conselho municipal de assistências social, então são instancias distintas se
1947 fosse só o voto de um conselheiro de forma isolada, ai é reflexão também
1948 ainda que seja um fato novo, não vejo a presença deles, hoje tivemos a
1949 presença do consórcio explicitando determinadas situações. Sim, é só para
1950 afastar, é agora o ponto ai é, Sim se fosse por ventura uma manifestação
1951 isolada não teria problema nenhum, agora o nosso voto vai contrariar a
1952 manifestação escrita do conselho municipal de assistência social. É isso que eu
1953 quero ponderar, inclusive apontado em relatório as deficiências **ISABELA** - eu
1954 concordo com a consideração dos Vinicius que talvez seja melhor no grupo não
1955 há nenhum impedimento de acontecer na plenária, mas tem que fazer a
1956 apresentação do grupo de monitoramento e tudo mais, e o consórcio resolveu
1957 esta presente e trouxe fatos novos que fizeram que a gente tenha que adiar,
1958 isso pode acontecer a mesma coisa em reunião com outro empreendedor, por
1959 isso mesmo na reunião de comissões porque se surgir algum outro fato novo,
1960 mesmo com a reunião com a comissão entender que precisam ser analisados
1961 outros fatos, se vai precisar de uma visita outro tipo de diligencia e na
1962 comissão é melhor e vai ter a chance de estudar melhor o projeto, as pessoa
1963 vao está lá fazendo perguntas, pode ser mais assertivo dessa maneira e trazer
1964 para a plenária quando tiver mais encaminhado. **SHIRLEY** - a minha posição
1965 é como a do José Henrique, que já existe uma situação colocada de
1966 divergência de ponto de vista e que até onde estou entendendo é a plenária
1967 que faria essa diferença. Então na haveria sentido para levar para a comissão,
1968 otimizaria o tempo e levaria para a plenária e resolvendo e estaria de acordo
1969 com o que ele está colocando. **ISABELA** – eu não sei posso está errada, a
1970 plenária se traz quando precisa de deliberação e quando a gente já sente que
1971 tem as informações necessárias para deliberar, nesse caso está precisando,
1972 super entendo e compartilho a necessidade que você viu a necessidade de
1973 buscar mais informações, mas eu acho que este é o momento, ai o momento
1974 de diligencia de buscar mais informações em reuniões eu não sejam parte da
1975 plenária, e trazer na plenária mais encaminhado, se houver a necessidade do
1976 conselho municipal ou do empreendedor estarem presente ok, não tem
1977 nenhum problema, mas tem que vir na plenária um pouco mais amadurecido,
1978 para aprovação e não no sentido de buscar mais informações. **SHIRLEY** - mas
1979 salvo se tenho entendido errado, ele está colocando que essa situação está

1980 definido. Seria dirimir uma situação que está clara. Sem levantamento de
1981 dados. **JOSÉ HENRIQUE** – a minha o que eu acredito que é, temos um
1982 parecer técnico dizendo que houve o cumprimento, temos a fala da presidente
1983 do conselho, dizendo não foi cumprido, ela está na ponta, então em razão
1984 disso, vem o primeiro questionamento, poderia nós através de um parecer
1985 técnico destituir na figura do seu representante na figura do seu presidente, em
1986 havendo este voto acompanhando o parecer técnico nós do conselho estadual
1987 de assistência poderíamos divergir daquilo que foi eu não sei estou por isso eu
1988 achei melhor dessa forma. **VOLNEY**- vamos agir por inscrições, não podemos
1989 deliberar porque tem duvida. Quem vai falar Consolação. Júlio primeiro,
1990 Consolação, Shirley, mais alguém? Depois você me inscreve por ultimo. **JULIO**
1991 – é nesse caso já que você percebeu essa divergência de informação uma fala
1992 que está cumprido outro fala que não, não seria o caso do relator emitir um
1993 parecer sobre isso. Mas este parecer seu está. **JOSÉ HENRIQUE** – só o final e
1994 a conclusão não há necessidade do histórico, trata-se do PAS barragem em
1995 Unai, na fase de finalização foi expedido um parecer então considerando-se a
1996 análise documental e as entrevistas dos moradores do bairro mamoeiro, os
1997 projetos foram divulgados, nas comunidades executadas considerando-se
1998 portanto implementados. É visando dar continuidade a instrução para fins de
1999 elaboração de parecer conclusivo foi baixo em diligencia para o conselho
2000 municipal de assistência social para que o mesmo esclarecesse determinadas
2001 duvidas. A primeira relativa efetivamente a execução e implementação e a
2002 segunda relativo a indecisão paga a propriedades atingidas face a
2003 desapropriação de sua área atingida, restou comprovado conforme
2004 documentação juntada aos autos o cumprimento do termo de transação
2005 acordado e a homologação do Juiz nos termos lavrados junto ao cartório de
2006 registro de imóvel da circunscrição do bem, este foi um ponto que ficou
2007 comprovado. Por outro lado o conselho municipal de assistência social não
2008 apontou de forma explicita os pontos dos quais não foram atendidos, tendo
2009 feito somente uma remissão de forma genérica nos relatórios bimestrais, nós
2010 baixamos novamente em diligencia e ele por sua vez no dia 15, ele manifestou
2011 pontuando cada uma das ações e suas respectivas falhas. Só para concluir o
2012 parecer diante de tudo exposto acima, salvo melhor juízo e segundo a
2013 legislação vigente e a competência institucional conferida ao CEAS e por fim a
2014 resposta da diligencia realizada restou contraditória com o parecer técnico da
2015 equipe técnica da secretaria executiva do CEAS, somos pela notificação do
2016 empreendedor que este se manifeste por escrito e em plenária, bem como do
2017 representante do conselho municipal de assistência social de Unai, que tenham
2018 conhecimento dos fatos relatados. Considerando a ampla defesa e o
2019 contraditório em fase dos projetos ações e medias as quais não foram
2020 efetivamente executados no novo PAS barragem proposto. **INTERLOCUTORA**
2021 – **01:06:25** – são 4 projetos que a PCH Unai tem que desenvolver na
2022 comunidade de mamoeiro. A comunidade de mamoeiro só par vocês saberem
2023 existia um CRAS e o posto de atendimento social ele realizou as atividades em

2024 parceria com o CRAS. O primeiro ponto que eles colocam que não foi
2025 implementado, projeto de comunicação social, estou lendo documento, uma
2026 copia dos documentos que encaminharam no dia 15, que o conselho municipal
2027 de Unaí encaminhou, projeto de comunicação social, varias coisas, eles
2028 colocam o seguinte. As ações desenvolvidas por meio deste projeto não foram
2029 planejadas e implantadas considerando as especificidades e particularidades
2030 dos bairros em questão. Levantados conforme diagnóstico levantado pelo
2031 mesmo. Há atas eu fiz uma reunião só para esclarecer vocês, fiz uma reunião
2032 com o conselho municipal entrevistei as pessoas, fiz uma reunião com a
2033 comunidade de mamoeiro, participaram nove em mamoeiro, que é a
2034 comunidade em questão. Eles falaram que o projeto de comunicação não
2035 atingiu o alvo, porque eles utilizaram carros de sons, bilhetes nas escolas, para
2036 avisar das atividades sobre os cursos de capacitação. Essa ação eu conversei
2037 com a assistente social, do CRAS de Mamoeiro, essa ação foi executada e
2038 planejada com o CRAS que é o meio que eles utilizam para conversar e avisar
2039 a comunidade sobre isso e eles determinaram dentro deste projeto de
2040 comunicação os horários do carro de som, que dera pela manhã na hora do
2041 almoço e a tarde. No horário que as pessoas estão dentro de casa para atingir.
2042 Bilhetes nas escolas, o conselho municipal na reunião que eu fui está
2043 registrado em ata isso não existe o CRAS, utiliza este meio para avisar o que
2044 vai acontecer, foi o meio de comunicação que é uma comunidade de grande
2045 vulnerabilidade é por meio da escola que ficam sabendo das ações. Outra ação
2046 é projeto de qualificação profissional, o projeto de prevenção de uso de drogas,
2047 eles colocam na manifestam deles o seguinte, dois exemplo só. Esperavam
2048 que o empreendedor mobilizasse e articulasse a comunidade os órgãos
2049 públicos e as diversas forma de comunicação da comunidade para que se
2050 criasse ações efetivas para prevenção no combate e uso de drogas. Em Unaí,
2051 a PM tem um projeto efetivo dentro da comunidade de mamoeiro de prevenção
2052 de uso de drogas essa parceria eles fizeram tem o contrato, eu conversei com
2053 os militares desse projeto. Eles levaram para a comunidade especialistas em
2054 prevenção de uso de drogas para palestras exibição de filme dentro da
2055 comunidade dentro do posto de atendimento social, e exploração sexual e
2056 infantil e a PM estava junto com eles, o CRAS e CRESS, isso o próprio
2057 conselho falou, eles esperavam mais do empreendedor, em um ano eles
2058 queriam que o empreendedor fizesse muito mais, e a PM tem essa ação e
2059 como a PM já tinham essa ação e fizeram a parceria com a PM, e eles alegam
2060 que não houve articulação com a comunidade dos órgãos públicos em relação
2061 a essa questão. São vários pontos que eu conversei com o Zé Henrique que eu
2062 vou está pontuando as entrevistas que eu fiz de todo o relatório pontuando
2063 cada coisa, eu vou fazer este trabalho foi feito em campo, entrevistei pessoas,
2064 usuários destes trabalho que eles fizeram eu não consegui enxergar a não
2065 viabilidade das ações do posto de atendimento social. **VOLNEY** – a principio eu
2066 pedi vistas mas posso está retirando dependendo das discussões. **JÚLIO** – eu
2067 estou entendendo então que o PAS não foi cumprido, pelo que estou vendo

2068 naquilo que acabou de ser relato tanto pelo Zé Henrique e pela Rosa, o PAS
2069 não foi cumprido da forma que está. Então neste caso é vista mesmo. **ROSA** –
2070 na realidade há uma divergência de opiniões, divergências de pareceres, a
2071 manifestação do conselho municipal é que as ações que eles fizeram de
2072 proposta no PAS que era só o posto de atendimento social não foi cumprida, a
2073 minha avaliação técnica, que eu fiz a visita em campo e entrevistei as pessoas
2074 é que o que eles fizeram de proposta no PAS, que é um novo plano que foi um
2075 novo plano foi cumprido, que era a ação só voltada para mamoeiro. **JULIO** – a
2076 sua opinião é que foi cumprida a do Zé Henrique é que não foi. **ISABELA** – não
2077 é isso não. Que o conselho municipal se manifestou contra, a equipe técnica
2078 se manifestou cumprido. O conselho municipal deu indicativo de que não foi
2079 como que a gente vai deliberar sobre isso. **JÚLIO** – cabe ao relator emitir
2080 opinião e você não emitiu essa opinião. **ROSA** – pelo que consta estou vendo e
2081 relendo a resolução ela fala do parecer do relator e aí seria se não tem
2082 condição a gente teria é eu acredito pedido de vistas e na nova análise em
2083 relação a isso e se houver uma nova análise de repente o conselheiro ir ao
2084 local, e conversar, porque agora esse momento, não sei se trazer os dois
2085 também seria o mais eficaz no momento, agora eu acredito que seria um
2086 pedido de vistas, porque houve duas diligencias, porque foram cumpridas o
2087 tempo, não foi atendida não deu para chegar, cada um expos sua parte, quer
2088 dizer cumpriu a exigência por parte do conselho e do empreendedor e não foi
2089 possível chegar a essa conclusão pelo que está aqui esse fato não está
2090 previsto na nossa resolução eu acredito que um pedido de vista por uma
2091 análise conjunta pode ser até pode solicitar o Volney fez o pedido o conselheiro
2092 o relator ou até outra pessoa que queira participar que já tivemos isso aqui
2093 pedido de vista de mais de um até para verificar isso pode ser feito por outro
2094 conselheiro junto e verifica até essa possibilidade da visita do conselheiro,
2095 porque diligencia de papel não foi suficiente então analise se seria realmente
2096 chama-los aqui ou realmente ir ao local. **ISABELA** – pensando aqui deu para
2097 compreender melhor a situação, então seria pedido de vistas revisando aqui a
2098 questão do posicionamento do conselho tem que ser considerado mas a gente
2099 já tem discutido assim, pela minha experiência do conselho a dificuldade da
2100 gente separar o que é o desejo maior da comunidade e que extrapola a função
2101 do empreendedor, e de fato constou não é que extrapola a função do
2102 empreendedor, o que de fato seria o ideal para aquela comunidade o que
2103 constou no PAS, acho que se o PAS foi objetivo e trouxe uma ação específica
2104 e aquela ação foi feita, mas a comunidade entende que outra
2105 complementariedade deveria ser feita e não sei se é o caso, por isso caberia o
2106 pedido de vistas e bater o que está no PAS, com o que foi objetivamente foi
2107 apresentado pelo empreendedor e o que foi apresentado na visita técnica, aí
2108 verificando a insuficiente pode ser feita a visita pelo próprio conselheiro. Já
2109 vivenciamos outra situação de que o PAS, ele era bem objetivo, por exemplo
2110 um curso profissionalizando, que não faz o empreendedor ter inserção no
2111 mercado de trabalho e gere uma renda de um salário mínimo por uma pessoa,

2112 não é o que está no PAS, por mais que a gente saiba que as vezes o nosso
2113 compromisso é o ideal e é o compromisso no conselho de assistência social,
2114 num impacto maior, entendeu? Eu acho que bater a análise antes de talvez de
2115 fazer o convite para o conselho vir aqui. **FERNANDO** – eu queria como eu
2116 disse estou ainda apreendendo, fiz algumas perguntas para entender sobre o
2117 processo. Algumas perguntas para ficar mais claro assim. É isso é um situação
2118 específica ou sempre as comissões tomam as decisões ou vem pra cá com
2119 encaminhamento para ser decidido. E é como que isso funciona normalmente
2120 regularmente, porque isso está me parecendo da forma como foi apresentando,
2121 que já existe um conflito claro, de um posicionamento claro de um conselho
2122 municipal, portanto é um tema relevante, portanto não deveria ser mérito de
2123 uma relevância de um conselho municipal que se posiciona em contrario.
2124 Portanto eu pergunto nesses casos isso também poderia ser resolvido só na
2125 comissão ou sempre que tiver uma divergência de um conselho municipal isso
2126 deveria vir para uma plenária, outra coisa é o seguinte, é o segundo caso que
2127 vejo hoje de análise de PAS, de tá certo e que eu estou achando interessante
2128 isso porque é isso é da vida a sociedade civil organizada no sentido de discutir
2129 proximidade do desenvolvimento econômico com a ética social, tentar trazer
2130 essa coisa para o mesmo campo e a impressão que eu estou e tenho já algum
2131 tempo é que a gente vem tratando este tema como uma certa lista de
2132 compensações e não como algo que pudéssemos influir para uma mudança de
2133 política e uma política que mude comportamentos no desenvolvimento
2134 econômico par que ele tenha um alinhamento melhor com o ambiental e social.
2135 Está me parecendo que estamos tratando coisas meramente compensatórias,
2136 eu entendo que deveria subir o nível na minha visão, porque a Rosa disse que
2137 eles pegaram carona na Policia, fizeram via policia, a policia já fazia faz uma
2138 ação, da um curso ali outra aqui, isso faz o alinhamento entre o econômico e o
2139 social. A coisa é mais de intensidade, então eu pergunto também se nós já
2140 temos porque eu até entendo que esse pacote do que é para ser feito já vem
2141 pronto para nós, o que o empreendedor deveria fazer vem mesmo como o um
2142 pacote pronto, e ficamos analisando se foi feito ou não. Não sei se é pertinente
2143 se temos isso ou não, poderíamos pensar como suscitar, que nós tivéssemos
2144 uma produção de elementos que possam orientar a elaboração dos futuros
2145 PAS. Para que a gente possa incluir compromissos de mais longo prazo do
2146 setor corporativo vinculando um alinhamento melhor do desenvolvimento
2147 econômico com o social já que o ambiental não é nosso alvo preciso. São
2148 estes pontos.

2149 **CONSOLAÇÃO** – primeiro os objetivos das comissões se não recebeu vai
2150 receber um pen drive com as resoluções, as comissões, normativas,
2151 regulamento interno que vai está mostrando disciplinando como que o conselho
2152 funciona. As matérias para serem trazidas para a plenária a grande maioria
2153 delas não todas mas a grande maioria é distribuído, aquele tema para sua
2154 comissões elas facilitam as discussões e necessariamente não se esgotam ali

2155 as discussões e indicativos, porque se não o conselho não daria conta de
2156 pautar princípios e ter acesso a todo o arcabouço legal para aquele tipo de
2157 discussões e as comissões existem para isso. Hoje é o primeiro dia e cabe
2158 inclusive as secretaria executiva eu mesmo e sentar com você depois e está
2159 esclarecendo e tem este material também e tentar fazer essa leitura e ter a
2160 compreensão desse todo. Em relação a usina hidrelétrica, MG é um Estado
2161 privilegiado porque é o único Estado no Brasil que trata essa matéria em
2162 conselho de assistência social, nós somos privilegiados por uma lei que foi
2163 conquistadas pelos movimentos sociais de barragens inclusive e que delegou a
2164 este conselho, entrar no processo de licenciamento exclusivo de
2165 empreendimentos hídricos e aproveitamento econômico, existe uma lei que
2166 norteia isso, depois dessa lei o conselho reuniu e dispõe já o que deve conter
2167 neste plano. Então a gente já disciplinou isso também, então todo PAS que
2168 chega aqui, já tem uma estrutura determinada pelo próprio conselho, essa
2169 competência específica do conselho estadual, não é dos conselhos municipais,
2170 não existe uma normativa, que delegue a ele o poder de aprovação em
2171 respeito ao controle social local, porque a própria lei diz que esta somando
2172 como a assistência social, sem prejuízo da legislação pertinente em vigor, o
2173 conselho respeita os conselhos municipais em suas análises, ou seja a gente
2174 escuta, foi aqui protocolado um PAS a gente quer que o conselho municipal
2175 leia, veja e acompanhe inclusive o município, porque o controle social local,
2176 acompanha tem que ser fortalecido, logicamente a gente escuta eles estão
2177 perto e estão verificando estes empreendimentos. É por isso que o conselho
2178 entra nisso, mas ele não tem essa competência, tanto é que a visita e feita pelo
2179 conselho estadual. Há uma reunião com alguns documentos que são
2180 encaminhados ai. E nem poderia ter essa delegação em virtude da própria lei.
2181 Além disso a gente tem a resolução que foi projetada que é a resolução de é
2182 do fluxo como é que vai ser como é que é o fluxo dentro do PAS, ele passa por
2183 uma análise técnica, a técnica analisa o plano, só relativo a assistência social,
2184 ela visita o empreendimento, verifica, faz amostragem, as vezes consegue falar
2185 com os atingidos, conforme o numero deles, ou não faz por amostragem,
2186 porque as vezes ela está na comunidade dos atingidos e são mais de 100.
2187 Então ela faz uma amostragem disso e traz o que está acontecendo, faz
2188 reuniões locais, com equipamentos públicos, escuta conselho, prefeitura, então
2189 ela trás, faz todo este contato antes de emitir o parecer, depois disso tudo que
2190 ela faz, tudo fica registrado tem relatório, de visita relatório das entrevistas,
2191 mais o parecer técnico, mais o que ela analisou do plano, depois ela junta e vai
2192 dá o parecer final e passa para o conselheiro relator que é um sorteio que foi
2193 feito na plenária, e esse conselheiro emite o PAS e vai ler tudo que está no
2194 processo e vai emitir o seu parecer para a plenária, então o conselheiro relator
2195 José Henrique ele fez análise deste processo específico, o outro de Candonga
2196 é uma outra situação porque é uma situação recorrente, é um plano que foi
2197 refeito, que entrou uma ação forte deste conselho que revogou resoluções, é
2198 um outro tipo de processo que estamos vivenciando. Este não é um processo

2199 que ele pegou toda informação e nessa análise tendo os dois tipos tendo o
2200 parecer técnico e a manifestação do conselho em relação ao empreendimento
2201 ele então deu o seu parecer que não concluiu nem que sim nem que não pela
2202 inviabilidade de se manifestar inclusive ao conselho municipal em respeito ao
2203 conselho estadual por meio de sua técnica que fez toda a sua visita. Então em
2204 respeito às partes ele não chegou ele não deu o parecer final, e na resolução
2205 de procedimentos por isso que eu fiz a sugestão, nós temos um prazo de
2206 análise, temos um prazo para está com o conselheiro, temos um prazo de
2207 vigência, as coisas inclusive essas legislações estão sendo revistas pelo
2208 conselho, pois temos percebido que tem casos que tem que ser trabalho
2209 inclusive o próprio conselheiro, ele é advogado, ele é professor e está ajudando
2210 a gente nessa área de rever. Mas hoje nessa resolução pelo prazo que a
2211 gente tem, essa análise não veio na plenária passada, ele pediu esse prazo e
2212 veio para essa, então dentro desse período, o que poderia ter sido feito agora é
2213 o pedido de vistas, por um conselheiro. O vice presidente Volney pediu vista
2214 antes do processo, porque ele falou que está num período que precisa ser
2215 pedido vistas ou é sim ou não para votação. Como existe uma duvida e a
2216 duvida não nos leva na verdade nem de um lado e nem do outro e este pedido
2217 poderia ter sido por mais de um conselheiro e pode pedir ajuda inclusive do
2218 conselheiro primeiro, relator para eu a gente tente chegar a este final em
2219 relação a esta situação específica, agora depois você vai ter um contato com
2220 todo este material, e você vai ter e ver como a gente está trabalhando, que
2221 ótimo as contribuições são sempre bem vindas com todo a sua experiência
2222 também para a comissão de normas para está nesse processo. Nesse
2223 momento dentro do que é possível dentro das normativas que tem e sem
2224 abandonar como o nosso conselheiro Rodrigo sempre fala a nossa função
2225 principio da defesa do nosso usuário lá na frente. Isso está sendo bem
2226 verificado, por isso esse cuidado todo aqui. **SHIRLEY** – entendo o Zé Henrique
2227 mesmo que tem essa legislação que a Consolação colocou a competência do
2228 conselho municipal, porque é a gente tem eu sei tem a técnica, mas
2229 documentos comprobatórios, tem lista de presença dessas ações que foram
2230 pactuadas, pois é, então que tem algum problema com este conselho, eu vou
2231 com ele, essa presidente tem que vir aqui e não é, eu estou com ele, tem
2232 alguma coisa que está clara, ela tem que vir aqui ou ele e apresentar para a
2233 gente o que está acontecendo. A técnica foi lá conversou com o pessoal do
2234 CRAS conversou com a comunidade. **ISABELA** – o fato de pedir vistas só
2235 soma ou vai auxiliar de forma alguma critica ou desmerecimento do trabalho
2236 que foi feito pelo relator, só vem somar. **VOLNEY** – o meu pedido de vistas
2237 permanece, nos podemos encerrar a meteria por aqui e darmos continuidade.
2238 **JOSÉ HENRIQUE** – ainda que pese o pedido de vistas eu vou ter que fazer a
2239 juntada de meu voto no processo, não faz sentido, é pedir a vista. Com certeza
2240 se desmerecer. **VOLNEY** – Zé Henrique a gente pode trabalhar junto? **JOSÉ**
2241 **HENRIQUE** – Podemos, agora tem outra coisa, não querendo desmerece
2242 nenhuma das partes, se o conselheiro tiver sempre que deliberar conforme a

2243 manifestação técnica ou ter que aceitar por parte do conselho municipal, o
2244 aceite de que foi cumprido nos termos. Não faz sentido é um mero
2245 homologador de manifestação. **VOLNEY** – de forma alguma esse seria o
2246 objetivo. **JOSÉ HENRIQUE** – então por isso a divergência. Divergência é
2247 sempre bom, principalmente para que está na aera do direito. **ISABELA** - ´mas
2248 é exatamente isso. Você identificou um ponto importantíssimo, o procedimento
2249 que a Consolação colocou pra gente, o procedimento pra gente, que cabe
2250 agora é esse. Não é desmerecendo pelo contrários, ai não está nem
2251 desmerecendo o conselho, nem o trabalho técnico, está buscando uma forma,
2252 de ter mais informações para definir os próximos passos e solucionar essa
2253 questão. **VOLNEY** – ok! Vamos avançar. Bom a próxima comissão seria a
2254 comissão de apoio aos conselhos. A pedido do pessoal da PCH Fumaça, eles
2255 tem um outro compromisso, vê um ponto bem rápido. Eles tem um
2256 compromisso de viagem, pediram se podem fazer essa alteração e subi-los
2257 para apresentar primeiro. A plenária está de acordo. Então por favor Rosa.
2258 Tirar o grupo de trabalho. Bom com relação à PCH Fumaça, nós precisamos de
2259 criar um GT, para uma análise de denuncia da PCH Fumaça, porque ela teve
2260 uma concepção do PAS aprovado em 2003, e nós precisamos tirar 4
2261 conselheiros para formar este grupo. Eu queria que a técnica situa-se para os
2262 demais conselheiros essa situação Rosa, por favor! **ROSA** – é a PCH Fumaça,
2263 foi instalada em Mariana, é um antigo processo aqui, chegou em 2000, foi
2264 comprovado a implementação do PAS em 2003, houve a resolução e houve
2265 algumas pendencias no processo que a SEMAD, por meio de um processo de
2266 mediação de conflito pela então presidente Dra. Iara, fizeram um processo de
2267 mediação. Agora na renovação da licença, de operação, momento este que o
2268 conselho não participa. Ele é uma das condições para o empreendedor receber
2269 a licença de instalação, e a comprovação do PAS para o empreendedor
2270 receber a licença de operação. Na renovação da licença de operação o CEAS
2271 não é motivado a participar do processo. Só que neste momento o movimento
2272 atingido de barragens e os atingidos de Fumaça, apresentou ao MP, e à
2273 Secretaria Especial de Direitos Humanos, algumas denúncias desse processo
2274 de mediação e de direitos humanos. Houve até um relatório em 2013, dessa
2275 comissão, desse grupo de trabalho de direitos humanos em relação a isso. O
2276 MP, solicitou ao CEAS que participasse disso. Houve uma reunião sobre as
2277 pendencias do processo de mediação, e solicitou ao CEAS que fizesse um
2278 monitoramento e uma avaliação dessas pendências. E surgiu a necessidade de
2279 criar um grupo de trabalho para avaliar toda esse processo e avaliar essas
2280 pendencias que apresentaram ao MP que está em atas que foi apresentado ao
2281 MP e à secretaria especial de Direitos Humanos. **VOLNEY** – vocês querem se
2282 manifestar, os representantes da PCH Fumaça, querem se manifestar eu acho.
2283 **VINICIUS** – boa tarde, sou representante da Novaes que hoje é quem opera a
2284 PCH Fumaça, primeiramente você me viram aqui por outro empreendimento.
2285 Aproveitando a oportunidade estando aqui e um assunto de tamanha
2286 importância como este seria de extrema importância dar uma transparência

2287 deste processo. A Rosa colocou bem o início dele aqui. Na verdade a gente
2288 tem uma certa dúvida e eu queria colocar para apreciação dos senhores, qual
2289 foi o motivo. E o que levou essa solicitação. Se ela está no MP Federal e no
2290 Estadual, porque deixar claro para os senhores e senhoras, já tivemos. **ROSA**
2291 eu falei com o Volney e está no MP estadual, foi uma audiência conjunta
2292 Federal e Estadual. **VINICIUS** – PCH FUMAÇA – é perfeita¹ porque inclusive
2293 tivemos um fato recente, não é momento algum de coagir, qualquer dessas
2294 leituras, acreditamos muito na atuação do CEAS, e temos diversos processos e
2295 temos trabalhado com o CEAS ao longo dos anos. Mas é que recentemente
2296 nós recebemos um qual é nome? Uma promoção de arquivamento de inquérito
2297 civil no âmbito do MP Estadual, e a motivação inicial desse inquérito está nesta
2298 mesma raiz deste conflito, que é a instalação o processo de mediação. A
2299 atuação da lara, como integrante da SEMAD, as associações que lá existiram,
2300 de uma forma bem sucinta, a promoção do arquivamento tem todo o seu
2301 embasamento, coloca de uma forma bem geral, que são assuntos que tem
2302 pendências bastante individualizadas e não caberia a promotoria de justiça de
2303 Mariana, que é onde está o MP Estadual de continuar a investigação, eu
2304 gostaria de colocar para apreciação dos senhores e senhoras, a possibilidade
2305 de fazer a suspensão e a empresa fazer os esclarecimentos, antes da criação
2306 o grupo, se vocês acharem que é interessante. A suspensão da criação ou que
2307 fosse deixado para o nosso entendimento quais são as dúvidas que ainda tem,
2308 se podemos dirimir ela através de documentação, pois temos um portfolio
2309 bastante grande que subsidiou a parte do MP estadual e isso além de ser
2310 público poderia encaminha ao CEAS sem nenhum tipo de. **CONSOLAÇÃO** - a
2311 lógico que o presidente vai fazer todos os agradecimento. Obrigado por isso. O
2312 conselho ele recebe denúncias diversas e com certeza o papel deste conselho
2313 é a apuração e dentro da sua competência, principio em relação ao controle
2314 social, e defesa do direito dos usuários, o processo foi aberto e instalado e
2315 independe de qualquer ação o MP, e vai ser analisado por aqui, de acordo com
2316 o processo que aqui passou e está acontecendo lá ou não. Essa apuração ou
2317 não de violação de direito e o que compete ao grupo de trabalho para fazer a
2318 análise. Que bom saber que o empreendedor vai fazer análise de alguma coisa
2319 e se precisarmos este conselho não se furta para chamar na conversa cada um
2320 dos atores. **VOLNEY** – eu sugiro dois conselheiros da sociedade civil e dois
2321 conselheiros governamentais e pré dispõe para formamos estes grupo de
2322 monitoramento. Caso vocês queiram protocolar estes documentos ao CEAS
2323 podem protocolar para juntar aos autos. Pode protocolar aqui mesmo, vê com a
2324 Nilce depois. Pois é vamos pegar este processo e ter este entendimento, o
2325 que aconteceu e trazer para este plenário e ter uma discussão conjunto.
2326 **ISABELA** – o grupo de monitoramento a exemplo do que fazemos em
2327 Candonga, a gente pega o processo e analisa e discute junto qual é o
2328 encaminhamento e o posicionamento do conselho em relação a isso. É
2329 importante porque divide as posições as responsabilidades, a gente vê se tem
2330 a necessidade de fazer alguma diligencia. **VOLNEY** – pela sociedade civil, eu

2331 coloco meu nome à disposição, quero ver se outro da sociedade civil coloca o
2332 nome à disposição. Sociedade civil eu e Vinicius. Governamental Isabela, e Zé
2333 Henrique. Ótimo! Então pronto encerrado, vocês empreendedores querem falar
2334 alguma coisa. **VINICIUS – PCH FUMAÇA** – na verdade não tem duvida
2335 estamos á disposição igual já coloquei de antemão, nós vamos fazer o
2336 protocolo e vamos fazer oficio de encaminhamento.**VOLNEY** – se vocês
2337 puderem fazer isso o mais rápido possível, porque na hora que a comissão se
2338 reunir já tem mais um documento junto aos autos. Obrigado Vinicius. Bom,
2339 gente agora comissão de apoio aos conselhos, bom! Comissão de apoio teve
2340 apenas um ponto, eu não faço parte da comissão de apoio e não teve nenhum
2341 membro da comissão de apoio, alias viu Odete, mas é em função da sua vinda,
2342 não houve compatibilidade e me pediram para vir ao conselho para receber a
2343 denunciada e eu me pré dispus a vir ao conselho. Bom! A visita foi motivada
2344 pela denuncia recebida no CEAS em 10 de março de 2014, relatando
2345 irregularidades na condução de assuntos de competência do conselho estadual
2346 de assistência social, no trato com o CRAS, desacato e assedio moral, omissão
2347 de informações sobre horário de serviços, possível utilização do conselho em a
2348 deliberação do mesmo, após avaliação pela plenária 189º, foi enviado oficio á
2349 presidente do conselho municipal de assistência social, de Virgem da Lapa,
2350 solicitando esclarecimento os fatos apresentadas, recebido oficio da presidente
2351 em 03/06/14, solicitando agendamento no CEAS. Informada pelo oficio 173 do
2352 CEAS sobre a data disponibilizada a presidente solicitou reagendamento de
2353 data enviada e-mail na data de 13/08, novamente a presidente alegou
2354 incompatibilidade de agenda, avaliado pela comissão e encaminhado oficio 197,
2355 disponibilizando as datas de 17/09, ou 23/010, ou na impossibilidade de
2356 comparecimento que os esclarecimentos sejam realizados por escrito. Bom!
2357 Ela esteve comigo ontem e procurei entender o que aconteceu. O que
2358 aconteceu, questionado o fato da denuncia ter sido realizada somente agora,
2359 uma vez que os fatos realizados teria supostamente ocorrido conforme
2360 comunicação interna e relato de funcionário em setembro de 2011/2012. E a
2361 denuncia só chegou agora, e essa pessoa não se encontra mais prestando
2362 serviços no CRAS, quando ela era presidente, ela era esposa do contador da
2363 prefeitura. E o denunciante é um Vereador da Câmara Municipal e a secretaria
2364 de assistência social é esposa do vereador. Então este fato ele foi, porque na
2365 verdade esse fato foi também. O marido da secretaria ele é presidente da
2366 Câmara Municipal de Virgem da Lapa e fez a denúncia para a presidente do
2367 conselho municipal o qual essa é esposa do contador da prefeitura. Ela fez
2368 uma denuncia porque as prestações de contas estavam irregularidades e
2369 valores muito altos, isso foi levado ao MP e abriu processo também, então no
2370 entendimento, em função que essa presidente não se encontra mais no
2371 conselho isso é de 2011, o meu encaminhamento dentro deste conselho é para
2372 o arquivamento. No conselho ela está só que ela não é funcionária do CRAS,
2373 ela está pelo conselho representando a sociedade civil. **ISABELA** – desculpa
2374 Volney eu não entendi, ela veio aqui e explicou essa relação entre eles e o que

2375 ela falou sobre a motivação da denúncia, o que motivou fazer só agora.
2376 **VOLNEY** – ela é a denunciada o denunciante é o Vereador. **ISABELA** – ela
2377 veio aqui para prestar esclarecimento de uma denúncia. **VOLNEY** – foi uma
2378 deliberação me parece em plenário. **JÚLIO** – ela teve aqui o que ela relatou,
2379 até agora não foi falado sobre isso. **PAULA** – essa denúncia já passou por
2380 essa plenária por duas vezes. O vereador denuncia a Lucélia, que era
2381 funcionária assistente social do CRAS, e também presidente do CMAS, então.
2382 A denúncia chegou no dia 10/03 deste ano. Então! Mandamos ofício para a
2383 presidente solicitando explicações da situação, porque ela foi denunciada do
2384 assedio moral, essa questão da chave, do horário que ela não cumpria, não
2385 acatava as ordens dos serviços, da perseguição com a gestora. A gestora do
2386 município que é a esposa do denunciante, então isso tudo aconteceu em 2011,
2387 nós mandamos o ofício para a presidente solicitando as explicações. Ela disse
2388 que não queria se manifestar por escrito e preferia vir pessoalmente ao CEEAS
2389 prestar esclarecimentos. E oferecemos a ela duas datas que sempre ela se
2390 recusava ela tinha um pretexto para não vir. Na terceira nós colocamos que ou
2391 viesse na data com duas opções ou mandasse por escrito, ai ela compareceu.
2392 Ai Volney ela fala, algumas questões, ela assumiu até que errou mesmo, mas
2393 não admite como erro, por exemplo ela fala que teve realmente as
2394 irregularidades da prestação de contas dos valores, ela falou fiz a denúncia não
2395 citei nome de ninguém mas foi a Câmara pedir ajuda para verificação, só que a
2396 partir dai ela pareceu meio arrependida e falou não queria prejudicar ninguém,
2397 e negou, só queria ajuda para solucionar, e foi orientada que foi um erro, não
2398 de ter ido lá, mas ela fez isso como presidente do conselho, como presidente
2399 do conselho e o conselho havia aprovado essa prestação de contas em
2400 plenária, ela passou por cima de uma ordem de deliberação do conselho. Se
2401 ela tivesse feito como pessoa física tudo bem, mas fez enquanto presidente do
2402 conselho e as questões do assedio moral e entra a questão de marido. E entra
2403 a questão de marido que foi ao CRAS e ela ofendeu a funcionária com palavras
2404 de baixo escalão, eu fecho o CRAS a hora que eu quiser, e ela justificou, ela
2405 usa e termos pesados com a funcionaria, não entregar a chave quando a
2406 coordenadora pediu, ela não fechava o CRAS na hora que a coordenadora
2407 pediu, fecho o CRAS na hora que eu quiser. Coisas deste tipo. Isso são os
2408 desacatos, não sabemos se aconteceu, mas estão os documentos pesados,
2409 bem baixo escalão mesmo. E ela fala que o marido estava no dia, e enquanto
2410 contador ele prestava assistência no CRAS na questão de informática,
2411 ajudando inserir informações no sistema, que ela não se lembrava no momento.
2412 Ela deixa na postura dela, há no momento que eu estava nervosa, dia cansado
2413 a pessoa chega questionando você manda ela ir para aquele lugar. E ela fala
2414 assim depois. E ela mesmo fala para evitar, eu estou, tenho mudado a vida
2415 ensina a gente a mudar e tenho mudado muito meu comportamento, não
2416 batendo de frente, não brigar tanto pelas coisas que eu acredito está errada,
2417 mas eu sei que não vou vencer sozinha, então eu tenho mudado muito estou
2418 mais tranquila, então praticamente ela fez uma confissão de que realmente ela

2419 fez tudo aquilo. Nossa postura né Volney, como ela já foi orientada, Volney
2420 frisou muito essa questão do erro, não de ter denunciado, mas de ter
2421 denunciado passando por cima, mas ela ficou surpresa, ela achou que estava
2422 certa, errou achando que estava fazendo o certo e tinha o direito de fazer isso,
2423 estava errado e ela tinha que denunciar e era o papel dela. Ela foi orientada
2424 com relação ao isso aí falando da resolução 237, da delimitação do papel do
2425 presidente e do colegiado que o presidente está lá para dar andamento ao que
2426 o colegiado delibera, então assim depois dessas orientações todas né
2427 Volney. **VOLNEY** – é uma pessoa muito jovem que quer concertar o mundo, é
2428 uma pessoa que participa de vários conselho, é uma pessoa atuante, tem que
2429 sair um pouco de cena, ela repensou e concordou e o meu encaminhamento é
2430 para o arquivamento é de 2011 e o MP já tomou as providencias devidas.
2431 **ISABELA** – é minha questão é mais, entendi. Mas a gente não teria que dá
2432 uma resposta ao denunciante. Porque foi feito um trabalho pelo conselho, o
2433 denunciante tem que ter algum retorno que seja que o caso foi averiguado a
2434 presidente recebeu as orientações, alguma coisa neste sentido para ter retorno
2435 ao denunciante e fica parecendo que o conselho não fez nada e não tomou
2436 nenhuma ação. **VINICIUS** – tem uma coisa que eu não entendi, porque essa
2437 denuncia só chegou em 2014, relatando fatos de 2011/2012, porque quando a
2438 gente, tratou disso na plenária, o que eu entendi na época é que os fatos
2439 estavam acontecendo, o meu entendimento que a coisa era viva hoje então
2440 diante de fatos vivos que estão acontecendo a gente realmente tem que tomar
2441 uma posição, não dá para o encaminhamento ser o arquivamento, agora queria
2442 entender porque que como que vai apurar uma denuncia e qual o
2443 posicionamento do conselho frente a essa coisas de apurar uma denúncia
2444 nesse nível, tem coisas que talvez, denuncia de coisa que já aconteceu e não
2445 permanece no dia de hoje. Qual é a nossa competência para apurar algo que
2446 não permanece acontecendo. **JOSÉ HENRIQUE** – tem acontecido já
2447 aconteceu, agora eu fiquei, já aconteceu e só agora chegou a denúncia de
2448 fatos acontecidos em 2011 e 2012, mesmo que seja deliberado o arquivamento
2449 tem que ser motivado por algum motivo ou por alguma questão, não sendo o
2450 conselho uma instancia de julgamento, mas de deliberação na sua
2451 competência acredito eu que primeiro em razão das condutas, não é mais
2452 servidora, com relação ao assédio moral, existe um decreto com isso. **VOLNEY**
2453 – você sabe da dificuldade de colocar o assédio moral. **JOSÉ HENRIQUE** – a
2454 questão do assédio moral, por não termos essa competência de julgamento
2455 existe um decreto específico e a autoridade competente que deve ser notificada,
2456 com relação ao desacato é com relação de natureza criminal, o desacato se
2457 por ventura houver no mínimo um processo administrativo na ponta que tem
2458 que ser apurado, que depois vai culminar no processo de natureza criminal, o
2459 que também não é o caso. Não vejo. **ISABELA** – eu acho que o procedimento
2460 do conselho se os fatos aconteceram a muito tempo, na época nós não
2461 compreendemos, e o nosso receio é que continuasse acontecendo, então acho
2462 que a decisão de convida-la aqui para ter essa conversa, foi uma forma de

2463 apurar os fatos e o que o Volney e a Paula está colocando não existe mais isso,
2464 em relação ao que já aconteceu ela foi orientada, foi advertida em relação ao
2465 papel do conselho, a função do conselho foi cumprida, a questão aí é que a
2466 denúncia chegou e tinha que fazer alguma coisa, a gente iria descartar a
2467 denúncia, porque ela trata de fatos antigos, também não sei, tratava de fatos
2468 antigos, mas o conselho já que chegou resolveu analisar e verificar o que
2469 estava acontecendo e verificou-se que já não acontece mais e acho que
2470 poderia é só dar o retorno para o denunciante e arquivar. **PAULA** – só
2471 completando a Isabela, é uma questão antiga, mas nós só ficamos sabendo
2472 que ela não é mais funcionária do CRAS e já saiu de lá quase a dois anos na
2473 visita, porque até então estava lá e acontecendo. Então o assédio acabou, a
2474 denúncia chegou agora, porque quando ela levou o fato da prestação de
2475 contas de 2012. Que já fizeram para a Câmara e iniciou o processo que ele se
2476 deu conta, foi um vingança parou de falar com ela e fez a denúncia porque viu
2477 que a coisa tinha encaminhado. **FERNANDO** – só um esclarecimento, na
2478 denúncia foi por ofício, que foi encaminhado ao CEAS está a data de quando
2479 ocorreram os fatos. Sim! A gente escutou a denunciante que diz que não
2480 acontece mais, é a denunciada, o denunciante será que não vale a pena se
2481 manifestar que realmente não ocorre mais isso. Mesmo ela não sendo
2482 funcionária do CRAS. Ai eu não sei tem tanto imbróglio nesse negocio que eu
2483 não sei. O denunciante pode confirmar que os fatos aconteceram, ou pelo
2484 menos o ofício confirma que os fatos aconteceram só naquela época e não
2485 mais acontece. **PAULA** – no ofício fala do período anterior e já é no passado e
2486 a CIs dos funcionários deste assédio que ele mandou são datadas de setembro
2487 de 2011, novembro de 2011. A denunciante na visita ela estava bem
2488 ressabiada e agora o que vai acontecer. A gente pensou que ela iria chorar, pra
2489 ela também tem que dá um retorno quais as medidas tomadas. **JÚLIO**– uma
2490 coisa que temos que dá crédito para ela é a coragem de denunciar, ainda mais
2491 vendo os números ali parece uma coisa. Aqui é a denúncia mas lá no MP.
2492 **VOLNEY** – Deixa eu ler a carta do denunciante. Na verdade o que ele
2493 questiona é se o comportamento dela era um comportamento de uma
2494 assistente social, a grande pergunta dele no ofício é essa. Oi, exatamente.
2495 **ISABELA** – da forma como foi colocada a denúncia era mais com relação ao
2496 papel dela como conselho e como ela se sentia lá. Então como conselho a
2497 orientação foi dada. Mas a motivação seria o fato de ter recebido a denunciada,
2498 feita a identificação dos fatos, a denúncia era passada, não faz parte mais da
2499 prefeitura, o que há tá de descrever isso, tem que ter um documento com
2500 certeza que encerra a denúncia. Com certeza. A resposta a denunciante e
2501 anexar o processo documento que tenha a motivação do por que está sendo
2502 arquivado. **VOLNEY** – então vamos para o munic. Há tem comissão de ética.
2503 Por favor! **RODRIGO** – eu vim informar que a comissão está fazendo a
2504 proposta de alteração nos itens 2 e 3 que foram apresentados a essa plenária
2505 a algumas plenárias atrás a justificativa é o remanejamento de datas, tínhamos
2506 como data este mês e o mês passado e estamos fazendo a proposta par ao

2507 mês de novembro com alguma questões que e a comissão entendeu trazer e
2508 falta disponibilidade do convidado está presente e as nossas agendas, e além
2509 dessa alteração do nosso plano de ação, trazemos a recomposição de
2510 representante à comissão de ética do quadro governamental se possível, hoje
2511 a equipe da comissão é formada por mim, Ermillis e Vinicius, sociedade civil eu
2512 e Vinicius e Ermilis como governamental. E estamos com uma vacância para
2513 governamental, se é possível um parceiro governamental que queria compor.
2514 **CONSOLAÇÃO** – só lembrando que a comissão de ética se reúne
2515 eventualmente só quando é apuração do caso, e no mais é palestra, né
2516 Rodrigo de ser ministradas, que estamos dando um prazo maior até novembro,
2517 porque temos um planejamento das informações que é em consonância com o
2518 conselho de ética do estado, mas temos planejamento, e eu preciso desta
2519 recomposição, porque era a Tanit e ela saiu do conselho. e acho que Zé
2520 Henrique está querendo fazer parte desta comissão mesmo porque. **JOSÉ**
2521 **HENRIQUE** –infelizmente não posso sou presidente da comissão de ética da
2522 secretaria de estado de fazenda de ética, não posso fazer acumulação. Em
2523 matéria de ética eu já tenho. As vezes a gente se questiona é ética, então
2524 assumir mais um cargo no campo da ética vou precisar de um psicólogo
2525 terapeuta. **CONSOLAÇÃO** – preciso de um porque tenho que dá resposta até
2526 amanhã do status da comissão de ética. Temos obrigação de fazer e temos
2527 que dá esse retorno como conselho. **ISABELA** – nossa colega da saúde não
2528 pode entrar no lugar da Tanit não? Pode ser Isabela da SEDESE.**VOLNEY** –
2529 ele vai dar continuidade. **SIRLENE** – juro que vou tentar ser rápida. **JOSÉ**
2530 **HENRIQUE** – eu quero pedir um favor para eu me retirar porque tenho que
2531 está em Pará de Minas às 19hs, não tenho mais nada a deliberar em que pese
2532 a perda da apresentação? Mas infelizmente, obrigado. **SIRLENE** – dando
2533 continuidade aqui só retornando aqui a gente demonstra o que foi identificado
2534 na pesquisa que nós temos 78% das secretarias que são exclusiva da
2535 assistência social, isso para o SUAS é uma renovação muito grande e a gente
2536 tá na medida do Brasil, o Brasil está com 75, e ficamos com 17% que está
2537 associado a outras políticas setoriais que é o 142, e associada a chefia do
2538 executivo 5% em MG, pode ir perguntando. **FERNANDO** – estou perguntando
2539 porque não estou acostumado com algumas coisas, então assim o que
2540 significa o que é exclusivo. **SIRLENE**- exclusivo a secretaria ela é ajuda ai
2541 Isabela. **ISABELA** – é uma secretaria municipal de assistência social. Porque
2542 tem muitas vezes a assistência social, fica ligado a outras políticas como a
2543 saúde ou política do trabalho, segurança alimentar. Tem várias coisas que a
2544 gente sabe que na pratica do município são associadas à defesa social. Mas a
2545 gente sabe que a preocupação nossa principalmente nos meios é que o
2546 secretários de assistência social, não seja ligado á políticas grandes como
2547 saúde e educação, porque tende a ofuscar a assistência social, ou que não vai
2548 da conta de gerir a pasta todo, ou o coordenador e chefe de departamento não
2549 tem autonomia para tomar as decisões da política então a gente perde em
2550 relação à autonomia e controle. **SIRLENE** – e é uma diretriz da política que é a

2551 secretaria ela seja exclusivo o órgão gestor ou gestor da assistência. Aqui a
2552 gente demonstra como as áreas que são advindas da política como elas devem
2553 está hoje. Eu peguei a básica o azul, hoje de maneira formal e informal nós
2554 temos 92% dos municípios mineiros eles tem essa estrutura composta na sua
2555 secretaria. Temos 84% já tem a gestão do SUAS definido. Programas 92%, a
2556 gestão de trabalho que é uma coisa recente temos 53% dos municípios na
2557 gestão do trabalho. SHIRLEY – A gestão do SUAS você diz que tem 84%.
2558 **SIRLENE** – ela faz parte da composição da estrutura da secretaria, ou de
2559 maneira forma, ou informal, ela existe, eu peguei as duas e de uma certa forma
2560 estou querendo dizer que já existe na estrutura da secretaria. **SHIRLEY**– está
2561 composta. **SIRLENE** - a gestão do trabalho é mais recente né Isabela?
2562 **FERNANDO** – eu fiquei com uma dúvida sobre um dado de gestão do trabalho
2563 perguntei que informalmente isso fora do microfone, se essa gestão do trabalho
2564 corresponde a uma gerência específica da gestão do trabalho. **SIRLENE** – é
2565 uma caixinha da estrutura. Organograma. **ISABELA** - seria a ideia de ter uma
2566 estrutura que é nova, gestão do trabalho é eixo recente dentro da gestão do
2567 SUAS, assim como a vigilância, mas a ideia é que tenha uma estrutura para
2568 cuidar das ações de capacitação continuada dentro da gestão dos
2569 trabalhadores, da valorização que está relacionado ao plano de cargos e
2570 carreiras, fórum de trabalhadores, que pode existir o acompanhamento dentro
2571 da gestão do trabalho conforme a gente tem na discussão do
2572 SUAS.**FERNANDO** – a pergunta foi essa, para chegar nessa resposta. Se
2573 existe um setor dentro da prefeitura que cuida da. **SIRLENE** – da gestão do
2574 trabalho, pensa no organograma que você vai ter uma caixinha do trabalho,
2575 você tem a gestão básica, especial, SUAS e gestão do trabalho. **ISABELA** –
2576 vai depender de como está organizado o organograma da secretaria daquela
2577 nomenclatura, elas podem variar, mas a ideia é que tenha um setor específico,
2578 pode ser núcleo, mas alguém que vá cuidar da gestão do trabalho. **SIRLENE** –
2579 a proteção especial, bom no caso o SUAS ele é dividido em eixos, proteção
2580 social básica, que são serviços de prevenção. Nos temos o PAIF, que é o
2581 CRAS, nós temos a política de convivência, fortalecimento de vínculos que é a
2582 proteção básica, temos serviços de domicílio, são esses três, na proteção
2583 especial nós temos de média complexidade e alta complexidade, alguns
2584 serviços da média que é o CRESS hoje PAEF, tem equipamento do CREAS,
2585 abordagem social, emigrante, medida sócio educativa, que são serviços de
2586 media complexidade, e de alta complexidade nós temos os abrigos. O abrigo
2587 acolhimento institucional, ou para criança e adolescente, ou para idoso, ou para
2588 mulheres, então é dividido nessas esferas, a gestão do SUAS.**SHIRLEY** –
2589 esclarecimento sobre formal ou informal, ou só gostaria de esclarecer qual
2590 seria a utilidade de termos a questão de contabilizar o informal. Porque eu
2591 pergunto isso, porque temos dentro das normativas, que temos que ter os
2592 departamento formalizados tudo direito. E no momento que eles estão
2593 informais, eu entendo que não estão atendendo as normativas, ele está numa
2594 situação que a política não está concretizada. **ISABELA** – por isso que é

2595 importante e a ideia é não desconsiderar o trabalho que é feito, as vezes a
2596 gestora a secretaria não conseguiu mudar no organograma da secretaria que
2597 existe uma alteração de lei, coisas que são burocráticas, mas que são
2598 importantes. Mas a secretaria organizou a equipe e colocou pessoas e já existe
2599 a intenção de colocar o informal é não desconsiderar esse avanço e o esforço
2600 que os secretários fazem, podem não ter conseguido alterar na lei, mas o
2601 trabalho está realizado e é importante a necessidade de capacitação, se tem
2602 varias secretarias que tem o setor instituído mostra pra gente que tem que dá
2603 um apoio para elas, o apoio no sentido de sensibilizar o prefeito de alterar isso
2604 no organograma. **SHIRLEY** – então não seria o caso do conselho definir
2605 parâmetros para esse nível de padronização, pergunto pelo seguinte tem si
2606 essa situação que apesar da questão legal instituir os departamentos. Mas eu
2607 sou testemunha de vários locais em que existe uma precarização do serviço,
2608 então quando e coloca a gestão, existe sim, um ou duas pessoas respondendo
2609 por vários departamentos. E ai nesse caso não seria interessante. Talvez
2610 deveríamos inserir parâmetros. **ISABELA** – a gente o SUAS, isso faz parte da
2611 discussão como foi feito com a NOB RH, a definição de equipe mínima para
2612 compor os serviços, existe uma discussão de âmbito nacional, se deveria
2613 existir no SUAS uma norma mínima de gestão da vigilância sócio assistencial,
2614 no encontro de monitoramento se deve existir qual seria composição desta
2615 equipe. Alguém formado em estatística, isto está sendo feito uma discussão de
2616 âmbito nacional, acho que este é o lugar, cabe a gente problematizar, mas não
2617 impede o levantamento do dado, a ideia o dado é justamente ter essas
2618 reflexões, existe a dificuldade de se conseguir uma equipe as vezes é no
2619 capacita SUAS na reunião que eu fui na semana passada, ela colocou a
2620 dificuldade que o prefeito não entendia que ela tinha que ter um técnico na
2621 equipe. Ele achava que o administrativo bastava e cortou o assistente social
2622 que apoiava ela, e muitas vezes acaba se desdobrando os técnicos do CRAS e
2623 a secretaria se desdobrando com funções de gestão técnicas operacionais, é
2624 uma discussão mais ampla. **SHIRLEY** – não seria possível por enquanto
2625 porque não temos normativas que definem essa equipe mínima, seria possível
2626 só em relação aos CRAS E CRESS. **SIRLENE** – especial 45% porque a maioria
2627 dos municípios são porte 1 e 2 e a maioria não tem a proteção especial, tem
2628 alguma demanda mas não tem a proteção especial composta. Gestão
2629 financeira tem 92%, que é um grande avanço a gestão de benefícios 87% e a
2630 vigilância 62%, quanto a vigilância e a gestão do trabalho são recente, mas só
2631 de já ter mais de 50% dessas divisões constituídas na secretaria já é um
2632 avanço. Vigilância sócio assistencial, está composto na NOB na lei do SUAS e
2633 ela veio com a intenção de um olhar diferente dos serviços sócio assistenciais
2634 me ajuda ai Isabela, é um olhar diferente que você possa verificar e apontar
2635 através de diagnósticos através de pesquisas até no Brasil que está implantada,
2636 ver como a oferta está acontecendo e como a demanda está dando conta
2637 daquilo. A estrutura do órgão gestor na assistência. Aqui identifica que hoje
2638 100% dos municípios em relação ao Brasil que tem 99% tem alguns municípios

2639 que ainda não tem a estrutura na sua composição. Um outro dado que o órgão
2640 gestor do sexo feminino nós temos 74% dos gestores de MG são mulheres.
2641 Temos mais ou menos na medida do Brasil que tem 84% de gestoras e MG
2642 74% um outro dado que achei relevante que é a questão da gestora ser a
2643 primeira dama, ainda temos este problema ainda. No Brasil temos 23% e em
2644 MG 11% em municípios que temos com gestoras municipal a primeira dama,
2645 aqui com relação ao sexto e grupo de idade de titular do órgão gestor, 74% são
2646 feminino, aqui é só o dado de MG, tem um média de 36 a 40 anos essas
2647 mulheres de 32% de 41 a 60 anos, as mulheres estão na frente. Escolaridade
2648 estávamos até falando ontem Volney e 64% tem nível superior e
2649 especialização, temos ainda 6% com fundamental incompleto e 17% médio
2650 incompleto. Se pegarmos 17 com 6, 22% ainda não tem curso superior.
2651 Estamos comentando que o gestor não tinha fundamental. **ISABEL** – deveria
2652 ter previsto na lei de ter formação na área que dificulta não? **ISABELA** – não
2653 sei se teria que ser formação na área especificadamente, mas a ideia é que
2654 tenha uma profissionalização da gestão. Discutimos parâmetros para medir a
2655 qualidade igual tem o IDCRAS, deveria ter o ID Gestão. E você pensar se é
2656 formação na área ou nível superior, ou pensar níveis de peso para podermos
2657 ter uma noção da assistência social. **SIRLENE** – vai muito da responsabilidade
2658 do prefeito ao nomear a pessoa para o cargo ter a sensibilidade, dentro da
2659 formação dos gestores 67% a maioria é assistente, social, 37% como gestor,
2660 16% pedagogo e 27% outras profissionais não listadas. 37% sendo assistente
2661 social já é um avanço. Infraestrutura do órgão gestor. Localização onde o que o
2662 órgão está localizado e de que forma. Em prédio exclusivo que tem 37%, no
2663 prédio da prefeitura 19% e compartilhada 19%. Esse compartilhado não
2664 especifica mais a gente imagina que seja uma entidade de assistência social.
2665 CRAS, CREIAS E CENTRO POP. Compartilhado com outros setores 8% e
2666 outros não identificados 3%. **ISABELA** - o que seria o mais importante é
2667 compartilhar com outras unidades, acho que compartilhar com outras secretaria,
2668 sendo um prédio grande não está perdendo em nada. Agora o fato de
2669 compartilhar com atendimento ao público é que prejudica porque tem uma
2670 confusão do papel da gestão e do serviço prestado ao usuário. **SIRLENE** –
2671 características da infra estrutura 853, municípios 99% com computadores,
2672 funcionamento e acesso à internet, 95% possui e-mail, 68% veículo, 93%
2673 telefone, 7% tem página da internet própria da assistência. Vamos entrar em
2674 RH. Ocupado na assistência social, 244.691 pessoas trabalhadores do SUAS,
2675 região sudeste 29,6%, onde nós encaixamos, dentro da região sudeste
2676 representamos 32,5% do pessoal ocupado com assistência social. **ISABELA** –
2677 só uma dúvida, ocupada na gestão. Então inclui serviço e gestão. **SIRLENE** –
2678 serviço e gestão **SHIRLEY**- as entidades entraria aí. **SIRLENE** – não, aí seria
2679 os equipamentos CRAS, CRESS, serviços de execução direta. Aqui é Brasil.
2680 Aqui é MG, 23.536 servidores, em MG, trabalhadores do SUAS, o vínculo
2681 empregatício e escolaridade, sem vínculo permanente 41%, 38 são estatutários,
2682 desses CLT 4%, somente comissionado 12% e 4% de estagiários em MG. Em

2683 relação à escolaridade, sem instrução 1%, ensino fundamental 15% ensino
2684 médio 45%, superior 32, e pós 7%, a maioria dos trabalhadores do SUAS tem
2685 ensino médio, sem vínculo empregatício. Legislação e instrumentos de gestão
2686 utilizados, vamos falar do conselho, do fundo e da política municipal de
2687 assistência social e do plano. Padrões e parâmetros para oferta serviços,
2688 projetos e programas de ações, concessão de incentivos e outros. 39% tem a
2689 política municipal realizada. 52% tem o plano municipal de assistência social
2690 elaborado. 91% tem o fundo municipal e 94% tem o conselho municipal de
2691 assistência social efetivo. Aqui a elaboração do plano que é o CPF, ainda tem
2692 alguns problemas a resolver, principalmente no plano. 52%EDMA – o que é
2693 preocupante é o seguinte nós temos que levar em conta que MG, 100% dos
2694 municípios aderiram ao SUAS. Para você ter o SUAS você tem que ter no
2695 mínimo o CPF, conselho plano e fundo. E quando vem o resultado desta
2696 pesquisa, 100% teria que ter o fundo, plano e o conselho. o que deve ter
2697 acontecido na época que ele aderiu ao SUAS em 95, em 2005, ele deveria ter
2698 o conselho funcionando, mudou o gestor e ele nem sabe que tem o plano, hoje
2699 o conselho deve está inativo. E como o plano ele é elaborado plurianual, ele é
2700 de 4 em 4 e pega três anos de gestor e 1 ano de outro. Igual PPAG, PPA, eu
2701 tenho impressão em seguida e depois disso ele nunca mais mexeu no plano.
2702 Muda gestor e equipe. A equipe do SUAS é rotativa, não sabe nem que tem. E
2703 está incoerente com 100% que fez a adesão ao SUAS. **ISABELA** – acho que
2704 o dado do plano mostra uma outra fragilidade em relação a gestão pública que
2705 é de compreender, a importância do planejamento como instrumento de gestão.
2706 Porque o plano é isso definir os objetivos, primeiro definir entender o cenário,
2707 definir os objetivo e quais são as ações. É o mínimo que tem que ter hoje
2708 conversando a política pública. Pontuar o que a política da assistência faz e
2709 que está voltado ao municípios pequenos. Entra em outras articulações, é o
2710 vereador que está concedendo é o prefeito. A questão do planejamento é
2711 importante, e já falando da aula telepresencial. **SHIRLEY** – só completando o
2712 que a Isabela disse, o gargalo do município o que está acontecendo, as contas
2713 estão paradas, porque o dinheiro não é mexido. Tem muita gente que tem
2714 fundo, mas não tem plano. Não sabe como gastar e não mexe nesse dinheiro.
2715 Temos que pensar em possibilidades aqui dentro. Nosso conselho de como
2716 lidar com isso em relação aos conselhos municipais. O que poderíamos fazer
2717 par afazer essa situação movimentar. **RODRIGO** – queria completar o que a
2718 Shirley está falando é que temos mais de 20 regionais e certamente que as
2719 regionais SEDESE tem números muito melhores. Não é possível a política
2720 municipal de assistência social de 853, termos 329. Certamente há algum erro,
2721 quero acreditar que quando o pesquisador foi lá, com todo o esforço feito por
2722 essa secretaria esses dados não podem ser. **SIRLENE** – isso é da munic, eu
2723 também acredito que ele falou que tem 100% da estrutura da assistência social,
2724 está divergente, você tem uma estrutura, mas não tem nenhuma política.**EDMA**
2725 – o que vimos também é a questão do questionário, a forma que a pergunta
2726 vem e a respostas, porque essa discussão de ter a política municipal, nós já

2727 trabalhamos com isso em duas perspectivas. De ter uma elaboração de política
2728 específica da política nacional, e outra na elaboração de lei. Então quem lê isso
2729 na ponta para responder se tem a política pode está interpretando a política
2730 como fazemos a nacional. Essa pergunta sempre causou duvida, na área
2731 inclusive já tivemos debates no conselho, há necessidade ou não de
2732 elaboração de uma política como instrumento a mais de gestão. Se pegarmos
2733 o censo e revemos a pergunta em si, ela pergunta se tem a pergunta se foi
2734 regulamentada. É um documento novo ou simplesmente adequação do que
2735 tem. **SIRLENE** – vai muito da política também o Estad. Tivemos uma situação
2736 assim e ficou muito feio. **RODRIGO** – em 2002, foi servidor público em
2737 Chapada do Norte em 2002, e lembro da Roberta ela foi ensinar a fazer o CPF.
2738 Sabe CPF do plano papel em 2002, esse dado não é reflexo, até valorizando o
2739 trabalho de vocês. Não pode. **ISABELA** – eu acho que pode ser sim, Rodrigo,
2740 sempre tem os dados é uma tentativa de aproximar da realidade é uma
2741 tentativa que a gente tem essas questões de preenchimento e concordo com a
2742 Consolidação de que não há uma política clara de obrigatoriedade de ter uma
2743 política, a do plano, em relação a lei, mas em relação à política se tem essa
2744 diretriz tão clara. **SHIRLEY** – eu vejo que existe uma dificuldade igual ao que a
2745 gente estava discutindo e m relação às entidades, e os trabalhadores e estão
2746 muita vezes assim, em relação a política, tem muita coisa barrando, virando
2747 gargalo no caminho. Por isso que preciso clarear isso. **FERNANDO** – podemos
2748 terminar este assunto, porque as considerações mais gerais, podemos fazer
2749 depois. **SIRLENE** – então vamos lá. A outra questão que a Isabela iria falar é a
2750 regulamentação da lei do SUAS, hoje tem 22% que tem o SUAS
2751 regulamentado e a lei orgânica municipal é 95,5. Agora vai começar a fazer um
2752 trabalho no telepresencial e vai ser sobre este assunto e uma reunião na
2753 segunda na URCMA, e avançar na questão da adequação da lei do SUAS no
2754 município. Aqui foi uma pergunta se os municípios fazem diagnóstico sócio
2755 territorial, dos 853, somente 20% fazem diagnósticos e desses 20% 14% do
2756 órgão gestor é que fez o diagnóstico e 4% de outros órgãos que realizaram o
2757 diagnóstico, 3% contrataram uma empresa ou consultores externos para fazer
2758 este diagnóstico e 2% fizeram de outra forma. E ai a gente vê que a questão da
2759 vigilância fica prejudicada. Essa pesquisa foi realizada ano passado no período
2760 de maio a junho de 2013, e ela é feita anual. É a segunda pesquisa da munic,
2761 terceiro ano. Característica dos conselhos, eu achei interessante que 98% ele é
2762 paritário e 1,8% dos conselhos não são paritário, 0,5% tem maior
2763 representação da sociedade civil, 1,3% tem maior representação
2764 governamental, e temos municípios que não tem conselho paritário. Caráter do
2765 conselho do 100% 96 são deliberativo, 52% normativo, 82% fiscalizador e 54%
2766 consultivo. Gestão financeira. A existência do fundo, já tínhamos visto lá trás
2767 99,5% tem o fundo, 55% são vinculadas à secretaria e 52% são unidades
2768 orçamentárias, hoje todo fundo ele tem que ser unidade orçamentaria, tem uma
2769 portaria do MDS. O ordenador de despesa do fundo 56% é o secretário, que
2770 seria o ideal que a partir do momento que você faz o planejamento do

2771 orçamento do SUAS, o ideal que seria ele. Mas temos 36% que o ordenador de
2772 despesa é o prefeito, 0,4% que é secretário de outra área e 1,5% que são
2773 outros. Questão de convênios nós temos questão de co-financiamento do
2774 governo federal que os municípios informaram. 98% são co financiados 98%,
2775 90% tem o co financiamento federal, 26% por meio de convenio, 74% que é por
2776 meio de fundo a fundo. Sendo que hoje independente da questão do piso ele
2777 repassa 1000% que é fundo a fundo, então é o entendimento do município,
2778 com relação ao repasse. Em relação ao governo federal, 96% é co financiado e
2779 1005 dos municípios são co financiados pelo governo federal 95% por meio de
2780 convenio e 5% fundo a fundo. Nós vamos entrar nos serviços sócio
2781 assistenciais ofertados 99,5% que realizam os serviços, destes 99% possuem
2782 CRAS, 24% possui CREAS, 2,2% possui o equipamento do centro POP, para
2783 população de rua, e 42,9% centro de convivência. Em relação a serviços sócio
2784 assistenciais, 99,5% oferta proteção básica no município e 70,6% oferta
2785 proteção social especial e contradiz também quando falamos da proteção
2786 especial não tem a composição na estrutura da secretaria. **ISABELA** – este
2787 dado é bem interessante, talvez os municípios tenham aproveitado para dizer
2788 que por mais que não tenha o CREAS, instalado, muitas vezes a demanda de
2789 proteção especial chegam até o CRAS, e pode ser o campo que os gestores
2790 tenha informado que é uma das grandes questões que foi colocada. A gente
2791 não contabiliza isso. O orago gestor, não tem no RMA, no órgão gestor, no
2792 SUAS, a demanda não existe e o município tem que da uma resposta. Este
2793 dado é interesse e acredito que dá uma vazão. A proteção social especial pelo
2794 menos o CREAS, mas poderias cruzar com a alta complexidade. Cruzar os
2795 municípios com proteção social especial e CRAS. SIRLENE- o serviço da
2796 proteção social básica que falei aquela hora, que é o PAIF, que são ofertados
2797 no CRAS, o serviço de fortalecimento de vínculos, 93% falaram que ofertam o
2798 serviço, e serviço de proteção social básica em domicilio que 58% dos
2799 municípios ofertam os serviços, que foi uma novidade pra gente, porque o
2800 governo federal não financia este serviço, pelo piso mineiro alguns municípios
2801 ofertam este serviço, mas não chega a ser um dado que inclusive fizemos um
2802 mapa do censo SUAS e muitos municípios informaram que oferta e ele está
2803 meio. Aqui os benefícios eventuais como são regulamentados, 79% informaram
2804 que tem. 61% por meio de lei, 51% de decreto, e 5% de portaria, por meio de
2805 outro instrumento 11%. Benefícios eventuais, 94% auxilio funeral, 55% auxilio
2806 natalidade, calamidade pública 68%, proteção social especial de media
2807 complexidade esses 54% informaram que tem o CREAS, que ofertam o serviço
2808 PAEF, tem município que oferta o PAEF, se não tiver o CREAS não existe
2809 CREAS sem PAEF, e o contrario. Os serviços especializados população de rua
2810 10%, pessoas idosas 50%, liberdade assistida, 60% abordagem social, 49%,
2811 na alta complexidade 58% ofertam o serviço, 92% acolhimento institucional,
2812 talvez seja essa questão que você está falando, 10% acolhimento em republica,
2813 29% oferta em família acolhedora. A existência aos grupos específicos, nós
2814 notamos que 68% tem atendimento a grupos sendo maior 72% que são

2815 agricultores familiares, 40% população de rua, catadores de recicláveis 35%
2816 são os maiores atendimentos dos 853 municípios, são só dados dos municípios.
2817 **ISABELA** – só para reforçar que trouxemos alguns recortes da munic, o
2818 suplemento ele tem algumas questões, mas a gente tentou trazer o que
2819 consideramos mais relevante inclusive, e fica disponível no site do IBGE, quem
2820 quiser fazer uma consulta, tem o arquivo na SEDESE. No site. Da SAGE não,
2821 porque a pesquisa é do IBGE, lá só pode fazer referencia, mas a pesquisa
2822 você consegue fazer o download no IBGE, temos também mas o arquivo é
2823 pesado. **SIRLENE** – tem outras questões consegue estratificar as informações.
2824 **VINICIUS** – só uma pergunta você mostrou os dados das famílias acolhedores
2825 29% dos municípios, é que ofertam é possível saber os municípios de família
2826 acolhedora, tem como enviar para mim Consolação, porque eu queria
2827 saber.**SIRLENE** – você quer saber quais os municípios, pode fazer o pedido
2828 pra gente. **VINICIUS** – eu tenho interesse em família acolhedora e quero
2829 estudar mais sobre o tema. **ISABELA** – vou pedir para você fazer uma
2830 solicitação pessoal, você nos encaminha um e-mail explicando sua solicitação
2831 e te respondemos. **VINICIUS** – ainda como conselheiros. **ISABELA** – se for
2832 uma solicitação para o conselho a gente pensar que tipo de ação vai fazer com
2833 essa informação, se for uma solicitação sua Vinicius como conselheiro, não
2834 tem problema, porque é uma solicitação diferente. Os **SIRLENE** – lembrando
2835 que isso é da munic e temos outras informações também. Futuramente vamos
2836 apresentar o censo SUAS, vou tentar fazer uma comparação com a munic, a
2837 apresentação do censo está pronta vou ver se faço uma comparação em
2838 alguns pontos, porque nem todos as perguntas são diferentes e não dá para
2839 fazer comparativo. Aqui vamos falar dos estados, peguei as informações de
2840 MG, se comparando com o Brasil. Ele é um levantamento por memorizado da
2841 estrutura dinâmica e das estruturas estatais e esse Estadíc ele não pega
2842 informação da assistência, educação, saúde, habitação. É das administrações,
2843 saúde, meio ambiente, política de gênero, assistência social, segurança
2844 alimentar, nutricional e inclusão produtiva, marquei assistência, e o objetivo
2845 interesse da Estatic e é a gestão dos estados nomeados, no que se refere a
2846 organização do governo estadual, o quadro funcional, os mecanismos de
2847 controle social, as políticas de planejamento, os programas e ações públicas do
2848 governo estadual, foi aplicado nas 27 unidades, inclusive o DF. O papel do
2849 estado na assistência social, ele exerce importante no âmbito do SUAS,
2850 fazendo-se presente no reordenamento e na prestação de serviços e apoio
2851 técnico aos serviços programas e projetos de enfrentamento á pobreza, aqui é
2852 o primeiro mapa que foi uma questão de entendimento na época que foi
2853 respondido a Estadíc, e ficamos de amarelo **ISABELA** – Competencias da
2854 SEDESE é a subsecretaria de assistencia social que tem a competencia de
2855 gestao, de controle de execução da politica social no Estado. Isso é
2856 formalmente, a gente está ligada a SEDESI assim como a secretaria nacional
2857 de assitencia social que está ligada ao MDS. Inclusive nós fizemos esse
2858 questionamento lá, se fossemos a secretaria nacional voce responderia como

2859 se voces são subordinados ou que voces são autonomos? Autonomos. Entao a
2860 mesma situação nossa. É porque aqui tem um nome de secretaria e de
2861 subsecretaria, mas na estrutura do estado não tira a autonomia da parte da
2862 assistencia social. **SIRLENE** – A questão do vinculo empregatício, no Brasil nós
2863 fizemos um comparativo 2012-2013. No Brasil tinha ali os estatutários em
2864 2012, onze mil e em 2013, nove mil. Em Minas Gerais temos quarenta e quatro
2865 estatutários e trinta e seis em 2013. Da CLT tinha dezenove. A gente nao
2866 considera a CLT em MGS CLT, por isso que nao entra ali no CLT. Em Minas
2867 Gerais nós tivemos entao um total de servidores, cinquenta e cindo em 2013,
2868 esse numero ja mudou com as vinda dos consursados. Em questao do vinculo
2869 empregatício nós tinhamos quatorze Minas Gerais em 2013, doze em 2012, em
2870 2013 nós tinhamos cinco estagiários e sem vinculo permamente em 2013. Aqui
2871 é outro mapinha que demostra o plano estadual de assistencia social. A
2872 distinção, quiz ampliar a legenda, que onze estados mais o distrito federal tem
2873 os planos aprovados, que é o caso de Minas Gerais. Na epoca Minas Gerais
2874 estava com o plano em fase de elaboração, por isso que ficamos de
2875 amarelinho ali, porque essa informação é de 2012. Onze estados tinham o
2876 plano aprovado, quinze estados estavam em fase de aprovação. Aqui é a
2877 composição da comissão inter gestora BIPARTITI, dezoite estados que é o
2878 verdinho mais o distrito tem a SIB implantada, com a secretaria tecnica e
2879 realiza as reunioes mensais. Oito estados que são os de amarelinho nao tem a
2880 SIB implantada com a secretaria implantada mas as reunioes são bimentrais.
2881 SIB e a comissão intergestora BIPARTITI composta pelo municipio e estado.
2882 Aqui é só uma demonstração do instrumento de gestao, em 2013 foi atuallizado
2883 o regimento interno da SIB, foram poucos estados. A maioria dos estados nao
2884 tinha o regimento interno atualizado recentemente. Minas Gerais tinha
2885 realizado em 2013. Aqui é a questao da regionalização tambem, nós ficamos
2886 amarelinho, porque o desenho de Minas Gerais e Mato Grosso ele nao é
2887 especifico da area de assistencia social, nem coincide com a divisão
2888 administrativa do estado, por isso que ficamos no amarelinho. **ISABELA** – Só
2889 para explicar essa questao, a gente teve publicação no ano passado das
2890 regioes de assistencia social das RAS por meio de resolução, definindo essa
2891 regioes que são coincidentes das regionais da SEDESI e as regionais da
2892 SEDESI entao elas sao compartilhadas pelas politicas que estao lá dentro de
2893 trabalho, de direiro humano, programa travressia entao por isso nao sao
2894 especificas e ela não corresponde a divisão administrativa do estado de
2895 planejamento da SEPLAG. No caso da SEDESI não é unico, a saude tem suas
2896 regionais, educação sua regioes, habitação a sua, isso vai de acordo com a
2897 necessidade de cada politica. **SIRLENE** – Aqui a questao do conselho de
2898 assistencia social. Em Minas Gerais como na maioria dos outros é deliberativo,
2899 fiscalizador e paritario. Cinco estados é so deliberativo e paritario e somente
2900 um estado que tem o conselho maior representação do governo estadual. Aqui
2901 o mapinha do serviço socio estenciais, o verde são sete estados que executam
2902 serviço de proteção social basica especial de media e alta complexidade. O

2903 Estado executa o serviço de proteção especial básica especial que é o
2904 azulzinho. Nove Estados incluindo Minas Gerais eles ofertam o serviço de
2905 proteção social de média e alta complexidade. Quatro estados que são os
2906 amarelinhos ofertam o serviço de proteção social especial somente de alta
2907 complexidade e cinco estados não executam diretamente nenhum serviço
2908 socio especial. Nós executamos o serviço de média e alta complexidade, nós
2909 somos o verdezinho. **ISABELA** – A gente hoje executa diretamente o alta
2910 complexidade que são os convênios de Casa Lar que a gente apresentou na
2911 prestação de contas, que são mantidos pelo Estado que estão pessoas com
2912 deficiência destino a FEBEM, que no momento não teve como fazer a
2913 integração com a família, com a comunidade, então o Estado é responsável
2914 por essas pessoas. São elas que estão na Casa Lar e que são nossa execução
2915 direta. Na verdade é um convênio (conversas ao fundo). **SIRLENE** – Aqui em
2916 relação aos benefícios eventuais. Em Minas Gerais não concedi diretamente
2917 esses benefícios mas co-financiam esses municípios por meio do piso mineiro.
2918 Somente onze estados concedi benefícios eventuais com regulamentação por
2919 instrumento legal. Sete estados concedem mas não tem a regulamentação, por
2920 instrumento legal e oito estados não concedem benefícios eventuais
2921 diretamente. O fundo de assistência social. Em Minas Gerais o orçamento da
2922 assistência é executado totalmente pelo fundo social de assistência social e o
2923 ordenador de despesa é o gestor da área, que a gente estava demonstrando nos
2924 municípios que somente sessenta e poucos por cento que tem o ordenador de
2925 despesas de assistência social. Dezoito estados é executado totalmente pelo
2926 fundo e o ordenador de despesas é da área. Nós entramos no verdezinho, no
2927 verde mais escuro. Nove estados, o orçamento assistencial executado
2928 parcialmente pelo fundo e o ordenador de despesas é da área. E o distrito
2929 federal é executado parcialmente pelo fundo mais o ordenador de despesas
2930 não é da área. Aqui dentro das responsabilidades da gestão estadual definida na
2931 MOB com o apoio técnico para os municípios e estruturação do sistema. Em
2932 2013 Minas Gerais realizou visitas técnicas e periódicas planejadas e
2933 esporádicas, contatos telefônicos periódicos, planejados e esporádicos e
2934 contou com sistema de formação. Tanto próprio do Estado quanto desenvolvido
2935 pelo MDS. A pergunta, se os instrumentos estratégicos utilizados para
2936 acompanhamento da gestão. Lá consta que Minas Gerais, ele faz tanta visita
2937 técnica esporádica quanto contatos telefônicos e todos outros
2938 instrumentos. **SHIRLEY** – Eu gostaria de propor para o conselho que fosse
2939 criado uma orientação que só falasse dessas informações dos conselhos
2940 municipais e que pudessem olhar em seus municípios como estão essas
2941 informações lá. **VOLNEY** – Seria disponibilizar, divulgando esses links dos
2942 conselhos municipais. **SHIRLEY** – Sim. Seria uma orientação, entre aspas,
2943 mastigada. Porque se a gente mandar esses dados assim fica dito pelo não
2944 dito. Eu entendo que a gente poderia fazer um condensado e pedir para
2945 conferir os dados e a situação dos municípios de acordo com esses dados.
2946 **ISABELA** – Ô Shirley, entendo só que falando de 853 é muito difícil conseguir

2947 fazer um trabalho individualizado neste sentido.**SHIRLEY** - eu nao porpus
2948 individualizado, eu propuz se voce pegar por eixo, como esta a situacao da
2949 protecao, seria eixos.**ISABELA** – mas para cada municipio.**SHIRLEY** - gente
2950 isso ai seria um documento e divulgaria por e-mail para todos. Principalmente o
2951 do munic. **ISABELA** – nao entendi o que voce queria dizer, seria a abrangencia
2952 dos 853 municipios, ou seria pegar por exemplo, municipio de Pitangui, voce
2953 informou que a proteção.**SHIRLEY** – é para os conselhos municipais de
2954 toedosos municipios 853, os conselhos terem acesso a esta informacao e
2955 monitorar a situaacao em relçao a estes dados.**ISABELA** – nao sei se eu
2956 entendi.**SHIRLEY** – pensa assim, uma informacao geral, de acordo com a
2957 munic nós temos estes dados, solicitamos.**ISABELA** – só para eu entender
2958 essa apresentação que a geten fez é para os 853 municipios, voce sugere que
2959 a gente faça um informativo, dizendo que de acordo com os dados informados
2960 na munic 56% dos ordenadores de despesas sao os gestores, 55 sao
2961 prefeitos.**SHIRLEY** – isso.**ISABELA** – entendi agora, seria um relatorio
2962 analitico.**SHIRLEY** – voce vai construir um que voce vai divulgar para todos.
2963 **Maria da Pascoa**– eu vejo que o Censo SUAS, quando estamos construindo o
2964 censo, os conselhos municipais eles tem essa anuencia de como está a
2965 situação do municipio e ai é até. Eu vejo que o censo SUAS sao infomações
2966 mais fieis, isso é mais uma discussão. **ISABELA** – eu vejo as informações da
2967 munic com o censo SUAS, a gente penseou até fazer uma comparação, mas a
2968 gente pensou que até pergunta é diferente e inviabilizar isso, mas é muito
2969 simples pela munic 846 municipios de MG, informaram qu etem CRAS e pelo
2970 censo SUAS 816 municipios tem CRAS. Um exemplo porque a pergunta é bem
2971 objetiva, possui CRAS ou nao, agora qual tem maior validade ou nao, é dificil
2972 de arfirmar aqui. O censo SUAS tem a particularidade dos gestore estarem
2973 familiarizados. O fato de quem todo mundo preenche. O do IBGE totod mundo
2974 preenchou e temos uma forma de oreintação do censo SUAS.**Maria da Pascoa**
2975 - eu concordo o censo SUAS quem vai preencher o pessoal do CRAS vai
2976 perencher quem perenche é o municipio.**ISABELA** – a pesquisa é do IBGE
2977 quem preenche as informações**Maria da Pascoa**– isso ai as vezes chega no
2978 gabinete do prefeito. Muita coisa a SEDESE manda e chega no gabinete do
2979 prefeito e fica parado. E as vezes um assessore responde, eu sei disso porque
2980 o prefeito tem mania de tudo que é questionario que chega na minha cidade
2981 para responder. Eu falo isso aqui nao é meu nao. **SHIRLEY** – mais uma razão
2982 para que seja encaminhada para os conselhos. Porque o cosnelho vai poder
2983 olhar que está sendo respondido no censo e está desta forma na munic como é
2984 que tem que ser? Como é a politica. O censo SUAS fala da compreensão da
2985 pergunta da politica será que é isso que está sendo respondido é o que tem
2986 que ser.**CONSOLAÇÃO** – tudo que a gente repassa tem em mente o seguinte
2987 pra que, quem vai receber isso e o que vai fazer com essa informação. Nesse
2988 ponto de vsita e se as ferramentas sao de facil acesso e as pessoas tem
2989 acesso das suas informações especifica para tratar seus dados, ver se procede
2990 ou nao a orientação seria como acessar a informação ai seria falar para os

2991 municípios que se dispõe de dois bancos de dados que vocês podem acessar
2992 e verificar como encontra a situação e verificar e trabalhar nisso para melhorar
2993 para chegar ver se é isso mesmo. Acho que a gente está trabalhando em forma
2994 de fortalecer o controle social. **FERNANDO** – eu queria só fazer um registro
2995 tendo em vista que nós cabamos de ver. Tem uma década que estou fora do
2996 movimento por assim dizer as políticas públicas. Eu tive uma experiência da
2997 prefeitura de BH na época do prefeito Célio de Castro, no primeiro governo eu
2998 fui secretário de administração e no segundo eu fui quem criou a secretaria
2999 municipal dos direitos e cidadania que naquela época agora já deve ter alguma
3000 alteração de nome. Depois eu saí e fui fundar a rede cidadão e me foquei na
3001 ação social pela sociedade civil e já está fazendo 12 anos e estamos em 42
3002 cidades, 9 estados brasileiros, nasceu em BH e nós estamos em 9 estados e 42
3003 cidades, eu francamente estou uma década afastado e os números não estão
3004 ruins, para ser considerado uma década, mas é um tempo curto e eu não me
3005 assusto com o que eu vejo, mesmo que tenha alguns erros, desvios, uma taxa
3006 de erro de desvio, por ser feita pelo IBGE eu acredito que tenha um certo rigor
3007 de método e este desvio não é tão distorcido. E pelo que eu vi, nós temos um
3008 bom trabalho, ele é feito nesta década eu queria dar este testemunho
3009 descomprometido, não sou do governo, não tenho nenhum outro interesse
3010 nisso. Tem um resultado bacana, esses números são muito substantivos, eu
3011 pude ver uma diferença entre regulamentação legal da política e da operação
3012 real. Porque a operação é mais rápida às vezes do que a regulamentação
3013 política. Às vezes acontece isso porque a regulamentação política existe o
3014 debate político o fórum transformar em Lei escrever sobre é muito mais
3015 complexo do que operar a ação social. Francamente com toda a liberdade do
3016 distanciamento político que me deram a autoridade a mim mesmo. Tem um
3017 saldo muito interessante para a última década, me arrisco a dizer que estamos
3018 todos satisfeitos, tem muito a fazer, mas a pesquisa mostra que é um dado
3019 muito interessante para nós mineiros e que tem vivido e isso na opinião é um
3020 incentivo para uma continuidade determinada e decidida e engajada da nossa
3021 parte, queria fazer este registro e achei bacana e no dia que eu vim, ver logo
3022 uma apresentação e muito curioso eu represento uma área chamada vigilância,
3023 nós inclusive tem uma área para tomar conta do que está fazendo. Isso é
3024 bacana isso é inteligência do sistema. Então eu me dou por satisfeito pelo que
3025 eu vi e me dou estimulado para trazer a rede cidadão e a contribuição pessoal.
3026 Quero dizer que estou à disposição, e eu vim muito preocupada na década atrás
3027 era chato participar de reunião de conselho e eu fiquei envolvido, foi uma
3028 reunião de qualidade, vocês estão de parabéns pela seriedade, pelo formato,
3029 pela estrutura, pelas respostas que são plenamente respondidas. E eu estou
3030 muito grato e espero está à altura de contribuir. **VOLNEY** – com certeza você
3031 vai contribuir muito para este conselho. **ISABELA** – muito obrigada. Foi ótimo é
3032 um tapa de luva, às vezes estamos tão envolvidos e temos dificuldades de
3033 reconhecer os avanços. Acho que você tem toda razão eu sou recente na
3034 política de assistência social em comparação a outras pessoas, vou fazer dois

3035 aninhos, estou começando, mas de fato até pegar os dados que eu estou mais
3036 acostumada e conversando com as pessoas que estão na área a mais tempo,
3037 a gente vê sim que tem um evolução bem grande. De fato tem muita coisa para
3038 caminhar e que tem o lado cheio e ver que de tudo que está conversando aqui
3039 tem muitos acertos, tiveram alguns erros e vão continuar tendo, mas podemos
3040 ver que de uma forma em geral podemos ver um certo como um todo. Cabe
3041 aos parabéns aos gestores municipais, estaduais e federais eu cada um com
3042 seu papel vem contribuindo. E em relação ao conselho muito bom ter este feed
3043 back para a gente que está aqui para continuar e continuar com o
3044 comprometimento que cada um tem buscando a qualidade que a gente
3045 faz. **VOLNEY** – então podemos deliberar encaminhando apenas onde os
3046 conselhos podem encontrar estes dados. Podemos dar por encerrada esta
3047 plenária, até o próximo mês se Deus quiser.